



**UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E URBANO
MESTRADO EM ANÁLISE REGIONAL**

MARIA HELENA MARTINS BRASILEIRO

**DO REAL AO POSSÍVEL:
RESPONSABILIDADE SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS: A
ATUAÇÃO DO GRUPO RETA ATLÂNTICO NA COSTA DOS COQUEIROS
BAHIA**

Salvador
2008

MARIA HELENA MARTINS BRASILEIRO

**DO REAL AO POSSÍVEL:
RESPONSABILIDADE SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS: A
ATUAÇÃO DO GRUPO RETA ATLÂNTICO NA COSTA DOS COQUEIROS
BAHIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional, Universidade Salvador – Unifacs, como requisito parcial para obtenção do grau de mestre.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Celeste de Almeida Souza

Salvador
2008

Ficha Catalográfica
(Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da Universidade Salvador - UNIFACS)

Brasileiro, Maria Helena Martins

Do real ao possível: responsabilidade social em empreendimentos turísticos: a atuação do Grupo Reta Atlântico na Costa dos Coqueiros Bahia. / Maria Helena Martins Brasileiro. – Salvador, 2008.

175f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Regina Celeste de Almeida Souza.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Análise Regional e Urbano, Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre.

1. Turismo. 2. Responsabilidade Social. I. Souza, Regina Celeste de Almeida, orient. II. Universidade Salvador – Unifacs. III. Título.

CDD: 338.4791

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA HELENA MARTINS BRASILEIRO

DO REAL AO POSSÍVEL:
RESPONSABILIDADE SOCIAL EM EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS: A
ATUAÇÃO DO GRUPO RETA ATLÂNTICO NA COSTA DOS COQUEIROS
BAHIA.

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Análise Regional, Universidade Salvador – Unifacs, pela seguinte banca examinadora:

Regina Celeste de A. Souza (Orientadora) _____
Doutora em Geografia pela Universidade de Rouen, França.
Universidade Salvador – Unifacs.

Alba Regina Neves Ramos _____
Doutora em Sociologia pela Universidade de Paris III, França.
Universidade Salvador – Unifacs.

Luzia Neide Menezes Teixeira Coriolano _____
Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe.
Universidade Estadual do Ceará – UECE.

Salvador, de de 2008.

Minha segurança se funda na convicção de que sei algo e de que ignoro algo, a que se junta a certeza de que posso saber melhor o que já sei e conhecer o que ainda não sei. Minha segurança se alicerça no saber confirmado pela própria experiência de que, se minha inconclusão, de que sou consciente, atesta, de um lado, minha ignorância, me abre, de outro, o caminho para conhecer.

Paulo Freire, 1996.

AGRADECIMENTOS

Agradeço as forças do universo que ao longo da vida, colocaram no meu caminho pessoas, oportunidades e desafios, pilares desta inesgotável vontade de conhecer, que hoje na maturidade, consigo reconhecer como o fio condutor da minha jornada. Dentre todas as pessoas que contribuíram para que eu conseguisse vencer o desafio que representa a conclusão deste trabalho, registro agradecimento especial:

- Ao meu companheiro de muitos anos Joir, grande incentivador das minhas buscas e por isso mesmo, co-participante das minhas conquistas;
- A Rafael e Manuela, filhos queridos que desde sempre souberam entender e apoiar a mãe, eterna estudante;
- A minha orientadora Prof.^a Regina Celeste de Almeida Souza, que com sabedoria soube ouvir, respeitar meus limites, apoiar minhas decisões e esperar pacientemente o meu amadurecimento acadêmico;
- A Luzia Neide Coriolano, uma “grande descoberta”, inicialmente como referencial teórico e hoje como exemplo de solidariedade, amizade, humildade e vinculação prazerosa com a busca e disseminação do conhecimento;
- A toda equipe do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador - UNIFACS, especialmente aos Professores Carlos Costa Gomes, Jorge Antonio Santos Silva, Alba Regina Neves, Alcides Caldas, e Glória Lanci, comprovadamente verdadeiros mestres, atentos a todas as dimensões da construção do conhecimento;
- Aos colegas do mestrado, pela chance de desenvolvimento que o nosso convívio me propiciou;
- A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela oportunidade de dedicação exclusiva e vivência acadêmica intensa proporcionada pela concessão da bolsa de estudos;
- A Francisco Oliveira, Diretor Superintendente do Instituto Imbassaí, mas antes disso, um mestre em concretizar sonhos; Ao diretor, minha gratidão pelos espaços incondicionalmente abertos para realização da minha pesquisa; ao mestre, agradeço a aprendizagem que nossa convivência proporcionou;

- A toda equipe da pesquisa de campo em especial a Dinorah Paiva, Rodrigo Bandeira e ao grande guia Dadau que com muita propriedade e gentileza abriu os meus caminhos para conhecer o seu “pedaço” na Costa dos Coqueiros.

RESUMO

Na condição de uma das atividades econômicas que mais cresce na atualidade, o Turismo tem sido objeto de muitos estudos, especulações e críticas quanto a suas reais possibilidades enquanto vetor de desenvolvimento. A maior parte destas críticas fundamenta-se na excessiva ênfase no caráter econômico da atividade, na sua intrínseca relação com o modo de produção capitalista e com a ordem internacional globalizada, fatores que terminam por conduzir a um segundo plano os aspectos relacionados às dimensões sociais, culturais e ambientais, também impactadas pelas atividades turísticas. Tomando como referência a realidade brasileira, percebe-se que, apesar da ênfase que tem recebido quanto ao potencial que encerra em termos de desenvolvimento sócio-econômico, como também todo um discurso voltado à priorização de geração de benefícios para população local, na prática, o turismo vem se afirmando no contexto brasileiro e baiano a partir de uma ótica globalizante onde a acumulação do capital e a busca pelo lucro incessante têm na maioria das vezes reproduzido um quadro de segregação social, concentração de renda, desestruturação dos sistemas sócio-culturais e degradação do meio ambiente. Mas, apesar destas constatações o fato é que as atividades turísticas vêm crescendo e se consolidando fundamentadas nesta lógica, o que conduz a necessidade de ultrapassagem das constatações e críticas em busca da análise de alternativas para enfrentamento desta realidade. Este trabalho se propõe a analisar a experiência de responsabilidade social corporativa desenvolvida pela Construtora Reta Atlântico na Zona Turística denominada Costa dos Coqueiros, situada ao norte do Estado da Bahia, na perspectiva de inscrevê-la enquanto uma destas alternativas.

Palavras-chave: Turismo; Desenvolvimento Turístico; Responsabilidade Social; Espaço geográfico; Meio Ambiente.

ABSTRACT

Tourism is one of the economic activities that in actuality continues to grow and is greatly studied and speculated for its possibilities as well as a sector of development. A major interest in these studies is based on the characteristic growth of the economic development and its intrinsic relation to capitalistic output and global reach. These interests have a social impact, cultural and environmental impacts that are fundamentally a result of tourism activities. Focusing on the Brazilian reality as a reference point. One perceives, that the social economic factors that are possible have not been reached and the general population, locally, in practice, that tourism due to globalization has within Brazil and Bahia created a sort of social segregation, concentrated in wages, unbalancing the structure of social - cultural methods and disturbing the environment. However, even in light of these situations, the fact exists that tourist activities continue to grow based on the logic - there needs to be critical analysis of alternatives of travel and critiques that seek out analysis of the problems created by the tourism sector with respect to socio-economic conditions for the general population. This work proposes to analyze the responsible experience from a socio - business perspective developed by the Construtora Reta Atlantico in the Tourism Zone known as Costa Dos Coqueiros, located in the north of Bahia state, with the goal of documenting one of these alternatives.

Key-words: Tourism; Tourism development; Social Responsibility; Geographic space; Environment.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Zonas Turísticas da Bahia	34
Figura 2 – Obras realizadas por componente – Prodetur I	35
Figura 3 – Investimentos por Zona Turísticas - Prodetur I	36
Figura 4 - Pólos Turísticos da Bahia	40
Figura 5 – Elementos da dimensão espacial e territorial do turismo	51
Figura 6 – Recortes paisagísticos da Costa dos Coqueiros	57
Figura 7 – Unidades de Conservação da Natureza. Região do Sistema Rodoviário BA – 099/ 2003	66
Figura 8 – Costa dos Coqueiros - Principais destinos turísticos	68
Figura 9 - Condomínios da Costa dos Coqueiros	69
Figura 10 - Resorts e Hotéis da Costa dos Coqueiros	70
Figura 11 - Investimentos Privados nas Zonas Turísticas da Bahia (1991/2020)	76
Figura 12 – Lojas em Praia do Forte e Costa de Sauípe	83
Figura 13 – Condomínio Reserva Imbassaí	108
Figura 14 - Fundamentos do Programa Ciranda	111
Figura 15 - Dimensões prioritárias na atuação do Instituto Imbassaí	113
Figura 16 - Ações do Instituto Imbassaí	116
Figura 17 - Ações do Instituto Imbassaí	116
Figura 18 - Ações do Instituto Imbassaí	116
Figura 20 - Ações do Instituto Imbassaí	117
Figura 21 - Etapas da Pesquisa de Campo	123
Figura 22 - Distribuição da população por faixa etária	126
Figura 23 - Origem da população	126
Figura 24 - Nível de escolaridade	127
Figura 25 - Setor de ocupação	130
Figura 26 - Nível de Renda Familiar	131

Figura 27 - Outras fontes de Renda Familiar	132
Figura 28 - Principais carências apontadas	133
Figura 29 - Percepção da população sobre os principais impactos positivos do desenvolvimento turístico	141
Figura 30 – Percepção da população sobre os principais impactos negativos do desenvolvimento turístico	141

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metas da segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) – caráter social	38
Quadro 2 - Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Pólos Turísticos Baianos	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Bahia - Fluxo global de turistas segundo residência permanente 1990/1998	31
Tabela 2 - Bahia - Receita turística global segundo residência permanente 1990 – 1998	31
Tabela 3 - Dimensão Econômica – Municípios da Costa dos Coqueiros 2000	60
Tabela 4 - Dimensão Social – Municípios da Costa dos Coqueiros	61
Tabela 5 - Dimensão Ambiental – Municípios da Costa dos Coqueiros – 2000	62
Tabela 6 – PIB dos municípios que compõem a Zona Turística Costa dos Coqueiros - 1999 – 2004	81
Tabela 7 – Renda per capita da população residente na Zona Turística Costa dos Coqueiros 1991-2000	82
Tabela 8 – Estrutura de gastos turísticos – Principais destinos Costa dos Coqueiros (%)	83
Tabela 9 –Turismo na Bahia - Posição na ocupação	85
Tabela 10 – Percentual de rendimentos da população residente na Zona Turística Costa dos Coqueiros a partir da procedência. 1991-2000	86
Tabela 12 - Acesso ao trabalho - 2005	129
Tabela 13 - Acesso ao trabalho - 2007	129
Tabela 14 - Ações que beneficiaram o entrevistado ou a família	135
Tabela 15 - Ações executadas pelo Instituto Imbassaí 2005-2007	137
Tabela 16 - Percepção da população sobre os impactos do desenvolvimento turístico na melhoria da qualidade de vida	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
APA LN	Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte
Bahiatursa	Empresa de Turismo da Bahia
BAHIATURSA	Hotéis da Bahia S.A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste
CETUR	Conselho Estadual de Turismo
CFT	Coordenação de Fomento ao Turismo
CIA	Centro Industrial de Aratu
CLT	Consolidação das leis do trabalho
Cntur	Conselho Nacional de Turismo
CONBAHIA	Bahia Convenções S.A
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CRA	Centro de Recursos Ambientais-,
DERBA	Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia
DFID	Department for International Development do Reino Unido
DFLN	Distrito Florestal do Litoral Norte
DTDP	Departamento de Turismo e Diversões Públicas
EIA/RIMA	Estudo de Impactos Ambientais/ Relatório de Impacto do Meio Ambiente
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EMTUR	Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A
EPRP	Programa de Redução da Pobreza através da Exportação

GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IH	Instituto de Hospitalidade
IPA	Índice de Pressão Antrópica
ITC	International Trade Centre
LI	Licença de implantação
LL	Licença de localização
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PIB	Produto Interno Bruto
PLANDEB	Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PPGA	Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental
Prodetur – BA	Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia
Prodetur – NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste
PRODESU	Programa de Desenvolvimento Sustentável da APA Litoral Norte
PTR	Plano de Turismo do Recôncavo
RMS	Região Metropolitana de Salvador
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo
SEPLANTEC	Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia

SUDETUR Superintendência de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia

SUINVEST Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA BAHIA: UMA VISÃO PANORÂMICA	23
2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA BAHIA	26
2.2 PRODETUR I E II: OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	32
3 O TERRITÓRIO TURÍSTICO COSTA DOS COQUEIROS: ESPAÇOS DIFERENCIADOS E COMBINADOS	50
3.1 AS ESPECIFICIDADES DA COSTA DOS COQUEIROS	57
3.2 ELEMENTOS EM INTERAÇÃO: COMUNIDADES, CONDOMÍNIOS, HOTÉIS E RESORTS	63
3.3 IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NA COSTA DOS COQUEIROS	77
4 O GRUPO RETA ATLÂNTICO NA COSTA DOS COQUEIROS: PRINCÍPIOS E AÇÕES	98
4.1 A DIMENSÃO EMPRESARIAL: O GRUPO RETA ATLÂNTICO E O CONDOMÍNIO RESERVA IMBASSAÍ	106
4.2 O INSTITUTO IMBASSAÍ: UMA PROPOSTA DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL	110
4.3 ANTES E DEPOIS: IMBASSAÍ, BARRO BRANCO E SUCUIÚ NA LINHA DO TEMPO	122
4.4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO	125
4.4.1 Escolaridade	127
4.4.2 Emprego, trabalho e renda	128
4.5 PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO A CERCA DAS AÇÕES DO INSTITUTO IMBASSAÍ	134
4.6 PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	140
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	144
REFERÊNCIAS	158

APÊNDICE A - Acompanhamento das Condiçóntes Ambientais da Reserva Imbassáí da Licença de Localização	163
APÊNDICE B - Acompanhamento das Condiçóntes Ambientais da Licença de Implantação da Reserva Imbassáí Portaria	169
APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista – Construtora Reta Atlântico	173
APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista – Instituto Imbassáí	174
APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista – Lideranças Locais	175

1 INTRODUÇÃO

O reconhecimento do turismo como uma atividade capaz de promover o desenvolvimento é sem dúvida um tema bastante polêmico. Se existe um consenso em torno do assunto este reside no fato de que se trata de uma das atividades que mais cresce no contexto da economia mundial atual. Dados da Organização Mundial do Turismo (OMT) demonstram que o turismo triplicou o seu tamanho e impacto econômico nos últimos cinquenta anos.

Para além disso, quando se analisa os impactos das atividades turísticas sobre a economia, ambiente e organização das sociedades receptoras como um todo, não se encontram as condições necessárias de estabelecer unanimidades ou consensos sobre o tema.

A complexidade que envolve a análise da relação turismo e desenvolvimento é ampliada quando se reconhece que o turismo enquanto atividade econômica, social, cultural, e intrinsecamente relacionada ao modo de produção capitalista, desenvolve-se a partir de uma lógica de produção e acumulação do capital, com a participação de diversos atores sociais que imprimem a esta dinâmica interpretações e rumos concernentes as suas crenças e prioridades, em um ambiente de correlação de forças, permeado por conflitos e interesses antagônicos. Por conseguinte, qualquer análise neste âmbito exige inicialmente esclarecimentos quanto aos conceitos, crenças e intencionalidades que lhe dão sustentação.

O fato de representar um instrumento de valorização do capital, movimentando a economia de muitos países, não significa, entretanto, que a distribuição dos benefícios gerados venha ocorrendo a favor da população dos espaços onde acontece. O aumento do Produto Interno Bruto (PIB), geralmente utilizado como índice que atesta os benefícios do desenvolvimento do turismo, não revela importantes aspectos como a concentração de renda, a ampliação das desigualdades, os impactos sociais, culturais e ambientais que o turismo pode gerar nas comunidades onde acontece. Entende-se que a análise das reais possibilidades que pode apresentar enquanto vetor de desenvolvimento deve considerar a mudança do paradigma fundado na ênfase da dimensão

econômica que sustenta o modelo de consumo adotado, baseado na acumulação do capital e na busca pelo lucro incessante, que tem levado à configuração de um contexto onde a segregação social, a concentração de renda, a desestruturação dos sistemas sociais e a degradação do meio ambiente, têm sido na maioria das vezes, os resultados obtidos.

Especificamente na Zona Turística Costa dos Coqueiros, região composta por sete municípios localizados na costa litorânea Norte do Estado da Bahia e recorte espacial eleito para as análises efetuadas nesta dissertação, verifica-se que a consolidação deste território como espaço turístico reflete na sua essência a conjugação de diversos fatores relacionados tanto a construção social econômica e cultural do espaço historicamente determinado, quanto às exigências de uma ordem mundial globalizada, fruto dos atributos valorizados nos centros urbanos emissores, definindo em seu conjunto o modelo de desenvolvimento turístico adotado e conseqüentemente a produção e consumo desta zona turística.

Tomando como referência a década de 1990, período de intensificação das atividades turísticas na Costa dos Coqueiros, observam-se visíveis alterações neste território, em termos de funções, usos, costumes, delimitadas pelo surgimento de aglomerados urbanos, crescimento dos já existentes, intensa atividade imobiliária, implantação de *resorts*, grandes complexos hoteleiros, condomínios de segundas residências e um conseqüente fluxo turístico crescente. De uma área tradicionalmente ocupada por latifúndios e comunidades voltadas a agricultura de subsistência e a pesca, uma nova configuração se instala a partir do reconhecimento desta como zona turística.

O quadro que hoje se apresenta, após quase duas décadas deste movimento, mostra resultados que divide opiniões. De um lado, consideram-se os impactos positivos tais como, a modernização e diversificação da estrutura produtiva da região, a geração de trabalho e renda, a descentralização das atividades do turismo no Estado, a melhoria de infra-estrutura e serviços básicos. De outro, enfatiza-se os impactos ambientais negativos, os limitados efeitos sócio-econômicos em termos de benefícios apropriados pela população local, bem como as implicações socioculturais que esta nova configuração apresenta.

Com efeito, verifica-se que historicamente trata-se de um processo incrementado primordialmente com base em fatores exógenos ao território, calcado em um modelo centralizado pelo poder público, voltado prioritariamente à viabilidade econômica das atividades turísticas relacionadas aos interesses privados, apresentando, por conseguinte, resultados que atendem preferencialmente aos interesses e necessidades relacionadas a estes fatores em detrimento daqueles que dizem respeito aos das áreas receptoras e sua população.

Mesmo considerando as maiores vantagens alcançadas pelos municípios com melhores condições sociais e mais diversificadas estruturas econômicas, é possível afirmar que, de uma maneira geral, em relação às atividades turísticas, todos os municípios da Costa dos Coqueiros, em maior ou menor grau, apresentam dificuldades na apropriação das oportunidades e controle do crescimento da atividade turística.

A despeito destes fatos, o desenvolvimento do turismo na Costa dos Coqueiros é sem dúvida uma realidade, com uma tendência crescente de aumento do fluxo de turistas nos próximos anos, haja vista a implantação de diversos empreendimentos em execução ou previstos.

Configura-se assim uma situação-problema que sugere a necessidade de se ir além das constatações, condição esta inspiradora da delimitação do principal objetivo deste trabalho, qual seja, a análise das alternativas para enfrentamento da realidade concretamente estabelecida na Zona Turística Costa dos Coqueiros.

Entende-se que a fundamentação para o alcance deste objetivo reside em três pilares: na necessidade de construção de um modelo endógeno de desenvolvimento turístico capaz de contribuir para a criação de condições de usufruto dos benefícios do desenvolvimento turístico pela população local, no reconhecimento do domínio e suas implicações de empreendimentos exógenos a região, e na busca por pontos de convergência entre os interesses e necessidades dos diversos atores sociais envolvidos nesta dinâmica.

Tais pressupostos fundamentaram algumas questões norteadoras para identificação de estratégias de enfrentamento da problemática apresentada, assim formuladas:

- 1) É possível, a partir do modelo de desenvolvimento turístico praticado na Costa dos Coqueiros - Bahia, desenvolver ações que conjuguem os interesses e necessidades do território e dos diversos atores sociais envolvidos?
- 2) Considerando que o modelo de desenvolvimento adotado na Costa dos Coqueiros consolidou-se a partir da implantação de empreendimentos turísticos de médio e grande porte, que impactos teriam as ações de responsabilidade social corporativa na endogeneização dos benefícios do desenvolvimento turístico?
- 3) Qual a motivação dos empreendimentos turísticos para implantarem ações de responsabilidade social?
- 4) Que fatores poderiam ser considerados definidores da qualidade e abrangência das ações de responsabilidade social corporativa empreendidas?

Tais questionamentos serviram de orientação para a pesquisa que fundamentou esta dissertação, voltada para a investigação do potencial que as ações de responsabilidade social desenvolvidas por empreendimentos no território Costa dos Coqueiros pode apresentar na criação de um novo contexto de desenvolvimento do turístico. Para tanto, foi tomado como referência o modelo de implantação de ações socioambientais desenvolvido pelo Grupo Reta Atlântico relacionado à implantação do Condomínio Reserva Imbassaí na localidade do mesmo nome.

Tendo como fio condutor a construção do conhecimento e o entendimento da realidade, esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos. O primeiro intitulado Introdução procura dar uma visão global do estudo. No segundo, buscou-se a compreensão das bases constitutivas para o estabelecimento do modelo de desenvolvimento turístico vigente no Estado da Bahia, a partir de uma abordagem histórica das políticas públicas implantadas, com ênfase especial ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) e

suas implicações na realidade dos municípios integrantes da Costa dos Coqueiros.

O terceiro capítulo foi estruturado em torno do reconhecimento da área estudada, envolvendo suas especificidades historicamente determinadas, a constituição do espaço turístico e os impactos que se seguiram a partir do desenvolvimento do novo contexto estabelecido com a delimitação da Zona Turística Costa dos Coqueiros.

O quarto capítulo foi dedicado a apresentação da Empresa Reta Atlântico, seus princípios e ações, no âmbito da dimensão empresarial e, especialmente, no que se refere às ações de responsabilidade social corporativa desenvolvida pelo grupo através do Instituto Imbassaí, ONG criada pela empresa para este fim. Também neste capítulo são apresentados os resultados da pesquisa de campo aplicada nas localidades do entorno do empreendimento (Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu), consideradas no programa de ação desenvolvido pela empresa, como foco das intervenções.

Finalmente o quinto capítulo, apresenta as conclusões obtidas a partir dos estudos e pesquisas realizadas dão fechamento desta dissertação.

Julga-se importante ressaltar que, a motivação para construção deste estudo residiu na percepção do imperativo de articulação entre uma realidade concretamente estabelecida e a insuficiência de estratégias para enfrentamento e transformação da mesma, o que de imediato sugere a ultrapassagem das constatações e críticas para a análise das reais alternativas que se apresentam.

Evidentemente, o reconhecimento da necessidade de transformação só é possível porque existem fundamentos construídos com base nestas críticas e constatações. Entretanto, considera-se que só isso não é suficiente, é preciso mais, e este algo mais talvez esteja justamente na análise, crítica e constatação das reais possibilidades das alternativas que se apresentam.

Inscrever-se no campo da análise de alternativas para transformação da realidade concretamente estabelecida na Costa dos Coqueiros é pois a pretensão deste estudo. Utopia ou realidade? Hoje, não se pode saber...

2 O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NA BAHIA: UMA VISÃO PANORÂMICA

Na primeira metade do século XX, a Bahia vivenciou um processo de perda de importância econômica no cenário nacional e regional. Com uma economia voltada essencialmente a exportação de produtos agrícolas este declínio se consolidou principalmente com a decadência dos tradicionais cultivos de cana-de-açúcar e do fumo, com a estabilização¹ da cultura do cacau e com o crescimento da industrialização no centro-sul do Brasil.

Promover a retomada do desenvolvimento, inserindo a Bahia na política de industrialização vigente no país, foi o objetivo do primeiro Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (PLANDEB) - responsável pela estratégia da “desconcentração concentrada”, onde no programa geral de industrialização, foi projetado um setor industrial mais ou menos equilibrado entre a produção de bens de consumo e de capital, mas a prioridade foi para a especialização de grandes empresas, aproveitando os recursos naturais abundantes como o petróleo. Partindo das matérias primas existentes, a idéia era agregar valor à produção local para atender aos novos mercados, no Sudeste, criados pela substituição de importações (ALBAN, 2005).

Refletindo sobre os resultados da estratégia utilizada afirma Alban (2005):

Em termos econômicos, essa opção foi sem dúvida a mais acertada. Voltando-se para mercados externos, e valendo-se também de uma forte articulação para a atração de investimentos estatais, ela não tinha as restrições do mercado local. Desse modo, sempre que a economia do Sudeste se expandia, a economia baiana, ainda que com algum retardo, crescia paralelamente. Com esse processo, a Bahia sustentou taxas de crescimento significativamente superiores às médias nacionais, superando a primazia de Pernambuco no Nordeste e transformando-se na sexta maior economia estadual do País. (ALBAN, 2005, p.4).

Uma característica marcante deste processo foi a polarização na Região Metropolitana de Salvador, repercutindo na estruturação funcional e ampliação das desigualdades regionais. Assim, nos anos 60 tem-se a implantação do Centro Industrial de Aratu (CIA), em Candeias e Simões Filho; nos anos 70, o

¹ Apesar do desenvolvimento da cultura do cacau datar do final do século XIX, seu crescimento tinha limitações de várias ordens (edafoclimáticas, de infra-estrutura, relacionadas ao tamanho do mercado internacional) que inviabilizavam a expansão acelerada da lavoura.

Pólo Petroquímico, em Camaçari; nos anos 80, a metalurgia do cobre da Caraíba Metais, implantada em Dias D'Ávila.

A crise da economia nacional na década de 80 provocou o esgotamento desta estratégia, e a emergência de um novo modelo de desenvolvimento, pautado na verticalização da indústria em direção aos bens finais, como forma de agregação de valor a produção local, viabilizando em última análise a complexificação da economia. Conjuntamente, os planejadores do Estado propunham também a diversificação da base produtiva, com o desenvolvimento dos complexos agro-industriais no interior, bem como do turismo, uma vocação natural e pouco valorizada do estado (ALBAN, 2005).

As opiniões sobre os resultados alcançados com todo este processo são controversas. Para alguns estudiosos, no âmbito da economia, estas estratégias lograram êxito. Fundamentam-se para tal afirmação no fato de que na atualidade, a Bahia é a sexta economia do Brasil, detendo 5% do PIB nacional e respondendo isoladamente por cerca de 40% do produto interno bruto da região Nordeste. Com um setor privado moderno e dinâmico e políticas de Estado voltadas para a atração de investimentos e densificação da base produtiva, grandes cadeias produtivas na agroindústria, indústria e setor extrativo se estruturaram, mudando o panorama econômico do estado (BAPTISTA, 2005).

Por outro lado, Spínola (2001), defende a idéia de que, sem deixar de levar em conta intencionalidades, contextos sociopolíticos, econômicos, históricos, culturais e institucionais, a atuação dos complexos, centros e distritos industriais baianos não atendeu as expectativas de seus idealizadores. Duas constatações consolidam esta afirmação: primeiro, a despeito de todas as iniciativas, a Bahia não pode ser considerado um Estado industrializado na ampla acepção da palavra, visto que na realidade seu complexo industrial representa,

[...] um conjunto reduzido de empresas produtoras de bens intermediários que respondem majoritariamente pelo valor bruto da produção industrial e, do outro, uma miríade de micro e pequenas empresas sem expressão econômica. (SPÍNOLA, 2001, p.43).

A outra constatação diz respeito aos reduzidos impactos no desenvolvimento econômico-social alcançados com as políticas de industrialização consubstanciada com o aumento da dependência externa (nacional e internacional) e o agravamento das desigualdades sociais.

A Bahia cresceu economicamente, mas não se desenvolveu. Isto porque, a despeito do aparente progresso material e dos avanços tecnológicos, o conjunto dos benefícios por ele gerados não está disponível para milhões de excluídos que constituem, preponderantemente, a população estadual. (SPÍNOLA, 2001, p.35).

Concorda-se com Dias (2004), quando analisa este contexto, que embora a Bahia tenha se industrializado e, com isso, passado a participar do projeto econômico nacional, modernizando sua estrutura produtiva, aumentando seus indicadores econômicos, ampliando sua urbanização, isso decorreu mais da lógica de expansão do capitalismo industrial brasileiro do que de um efetivo projeto de desenvolvimento regional entendido como algo que envolve as instâncias econômicas, sociais, culturais, ambientais. Sendo assim, manteve sua relação de subordinação à lógica globalizante do lucro incessante, do atendimento aos interesses dominantes, da manutenção e reprodução do capital a qualquer custo.

Com efeito, esta realidade pode ser verificada quando se examina os indicadores de desenvolvimento humano no território baiano e se constata que embora a Bahia tenha ganhado duas posições no *ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano municípios (IDH-M) na última década, continua sendo um dos dez piores IDHs do país; ressalta-se que esta situação ocorre, em todos os três sub-indicadores do IDH: renda per capita, escolaridade e longevidade.

Configura-se assim um contexto com resultados bem diferentes daquele alcançados no desenvolvimento econômico-industrial, apontando também a necessidade premente de uma atenção especial às articulações entre políticas sociais e econômicas, visando amenizar os elevados níveis de pobreza e desigualdade.

Estas considerações relativas ao desenvolvimento na Bahia servem para entender a conjuntura na qual as políticas públicas do turismo foram inseridas,

fundamentando em última análise o modelo de desenvolvimento do turismo no estado.

Nas próximas seções (2.1 e 2.2) será apresentada a evolução destas políticas ao longo do tempo, com especial ênfase ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) - NE.

2.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO NA BAHIA

A reconstrução histórica da institucionalização do turismo na Bahia revela diferentes fases, orientações, diretrizes e metas bem como o importante papel de indutor do processo de desenvolvimento das atividades que o Estado assumiu em todos os períodos.

A este conjunto, Queiroz (2007) denominou de Sistema Institucional Público do Turismo Baiano, caracterizando a sua formação e evolução a partir de três fases historicamente delimitadas:

- 1) Fase de implantação (1930-1962).
- 2) Fase de transição (1963-1970).
- 3) Fase de consolidação. (1971-1990).

A primeira, denominada pela referida autora como fase de Implantação, compreende o período entre 1930 a 1962, e foi marcada inicialmente pela condução exclusiva do turismo pela municipalidade de Salvador. Até o final de 1940, as atividades turísticas eram desenvolvidas de forma incipiente e amadora, sem maiores preocupações com o planejamento, tendo como principal público, estrangeiros viajantes de cruzeiros marítimos e turistas nacionais ou regionais em trânsito para as Estâncias Hidrominerais de Itaparica, Olivença, Caldas do Jorro e Cipó, que de acordo com a tendência da época, foi a primeira modalidade de turismo praticado no Estado.

Na década de 1950, são observadas algumas atuações voltadas a “[...] dar efetividade e eficácia às ações do organismo gestor do turismo de Salvador, ao tempo que procurou fomentar a indústria hoteleira também ainda incipiente.” (QUEIROZ, 2007, p.150). Neste sentido foram criadas a taxa de

turismo (1951), o Conselho Municipal de Turismo e a Diretoria Municipal do Turismo em 1953. Em 1954, Salvador tornou-se a primeira cidade do Brasil a elaborar um Plano Diretor de Turismo, que tinha como objetivo solucionar as graves deficiências existentes, como por exemplo, acessos rodoviários precários, falta de equipamentos que viabilizassem o desenvolvimento da atividade, carência de serviços e mão-de-obra especializada. Apesar do discurso, o plano não chegou a ser implementado.

Ainda no nível municipal, foi criado neste período o Departamento de Turismo e Diversões Públicas (DTDP), ligado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, que passou a responder pelas ações de *marketing* e qualificação da mão-de-obra turística, dando suporte técnico aos empreendimentos.

Para Queiroz (2007), o DTDP inaugurou uma nova forma de gerenciamento do turismo. Mesmo com sérias restrições orçamentárias obteve méritos com realizações como a instalação do Conselho de Turismo (criado no início da década, mas sem funcionalidade), ampliação dos incentivos municipais a hotelaria e um bom resultado na área de *marketing*, através do qual a Bahia passou a ter uma expressividade no cenário do turismo nacional.

No âmbito estadual, só no final da década de 50 o turismo passou a ser incluído no planejamento, aparecendo no Programa de Recuperação Econômica da Bahia e no Plano de Desenvolvimento da Bahia (PLANDEB). Apesar disso, a gestão do turismo pelo Estado não evoluiu. Neste mesmo período, o Estado estava vivendo a efervescência da industrialização com a implantação dos parques industriais ocupando todas as atenções, o que provavelmente desviou o interesse pelas atividades turísticas.

Apesar de todas estas ações, as carências e problemas apresentados no início da década continuaram persistindo: concentração das ações em Salvador, baixa qualidade dos serviços hoteleiros, mão-de-obra sem qualificação e desempenho econômico ineficaz.

A alteração deste quadro começa a se configurar a partir de 1963, inaugurando a segunda fase denominada de transição (1963-1970), onde

foram constituídos os elementos fundamentais para mudança do modelo de desenvolvimento turístico (QUEIROZ, 2007).

Em termos de infra-estrutura, a inauguração da rodovia BR116, Rio - Bahia pode ser considerado um marco para o crescimento do fluxo turístico nacional.

Na dimensão institucional, a criação da Política Nacional de Turismo, da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e do Conselho Nacional de Turismo (Cntur), foi preponderante para implementação, no nível estadual, de estruturas que favorecessem a gestão do turismo tais como, o Departamento de Turismo e a BAHIATURSA – Hotéis da Bahia S. A, esta última voltada ao fomento do setor hoteleiro.

Também neste período começa a ser delineado o modelo de desenvolvimento do turismo na Bahia, voltado à atração de capital externo a região.

Os investimentos concentraram-se, sobretudo, na implantação de equipamentos de hospedagem. A consolidação deste modelo, entretanto, só foi efetivada na fase seguinte, quando se torna significativo, de fato, o número de empreendedores atraídos para a atividade turística estadual. (QUEIROZ, 2007, p.153).

Nesta nova fase identificada por esta autora como de incremento institucional (1971-1990), o turismo na Bahia é bastante influenciado pela ação do Governo Federal, e se caracteriza pelo atrelamento ao processo de industrialização, já descrito anteriormente.

O sistema Estadual do Turismo passa por sua primeira reestruturação. Vinculado a Secretaria de Indústria e Comércio (SIC), foram criados o Conselho Estadual de Turismo (CETUR) e a Coordenação de Fomento ao Turismo (CFT) que ficou responsável pelo planejamento. A BAHIATURSA assumiu além do fomento a hotelaria, a função de qualificar os recursos humanos e os serviços; em 1973 passou a chamar-se Empresa de Turismo da Bahia – Bahiatursa, ampliando o seu leque de atribuições com ações de valorização do patrimônio cultural, *marketing*, produção de estudos socioeconômicos e informações estatísticas.

Em meados da década de 70 foram criadas duas subsidiárias da Bahiatur: a Empreendimentos Turísticos da Bahia S.A (EMTUR), responsável pela construção de hotéis em cidades consideradas prioritárias para o turismo do estado, e a Bahia Convenções S.A (CONBAHIA) para gerenciar o Centro de Convenções. Em 1979, estas empresas foram absorvidas pela Bahiatur e o Cetur e a CFT foram extintos.

Na perspectiva da gestão do turismo duas estratégias foram consideradas prioritárias nesta fase: O Plano de Turismo do Recôncavo (PTR), que apesar de não ter sido implantado na íntegra foi considerado um importante instrumento de subsídio as ações da Bahiatur; e o plano mercadológico Caminhos da Bahia, voltado para promoção do turismo no interior do estado.

Os efeitos destas ações puderam ser sentidos ao longo das décadas de 70 e 80. Gaudenzi (2001), considera que entre 1975 e 1978, houve um crescimento de 22,6% no número de turistas hospedados em Salvador. Já com a estratégia Caminhos da Bahia o fluxo turístico atinge 1, 083 milhão de turista em 1979 e em 1986 o fluxo global para Salvador e para os municípios integrantes do programa alcança 2,1 milhões de visitantes.

Para Spínola (2000), o primeiro grande *boom* do turismo baiano aconteceu neste período, como conseqüência do trabalho de promoção da Bahia junto aos mercados emissores do sul/sudeste do País e da “exportação” dos valores culturais da terra, especialmente através do binômio música/carnaval, que ainda hoje são responsáveis pela atração de boa parte do fluxo de turistas que procura o Estado.

Entretanto, ainda na década de 80, os reflexos da crise econômica vivenciada no país neste período, somados à concorrência de novas destinações como Fortaleza, Maceió e Natal, propiciaram uma considerável retração no fluxo turístico da Bahia. A principal medida adotada para o enfrentamento desta situação foi o direcionamento para o mercado internacional.

Em 1991, Salvador já ocupava o terceiro lugar entre os destinos brasileiros mais visitados, constituindo nas palavras de Spínola (2000) no

segundo *boom* do turismo baiano. No âmbito do planejamento turístico, agregou-se ao objetivo de captação, a criação de estratégias para ampliação do tempo de estadia dos visitantes e o aumento do gasto médio per capita, “[...] com uma preocupação já visivelmente focada na importância econômica da atividade para geração de emprego e de renda no Estado”. (SPÍNOLA, 2000, p.40).

Demonstrando a permeabilidade e inter-relação do turismo com as diversas dimensões que compõem as sociedades, o turismo baiano sofre mais uma retração originada nas políticas para estabilização da economia brasileira desenvolvidas durante o Plano Real, principalmente a valorização da moeda brasileira em relação ao dólar, tornando o produto turístico nacional mais caro que os concorrentes internacionais, afetando não só o mercado externo como também o interno.

Apesar da indiscutível vocação do Estado para o desenvolvimento da atividade turística, a Bahia não escapou da crise vivida pelo setor em termos nacionais, sofrendo uma forte retração entre os anos de 1987 e 1990. Neste último ano, registrou-se em Salvador o menor fluxo global do período 1983/90 (959 mil turistas) e a menor taxa média geral de ocupação da hotelaria classificada do período 1981/90 (42,7%). (SPÍNOLA, 2000, p.40).

Para enfrentamento deste quadro, foi desenvolvido um programa sustentado em três vetores principais: o marketing turístico, o programa de investimentos e o desenvolvimento do produto turístico a partir de uma nova imagem do “Produto Bahia”².

Implantado em 1991, em 1992 os resultados deste programa já foram sentidos, quando a Bahia alcançou um fluxo de dois milhões de turistas. Posteriormente, houve um redirecionamento da ação estratégica visando diversificar o “Produto Bahia” com uma nova compreensão de espaços/produtos incluindo outras regiões do estado que apresentassem potencial para o desenvolvimento turístico, configurando o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (Prodetur-BA) ainda numa perspectiva estadual.

² O produto turístico pode ser conceituado como o “resultado da soma dos recursos naturais, culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas” sendo que algumas operam a transformação da matéria prima e outras oferecem bens e serviços. (BENI, 2001, p. 26).

Diante dos resultados econômicos alcançados, o Governo da Bahia assume o turismo como uma das mais importantes estratégias de crescimento para o estado. Tais resultados podem ser visualizados nas Tabelas 1 e 2 a seguir:

Tabela 1 - Bahia - Fluxo global de turistas segundo residência permanente 1990/1998

ANO	Nº DE TURISTAS			% DESTINOS EMISSORES	
	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros
1990	1.577.199	148.802	1.726.000	91,38	8,62
1991	1.824.064	159.936	1.984.000	91,94	8,06
1992	1.781.665	183.744	1.965.409	90,65	9,35
1993	2.139.963	210.000	2.349.963	91,06	8,94
1994	2.345.727	231.000	2.576.727	91,04	8,96
1995	2.327.598	254.100	2.581.698	90,16	9,84
1996	2.509.589	292.050	2.801.639	89,58	10,42
1997	2.849.220	340.050	3.189.270	89,34	10,66
1998	2.961.000	357.000	3.318.000	89,24	10,76

Fonte: Bahiatursa, 1998 (SPÍNOLA, 2000).

Nota: Adaptado pela autora.

Tabela 2 - Bahia - Receita turística global segundo residência permanente 1990 - 1998

ANO	RECEITA TURÍSTICA (em US\$ 1.000)			% DESTINOS EMISSORES	
	Nacionais	Estrangeiros	Total	Nacionais	Estrangeiros
1990	276.582	45.718	322.301	85,81	14,19
1991	267.953	53.304	321.257	83,41	16,59
1992	331.546	72.865	404.411	81,98	18,02
1993	56.143	112.354	468.497	76,02	23,98
1994	487.215	103.455	590.670	82,49	17,51
1995	726.554	143.256	869.810	83,53	16,47
1996	766.638	124.459	891.097	86,03	13,97
1997	745.934	110.652	856.586	87,08	12,92
1998	789.230	118.690	907.920	86,93	13,07

Fonte: Bahiatursa, 1998 (SPÍNOLA, 2000).

Nota: Adaptação pela autora.

Em sintonia com o espaço que o turismo passa a ocupar no contexto da economia do estado, em 1995 é implantada a Secretaria de Cultura e Turismo sendo integradas a esta nova estrutura a Bahiatursa, a Fundação Cultural, a Fundação Pedro Calmon, o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural e o Arquivo Público. Ressaltam-se os efeitos positivos apontados por alguns estudiosos da união da cultura e turismo em uma mesma secretaria, como fator de identidade da imagem da Bahia enquanto produto turístico.

Neste mesmo ano a Bahia concretiza o primeiro contrato para liberação de recursos provenientes do Prodetur – NE ao qual o programa estadual se vinculou, recursos estes bastante concentrados neste estado e, mais especificamente, na Costa do Descobrimento.

A implantação do Prodetur na Bahia promoveu mudanças significativas em diversas áreas: alterações na geografia turística, no modelo de gestão do turismo, impactos sociais, econômicos, culturais, etc., inaugurando uma nova fase no âmbito do Sistema Estadual de Turismo.

Diante da sua importância, a seção a seguir foi estruturada para apresentar a evolução deste programa, bem como sua participação e efeitos na constituição do modelo de desenvolvimento turístico na Bahia.

2.2 PRODETUR I E II: OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Em 1991, o Governo do Estado da Bahia lançou um programa multisetorial denominado Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia (Prodetur), no qual o Governo do Estado pretendia criar centros turísticos integrados ao longo do território estadual, localizados em zonas que apresentassem potencial turístico. Este programa terminou por referenciar³ o Prodetur - Nordeste, programa regional configurado em bases conceituais

³ O PRODETUR-BA foi elaborado, em 1992, objetivando “captar recursos financeiros internacionais através de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) o agente financeiro” (BAHIATURSA; PRODETUR, 1992, apud QUEIROZ, 2007, p. 28). Esse programa estadual de turismo, que deveria compor o planejamento da região Nordeste a ser apresentado ao BID, foi denominado PRODETUR, nome mais tarde assumido pelo Banco Interamericano. Embora as negociações para o PRODETUR-NE estivessem em curso desde 1990, o programa para o turismo do Nordeste ainda não havia sido nomeado o conjunto dos planos efetuados pelos estados nordestinos, assumindo então à sigla BID-PRODETUR-NE. (GAUDENZI, 2001 apud QUEIROZ, 2007, p. 28).

semelhantes, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Banco do Nordeste.

De acordo com a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), com duração prevista para vinte anos, o Prodetur/NE adotou como principal objetivo

reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico regional nas áreas com potencial turístico e com atividade em crescimento. (BAHIA, 2007).

Nesta primeira fase denominada Prodetur I (1995-2001), o programa foi desenvolvido com base em três componentes: obras múltiplas em infraestrutura básica e serviços públicos, melhoramento de aeroportos nos estados do Nordeste e desenvolvimento institucional no sentido do fortalecimento dos órgãos estaduais e municipais para executar suas funções na gestão do turismo. Os recursos alocados para a implantação destas ações foram da ordem de US\$ 670 milhões.

No caso específico da Bahia, Em 1992, foram definidas as zonas turísticas prioritárias, onde a definição dos municípios e seus respectivos agrupamentos levaram em consideração alguns aspectos tais como a atratividade efetiva e potencial, natural e cultural, presente em cada território municipal. Estes agrupamentos foram identificados por uma unidade temática local, caracterizados por atributos naturais e culturais. Foram sete zonas turísticas determinadas: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina.

A Figura 1 apresenta a distribuição das zonas turísticas no Estado da Bahia.

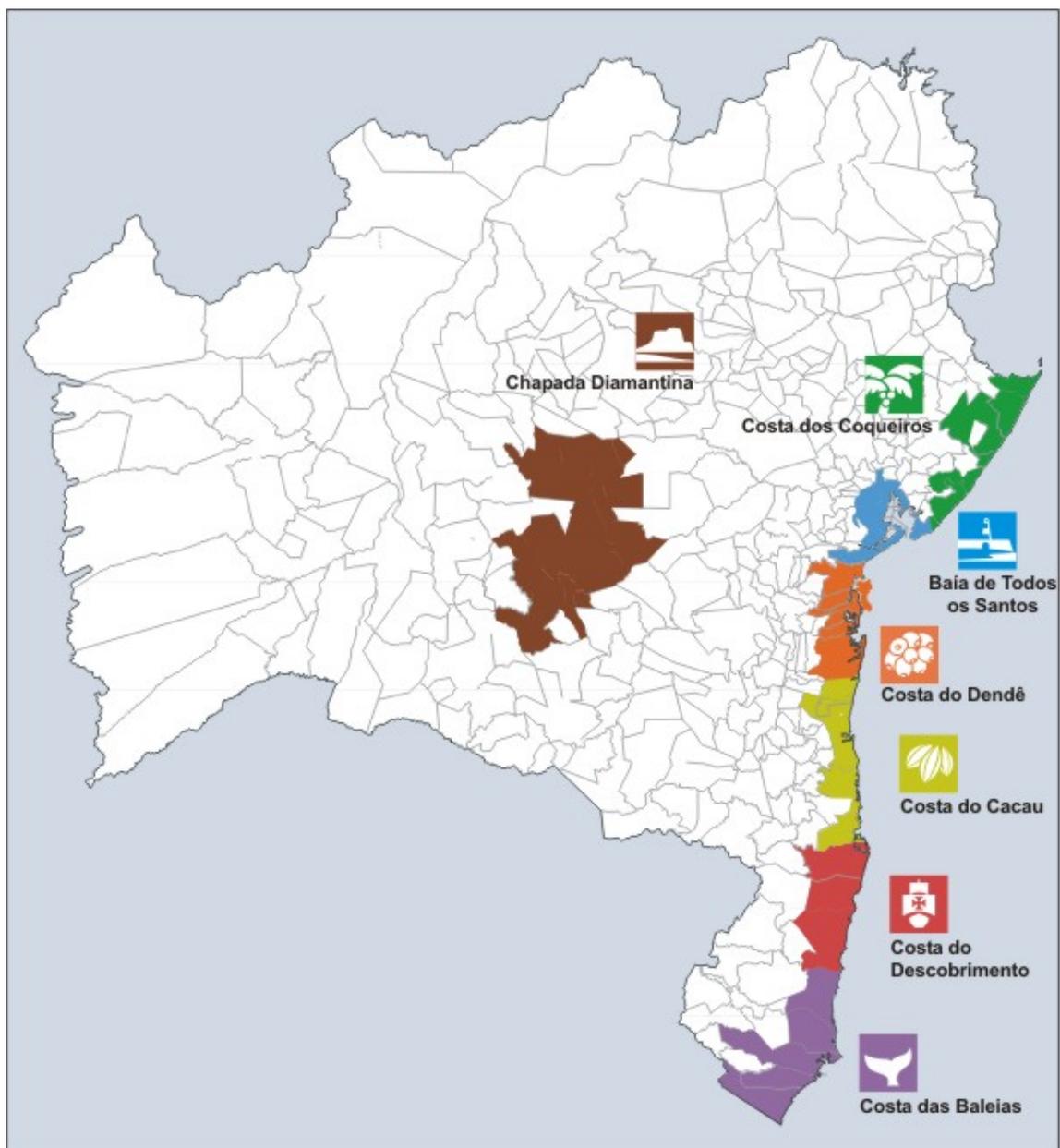


Figura 1 - Zonas Turísticas da Bahia

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). Suinvest - 2005. (BAHIA, 2007).

A zona selecionada inicialmente para os investimentos foi a Costa do Descobrimento, que fica na área do Prodetur-BA. Posteriormente, outras áreas foram incorporadas. Em termos de recursos foram captados US\$ 140 milhões que somados a contrapartida local totalizou cerca de US\$ 250 milhões, aplicados em obras diversificadas de infra-estrutura básica e serviços públicos, melhoramento de aeroportos e desenvolvimento institucional (BAHIA, 2007).

A Figura 2 a seguir resume os valores aplicados, os setores e áreas onde as obras foram realizadas pelo Prodetur I na Bahia. Nota-se que o grande

volume de recursos destinou-se para melhoramentos e construção de aeroportos, seguido pelo setor de transportes e saneamento básico.

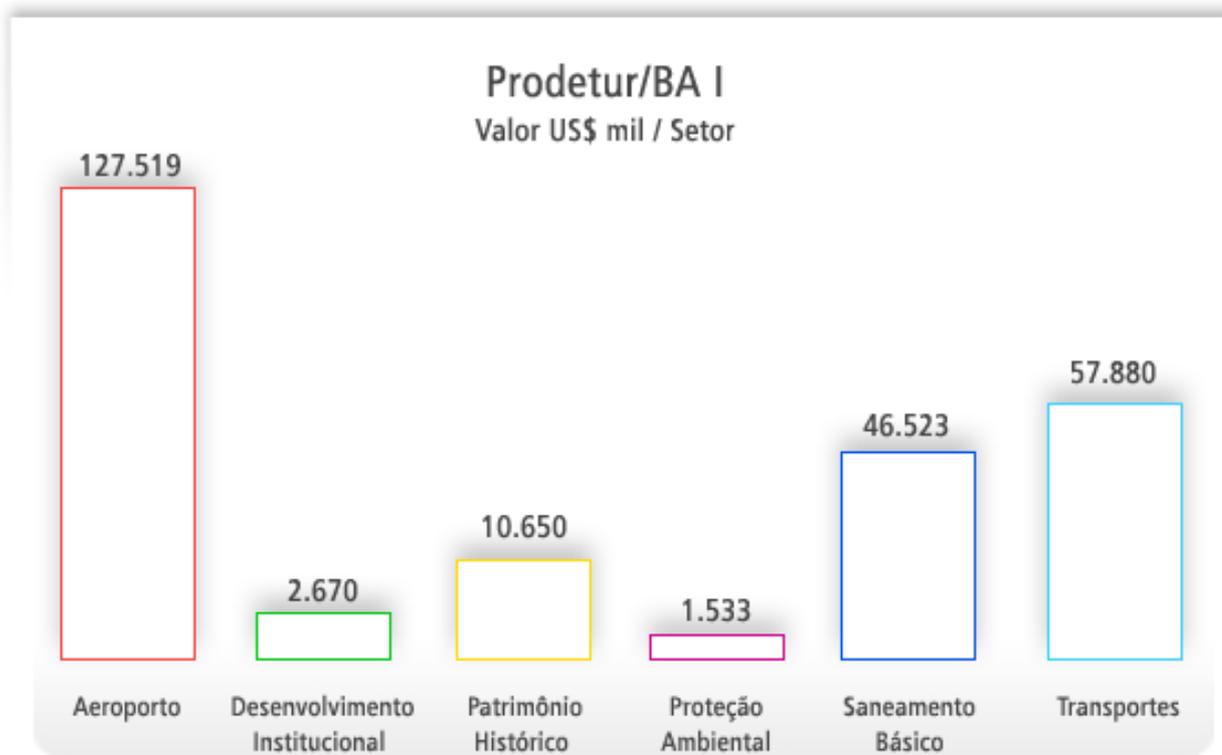


Figura 2 – Obras realizadas por componente – Prodetur I

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). Suinvest - 2005. (BAHIA, 2007).

Referenciadas aos componentes estabelecidos pelo programa, as principais ações na Bahia nesta fase foram:

- 1) Obras múltiplas em infra-estrutura básica e serviços públicos: investimentos em saneamento que contemplou a implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em todos os municípios da Costa do Descobrimento, e nas localidades de Itacaré e Praia do Forte; construção das rodovias Belmonte/Cabrália, Ilhéus/Itacaré e Porto Seguro/Trancoso.
- 2) Melhoramento de aeroportos: ampliação e melhoramento dos aeroportos de Porto Seguro e de Salvador e construção do aeroporto de Lençóis.

3) Desenvolvimento Institucional: implantação de ações de planejamento local, modernização de órgãos executores e capacitação dos gestores e atores envolvidos na atividade, além de ações de promoção do turismo, na realização de eventos e material promocional (aquisição de equipamentos, capacitação de gestores, revitalização do artesanato da Costa do Descobrimento e Costa do Cacau) (BAHIA, 2007).

Já na Figura 3 é possível visualizar a distribuição dos recursos por zonas turísticas do Estado da Bahia. Verifica-se uma grande concentração destes recursos na Zona turística Baía de Todos os Santos, onde se encontra a capital Salvador, seguida pela Costa do Descobrimento que tem como expoente em termos de destino turístico Porto Seguro.

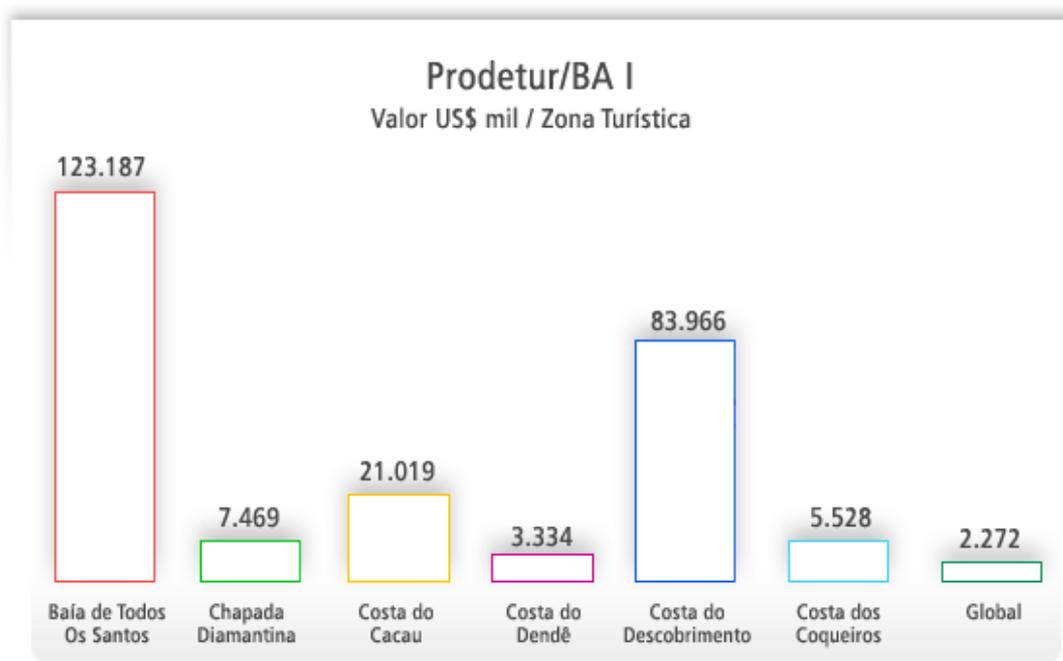


Figura 3 – Investimentos por Zona Turísticas - Prodetur I
Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). Suinvest - 2005. (BAHIA, 2007).

Na perspectiva dos vinte anos previstos para realização do Prodetur-NE, esta primeira fase representou sem dúvida um avanço na economia do turismo na Bahia. Os investimentos privados anunciados no período totalizaram o montante de US\$ 4,7 bilhões, dos quais US\$513,7 milhões já concluídos, US\$ 422,8 milhões em execução e US\$ 3,7 bilhões projetados para um horizonte

temporal de aproximadamente 15 anos (SPÍNOLA, 2000). Também são reconhecidas as alterações na geografia turística do Estado iniciadas neste período, onde pode ser observada uma desconcentração do fluxo turístico em relação à capital Salvador, que até então dominava o cenário no âmbito do turismo na Bahia. Segundo Queiroz (2007), na década de 70, Salvador absorvia 73% dos visitantes que buscavam a Bahia; em 2000 este percentual já havia sido reduzido para 45,4% do fluxo turístico do Estado, apesar de ainda estar muito concentrado entre Salvador e Porto Seguro (70,4%).

Por outro lado, alguns aspectos e fatores identificados como pontos de estrangulamento para efetividade e eficácia do Programa também serviram de fundamento para as alterações que caracterizaram a fase II do Prodetur.

A base para fundamentação desta segunda etapa foi a avaliação realizada pelo BID, onde os Estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia constituíram-se em uma amostra representativa dos resultados alcançados.

Um dos aspectos observados nesta fase foi que ao lado dos ganhos obtidos com o incremento do fluxo a partir das diversas obras de infraestrutura, a falta de um planejamento turístico prévio nos núcleos receptores vinha acarretando sérios problemas sociais, econômicos e ambientais, levando a constatação de que deveria haver uma preocupação maior com a melhoria da qualidade de vida da população e com a participação social visando uma gestão participativa. Outra questão verificada diz respeito à necessidade de uma participação mais efetiva das prefeituras no programa, desde quando a falta de compromisso com a manutenção das inversões efetuadas e deficiências no controle de suas áreas de competência foi uma marca no Prodetur I.

De uma maneira geral pode-se afirmar que o Prodetur II apresentou regulamentos operacionais com maiores exigências do que na etapa anterior. Considerado pelos órgãos executores como o programa de consolidação do turismo no Nordeste do Brasil, seu contrato de financiamento foi aprovado e assinado em setembro de 2002, após negociações entre os Estados, BNB, Ministério do Turismo e BID, com recursos previstos de US\$ 400 milhões.

Inicialmente, o foco no desenvolvimento turístico estadual foi redirecionado para um plano de desenvolvimento e gestão local. O zoneamento turístico, com a criação de pólos turísticos⁴ por cada Estado, tornou-se requisito básico para obtenção de financiamento. Também deveriam ser constituídos os Conselhos de Turismo, instância concebida para planejar, deliberar e viabilizar as ações direcionadas ao desenvolvimento do turismo, formado por integrantes do poder público (federal, estadual e municipal) iniciativa privada e terceiro setor.

Como ressalta Queiroz (2007), o programa voltou-se para prioridades sociais como elevação da qualidade de vida, fortalecimento da cidadania, participação mais efetiva das prefeituras, melhoria da capacidade institucional, etc. Foram consideradas como exigências pré-contratuais ações e condições municipais como capacitação, existência de Plano Diretor, atendimento aos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal, investimentos na área de gestão do patrimônio natural e cultural.

A priorização do caráter social fica evidenciado nas metas previstas para esta fase apresentadas no Quadro 1 a seguir:

1.	Conscientização, mobilização e integração social
2.	Geração de ocupação produtiva e renda
3.	Capacitação e educação para o turismo
4.	Melhoria das condições de saúde
5.	Resgate da cidadania e auto-estima da população residente
6.	Melhoria da qualidade de vida em geral

Quadro 1 - Metas da segunda fase do Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) – caráter social

Fonte: Banco do Nordeste (apud QUEIROZ, 2007).

Como componentes a serem financiados com os recursos desta etapa foram determinados os seguintes: Fortalecimento da Capacidade Municipal de Gestão do Turismo; Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-estrutura

⁴ No âmbito do Prodetur, o Banco do Nordeste (BNB), entende o conceito de pólos turísticos como um espaço geográfico claramente definido, com pronunciada vocação para o turismo, envolvendo atrativos turísticos similares e/ou complementares (BANCO DO NOREDESTE, 2008).

para o Crescimento Turístico; e Promoção de Investimentos no Setor Privado (SCT, 2001).

Ainda como condicionante para financiamento, foi exigido a elaboração e aprovação pelos Conselhos de Turismo e posteriormente pelo Banco do Nordeste, dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Estes planos foram constituídos por um amplo diagnóstico das potencialidades turísticas de cada pólo além de quadros prospectivos e linhas de ação, tendo como objetivo:

Promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo em mesorregiões vocacionadas, formação de parcerias, mobilização e integração dos atores locais com foco na atividade turística e nos resultados, em benefício da população local (SCT, 2001).

No caso da Bahia foram definidos quatro pólos turísticos prioritários a serem contemplados pelo PRODETUR II: Pólo Salvador e Entorno, Pólo Litoral Sul, Pólo do Descobrimento e Pólo Chapada Diamantina.

Na perspectiva do planejamento turístico estadual, foram ainda concebidos mais dois novos pólos, Caminhos do Oeste e Lagos do São Francisco e uma zona turística, o Vale do Jiquiriçá, que para efeito de financiamento do Prodetur II não foram incluídos. A Figura 4 a seguir mostra o novo zoneamento turístico concebido a partir do Prodetur II.



Figura 4 - Pólos Turísticos da Bahia

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia (SCT, 2005), (BAHIA, 2007).

Como a concepção de pólo turístico para o BID compreendia uma área geográfica maior do que aquelas determinadas anteriormente na distribuição das zonas turísticas, estas foram agrupadas formando três pólos litorâneos e o Pólo da Chapada Diamantina (ver Quadro 2).

Pólos turísticos	Zonas turísticas
Pólo Salvador e Entorno	Baía de Todos os Santos e Costa dos Coqueiros
Pólo Litoral Sul	Costa do Cacau e Costa do Dendê
Pólo Costa do Descobrimento	Costa do Descobrimento e Costa das baleias
Pólo Chapada	Circuito do Ouro, Circuito do Diamante e Chapada Norte

Quadro 2 - Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur Pólos Turísticos Baianos

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo da Bahia (SCT), (BAHIA, 2007).

Nota: Adaptado pela autora.

Em 2004, todos os pólos turísticos baianos já constituíram seus respectivos Conselhos de Turismo a despeito das dificuldades que vem enfrentando em termos de correlação de forças, participação social efetiva, conflito de interesses, fatores estes que podem ser considerados inerentes aos processos de gestão participativa. Os Planos de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do turismo (PDITS) dos pólos turísticos baianos também já se encontram devidamente elaborados e aprovados.

Tomando como referência o ano de 2004, a situação dos pólos turísticos baiano pode ser assim resumida: O PDITS da Costa do Descobrimento já estava com a aprovação formal; os dos Pólos Litoral Sul e Salvador e Entorno haviam sido pré-aprovados para as ações globais; o da Costa das Baleias e Chapada Diamantina foram apresentados, mas o parecer não fora emitido. Em suma, apesar do atendimento a várias exigências do programa nenhuma assinatura de contrato havia sido efetivada (QUEIROZ, 2007).

Tal situação caracterizava os problemas que o Prodetur II vinha enfrentando na sua execução. Segundo Garrido (apud QUEIROZ, 2007), a grande dificuldade para operacionalização do Prodetur era a participação do Governo Federal nesta segunda etapa, desde quando implicava na existência de um duplo comando no nível da União, constituído pelo Banco do Nordeste e Ministério do Turismo, o que acarretava menos dinamismo e mais burocracia aos processos de liberação dos recursos.

Na atualidade (2008), o Prodetur II Bahia encontra-se inteiramente contratado, em execução, elaboração ou tramitação dos projetos, com a maior parte dos recursos já aplicados em obras físicas ou de capacitação, totalizando um montante de U\$ 90 milhões de investimentos. Estima-se que em 2009, o Prodetur II estará finalizado, já havendo sinalizações para contratação de uma nova etapa (informação verbal)⁵.

Concordando com Spínola, (2000), entende-se que muito ainda se tem que questionar o Prodetur, tendo em vista a sua franca inclinação para o incentivo ao turismo de massa e os possíveis impactos dos investimentos realizados no seu rastro. Mas, quanto a sua validade como instrumento de desconcentração econômica através da reinserção na dinâmica estadual de economias municipais em estagnação, ele de fato pode ser considerado um indutor deste processo.

Vale ressaltar que esta conjuntura vem gerando um novo tipo de concentração em torno dos mega complexos turísticos que estão sendo construídos em áreas determinadas, assim descrito por esta autora:

De fato, o que se percebe mais recentemente é a criação de um novo modelo geográfico de turismo, marcado por outro tipo de concentração: aquela que se verifica em torno dos núcleos turísticos estabelecidos, notadamente em torno dos complexos turísticos de maior porte, que começam a exercer um considerável poder de polarização sobre suas áreas imediatas de influência e a dividir entre si e com Salvador o fluxo turístico da Bahia. (SPÍNOLA, 2000, p.45).

Na visão de Silva (2006), o modelo de desenvolvimento do turismo centrado na implantação de pólos turísticos regionalizados, inspira-se no modelo do Pólo de Crescimento formulado por François Perroux, mas esta vinculação “não é concernente à concepção original do Pólo de Crescimento de Perroux” (SILVA, 2006, p. 10), até por que não é consensual a possibilidade do turismo atuar como atividade motriz⁶.

Ademais, ao privilegiar a função de especialização (no caso o turismo), o referido modelo submete excessivamente os processos a decisões e

⁵ Informação fornecida por Inez Garrido, assessora da Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos – Suinvest, órgão da Secretaria de Turismo da Bahia, em entrevista realizada em 2008.

⁶ Existe uma corrente que defende a noção de que não é o turismo que favorece o desenvolvimento de uma região atrasada, mas o próprio nível de desenvolvimento desse território que converte o turismo em uma atividade favorável ou não para esse processo.

investimentos exógenos aos âmbitos locais e regionais, que passam a ter os seus interesses relegados a um plano secundário. Ressalta-se ainda que, o arranjo institucional subjacente a tal modelo prevê um atrelamento a atração de capitais privados, nacionais e internacionais, e a realização de investimentos infra-estruturantes por parte do poder público bastante custosos, promovendo o endividamento externo dos Estados envolvidos, devido aos financiamentos contratados junto a organismos internacionais.

Neste contexto, a atuação do Estado no papel de planejador ou mesmo de representante dos interesses da população é questionável, como bem coloca Silva (2006):

No modelo de desenvolvimento turístico prevalecente no Brasil, focado na constituição de “pólos turísticos” regionalizados, considera-se que o papel do Estado no planejamento desse desenvolvimento tem deixado a desejar, quando se considera o efetivo grau de endogeneização dos seus resultados.

Ao privilegiar a função e implementar o processo à mercê de decisões e investimentos exógenos aos âmbitos local e regional, se relega o território e todos os elementos que o integram, particularmente os ambientais e sociais, a um plano secundário. Por consequência, acarreta-se uma diversidade de custos para a sociedade e o território, mitigando-se os impactos positivos e os benefícios socioeconômicos derivados do desenvolvimento turístico, pela não utilização, em escala otimizada, dos recursos de base local da região objeto do processo de planejamento. (SILVA, 2006, p.25).

Também para Spínola (2000) a estratégia governamental voltada à ênfase na captação do turismo internacional e do grande capital talvez não seja a ideal para alcançar o objetivo que permeia toda a política nacional de turismo focada no desenvolvimento local e na geração de emprego e renda. Reconhecendo sua contribuição como instrumento de reordenamento econômico e espacial do território, a autora defende a necessidade de uma atuação mais efetiva do Estado enquanto “regulador da atividade, ditando normas a serem seguidas, que atendam aos objetivos de sustentabilidade traçados, e monitorando o desempenho do *trade* turístico”. (SPÍNOLA, 2000, p.46).

Com efeito, entende-se que esta é uma tendência que obedece a uma ordem global, originada na difusão das políticas neoliberais que dominaram o cenário da política mundial principalmente a partir da década de 80, e que tem

como um dos aspectos centrais a defesa de um “Estado Mínimo”, em função de uma regulação gerida por fatores econômicos de livre concorrência.

Trata-se, pois de um novo paradigma mundial pautado em uma crescente hegemonia do ideário neoliberal, inserido em uma lógica de criação de estratégias, que favoreça a continuidade da reprodução do capital e de suas formas de acumulação.

Como não poderia deixar de ser, o turismo enquanto conjunto complexo e sistêmico de atividades, inclusive econômicas, sofre as influências desta conjuntura. Especificamente em relação às políticas públicas de turismo, Bursztyn (2003), resume bem estas influências:

As políticas públicas desenvolvidas sob a égide do ideário neoliberal tendem a priorizar a formação de produtos turísticos voltados para o grande mercado, forçando a adequação das condições locais no sentido de alcançar uma maior eficiência em seus serviços e, conseqüentemente, gerar o maior lucro possível. (BURSZTYN, 2003, p.11).

A constituição do modelo de desenvolvimento turístico na Bahia foi se consolidando vivenciando diversas etapas, regido sempre por influências de diversas conjunturas tanto no nível local, nacional, como também mundial. Neste movimento, alguns princípios foram alterados e outros se mantiveram, fortalecendo-se ao longo do tempo a ponto de identificar - se como uma marca deste modelo. Assim é, por exemplo, o atrelamento ao capital exógeno a região e a participação efetiva e centralizadora do Estado na sua constituição e manutenção.

Inicialmente ligado ao processo de industrialização do estado, o turismo foi tratado como a “indústria sem chaminés”, absorvendo também os efeitos deste processo enquanto iniciativa preponderantemente relacionada à expansão do capitalismo industrial brasileiro em detrimento de um efetivo projeto de desenvolvimento regional.

Como implicações deste contexto, destacam-se a ênfase no processo de acumulação e reprodução do capital, na viabilidade econômica das atividades turísticas, especialmente quando observada pelo setor privado, relegando a um segundo plano as questões inerentes ao território ou mesmo os impactos sociais, culturais ambientais que as atividades poderiam exercer.

Sob outro ângulo, verifica-se que passado o período de implantação do Sistema Institucional Público, o turismo passa a ser priorizado no âmbito das políticas públicas estaduais, sempre em uma perspectiva econômica é evidente, tendo como característica de gestão um modelo amplamente centralizador e interventor, onde o Estado assumiu inclusive funções da iniciativa privada.

Ao longo do processo evolutivo do turismo baiano e para fomentá-lo, o Estado decidiu tornar-se, ele mesmo, um empreendedor privado. Construiu e arrendou hotéis e outros equipamentos turísticos em regiões pouco propícias à atração do capital privado, mas não exclusivamente nelas; também investiu e gerenciou equipamentos de grande porte na cidade do Salvador, *locus* dotado de maior poder de competitividade no contexto do turismo estadual. Posteriormente, ainda que se desvinculando da produção direta, o Estado permaneceu como o provedor da atividade, em todas as etapas do seu processo produtivo. (QUEIROZ, 2001, p. 23).

Para a referida autora, o modelo interventor adotado, conduziu a certa passividade da classe empresarial, onde aqueles vinculados ao *trade* turístico estadual e, principalmente, ao soteropolitano, passaram a atribuir ao Estado a responsabilidade pelo desempenho quase integral da atividade. Infere-se que talvez este comportamento também tenha favorecido a abertura de espaços para a entrada de empreendedores de outras regiões ou mesmo de outros países, determinando uma das características marcantes do turismo baiano, qual seja o atrelamento ao capital externo a região.

Entende-se que esta determinação pode ter sido originada a partir de dois pontos: ou o desinteresse dos empresários locais foi a motivação para a busca de outras opções, e dentre elas a escolha pelo capital exógeno a região, ou o afastamento da iniciativa privada promoveu a liberdade para que o Estado agisse de acordo com suas premissas sem interferências.

De qualquer forma, esta característica, somada ao estímulo a investimentos voltados a empreendimentos hoteleiros (principalmente com incentivos fiscais e preparação de infra-estrutura básica), parece também determinante em outro aspecto bem acentuado do modelo de desenvolvimento do turismo na Bahia: resorts, mega complexos hoteleiros, condomínios residenciais, geralmente de propriedade de investidores internacionais são estruturas bastante comuns nos destinos turísticos baianos. Ressalta-se que

dentre as zonas turísticas delimitadas na Bahia, a Costa dos Coqueiros foi a que mais assimilou esta forma de organização.

Como resultado, verifica-se que no cômputo geral, a grande maioria dos investimentos privados (89%) foi dirigida para a construção de hotéis e pousadas (SPÍNOLA, 2000). Só o Complexo Sauípe, localizado na Costa dos Coqueiros possui cerca de 1.596 acomodações (em fase de ampliação) distribuídas entre resorts, hotéis de grande porte e pousadas temáticas. De acordo com estudo realizado pelo Instituto Imbassaí, estima-se que no contexto atual a rede hoteleira da Costa dos Coqueiros conta com 5.403 (cinco mil quatrocentos e três) unidades habitacionais com uma taxa média anual de ocupação de 60% (INSTITUTO IMBASSAÍ, 2007).

Em termos de reordenamento territorial, esta organização promoveu um tipo de polarização em torno destes complexos e condomínios que dentre outras coisas submeteu a população local aos efeitos de uma monocultura turística, reconhecidamente um fator prejudicial ao desenvolvimento socioeconômico.

Considera-se também outro importante aspecto na consolidação do modelo de desenvolvimento do turismo atualmente praticado na Bahia: as ações promovidas pelo Prodetur – NE. Compreende-se que mesmo levando em conta as imposições de uma nova ordem econômica mundial, de aspectos da realidade local e nacional, as demandas diretas ou indiretas do Prodetur podem ser consideradas uma das maiores responsáveis pelas alterações que vem ocorrendo no modelo de desenvolvimento do turismo na Bahia.

Na realidade o que se verifica é uma mudança paulatina impulsionada por estas demandas, pelo reconhecimento da importância do turismo para o Estado, dos requisitos necessários para elevar a competitividade da Bahia enquanto destino turístico, tudo isso coroado pela necessidade de legitimação destas ações de acordo com as tendências das políticas públicas atuais.

A idéia de uma gestão participativa enquanto princípio, da criação de estratégias para uma maior participação da iniciativa privada, de articulação de parcerias com os diversos segmentos da sociedade, apesar de em tese estarem presentes em outros momentos deste processo, tem pouco tempo que

passaram a ser concretizados, a exemplo das articulações da Secretaria de Turismo⁷ junto a outros organismos estaduais, da constituição dos Conselhos de Turismo dos Pólos; da implantação do *Salvador Convention and Visitors Bureau*, do Fórum de Estudos Avançados em Turismo (que vem assumindo a responsabilidade pela educação para o turismo), do Cluster de Entretenimento da Bahia (QUEIROZ, 2001).

Aos poucos o Sistema Estadual de Turismo tem direcionado suas ações infra-estruturais e de *marketing* institucional para uma perspectiva regional, favorecendo inclusive a observância de especificidades, tais como diferentes estágios de desenvolvimento sócio-econômico ou mesmo diferentes vocações baseadas em distintas formas de atrativos.

Por outro lado, entende-se que este movimento é relativamente recente, e a despeito de todo um discurso voltado a participação social nos processos decisórios bem como uma ênfase especial nos interesses e necessidades das populações locais, na prática o modelo de desenvolvimento do turismo na Bahia ainda guarda características marcantes da sua origem, fundadas nas intrincadas relações institucionais, culturais e históricas que conformam o território na condição de espaço socialmente construído.

Assim é, por exemplo, o atendimento prioritário aos interesses privados, detentores do capital, e a função de especialização – o turismo - relegando ao segundo plano os reais interesses, necessidades e prioridades das populações locais e daquele que foi definido como espaço turístico.

Compreende-se que as transformações neste contexto exigem além de outras coisas, tempo para amadurecimento e uma sociedade civil fortalecida com condições de exercer uma participação efetiva em defesa dos seus interesses nos momentos de correlação de forças.

Historicamente, verifica-se que a tradição autoritária brasileira produziu uma sociedade civil frágil, com pouca capacitação técnica e política, para proposição e negociação de políticas públicas.

⁷ Com a mudança da gestão governamental, a partir de 2007 a Secretaria de Cultura e Turismo foi desmembrada, criando-se duas secretarias.

As instâncias públicas (federais, estaduais e municipais) estão despreparadas para a transparência. Não existem vontade nem cultura política que favoreça a partilha do poder. As regras de relacionamento entre o Estado e a Sociedade são excessivamente burocratizadas o que desestimula uma participação mais efetiva de todas as classes.

Concordando com Carvalho (2002), entende-se que os compromissos de beneficiamento de elites econômicas e/ou políticas, o autoritarismo hierárquico, as relações de compadrio e tutela, o clientelismo, o corporativismo, as relações fisiológicas entre o público e o privado, marcaram a história colonial, escravocrata, imperial e republicana brasileira e na conjuntura atual ainda estão presentes na gestão pública, interferindo entre outras dimensões na credibilidade dos “confrontos propositivos” e nas gestões participativas.

Para Bandeira (1999), a tradição político-administrativa brasileira é fortemente caracterizada pela centralização do poder decisório e pelo formalismo burocrático exigindo para a superação desta condição, mudanças estruturais na administração pública do país.

Ainda comentando esta situação o referido autor também considera como requisito para consolidação destas mudanças,

[...] a persistência das lideranças da comunidade em reivindicar o avanço da participação, superando os múltiplos entraves oriundos até mesmo da própria fragilidade das estruturas da sociedade civil e da ausência de tradição participativa. (BANDEIRA, 1999, p. 73).

Refletindo ainda sobre estas fragilidades, verifica-se que as condições objetivas de vida da maior parte da população brasileira também se constituem em um fator de peso nas práticas participativas. Com efeito, a situação de pobreza e exclusão social da maioria da população brasileira coloca os atores sociais em uma posição de vulnerabilidade, mais voltados às questões objetivas e individuais de sobrevivência, o que prejudica a focalização em questões coletivas e subjetivas e abre espaços para cooptação e manipulação⁸.

⁸ De acordo com classificação elaborada por Arnstein (1969 apud BANDEIRA, 1999, p. 23) a *manipulação* relaciona-se com situações em que a preocupação da entidade promotora concentra-se exclusivamente na obtenção de apoio para iniciativas já definidas, sem que haja intenção de permitir que a comunidade tenha qualquer influência na definição de suas características;

Como resultante do contexto apresentado, a sociedade não dá conta de ocupar com qualidade os espaços criados por iniciativa legal e governamental; os canais participativos conquistados são, na sua maioria, ocupados de forma precária, burocratizados, esvaziados de conteúdo democrático, sem legitimidade ou representatividade.

Apesar de todos os problemas e dificuldades apresentados, ressalta-se que, mesmo de forma lenta e descontínua, existem avanços na inserção e participação da sociedade, no planejamento, na gestão territorial e no usufruto dos benefícios do desenvolvimento.

Estes avanços se dão a partir dos espaços abertos pela correlação de forças, e pela necessidade de legitimação dos governos e instituições.

Entretanto, é preciso se levar em conta que a concretização destas novas estratégias com ênfase na descentralização, participação, autonomia e conseqüentemente legitimidade, é uma tarefa a ser realizada no espaço da correlação de forças de interesses conflitantes, sendo desta forma considerada de grande complexidade.

Neste sentido, não adianta ter unicamente os instrumentos para colocar em prática o que foi institucionalizado, mas concomitantemente é preciso ter as condições necessárias para assumir os direitos conquistados.

A construção ou fortalecimento destas condições torna-se assim um aspecto fundamental para definir o nível de legitimidade e efetividade daquilo que foi instituído. Os elementos a serem considerados neste âmbito têm dimensões variadas e se fundamentam nas relações sociais, culturais, econômicas, históricas, políticas e institucionais que conformam cada território, exigindo uma leitura de realidade distinta e a particularização das intervenções e estratégias.

É sob esta perspectiva que no próximo capítulo será enfocada a conformação do território intitulado Costa dos Coqueiros, visando em última análise propiciar uma visão geral de suas especificidades, os elementos da sua composição e os impactos do desenvolvimento turístico ao longo do tempo.

3 O TERRITÓRIO TURÍSTICO COSTA DOS COQUEIROS: ESPAÇOS DIFERENCIADOS E COMBINADOS

Reconhecidamente, o turismo apresenta-se na sua essência como um fenômeno espacial, desenvolvido a partir de práticas e atividades sociais relacionadas ao lugar aonde acontece e ao movimento e deslocamento espacial de pessoas e informações.

O espaço pode ser considerado o lugar de reprodução das sociedades, configurado a partir das relações sociais e de produção desenvolvidas pelas sociedades em interação com a natureza (CORIOLANO; SILVA, 2005). Estas relações se dão em um determinado território, aqui entendido como [...] um complexo e dinâmico conjunto de relações socioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental (SILVA; SILVA, 2006, p. 33).

Etimologicamente, a palavra território deriva do latim *terra e torium* e significa terra pertencente a alguém. No sentido aqui utilizado, este pertencimento não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação, podendo esta ser feita de forma concreta ou abstrata. A noção de território relaciona-se à representação da relação que um grupo mantém com determinado recorte espacial, bem como às interações e relações entre os diversos fatores que o determinam (UEDA, 2004).

Especificamente em relação à constituição do espaço turístico, Coriolano (2007b), observa que o espaço geográfico é uma categoria fundamental na análise das atividades turísticas, pois o turismo vai acontecer nestes espaços, de forma concreta, evidenciando as contradições oriundas da produção social do espaço e das formas de apropriação da natureza.

O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação, que vem produzindo novas configurações geográficas e materializando o espaço de forma contraditória pela ação do Estado, das empresas, dos residentes e dos turistas. (CORIOLANO, 2007b, p.45).

Para compreender a dimensão espacial e territorial do turismo, Rodrigues (1997), utiliza uma sistematização baseada em três elementos organizadores: os pólos formados pelas áreas emissoras de turistas, os pólos

definidos pelas áreas receptoras e os fluxos que circulam através das linhas de ligação desses pólos, por onde transitam os turistas e as informações. Na Figura 5, pode-se apreciar a representação gráfica desta idéia.

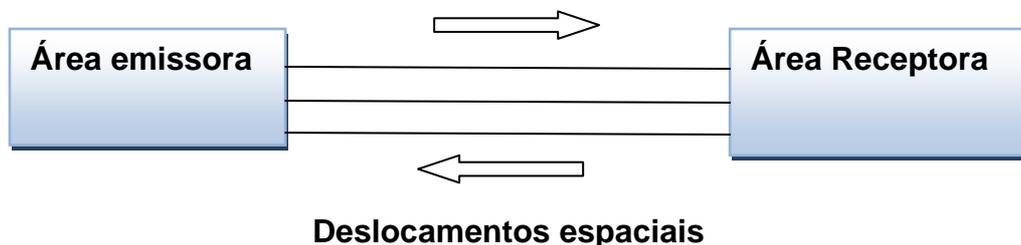


Figura 5 – Elementos da dimensão espacial e territorial do turismo

Fonte: Rodrigues (1997).

Nota: Adaptado pela autora

As áreas emissoras representam o espaço e território dos turistas e de parte dos empresários, que ao se deslocar para as áreas receptoras também levam uma carga de costumes, hábitos, tradições, culturalmente estabelecidas no seu local de origem. As áreas receptoras por sua vez, vão corresponder ao lugar onde o turismo se manifesta concretamente, seja pelo consumo ou pelas relações estabelecidas com os habitantes locais e com a natureza; o lugar turístico reúne, ao mesmo tempo, o espaço e o território. Finalmente, nos corredores de deslocamentos, o turista consome serviços (transportes, comunicações, etc.) e infra-estrutura (rodovias, aeroportos, etc.) para realizar suas viagens. As interações que vão ocorrer entre estes três elementos, irão caracterizar em última instância as peculiaridades da produção e consumo de um determinado espaço turístico.

O turismo essa atividade produtiva moderna, reproduz a organização desigual e combinada dos territórios capitalistas, sendo absorvidas de maneira diferenciada pelas culturas e modos de produção locais. (CORIOLANO; SILVA, 2005, p.45).

Estas singularidades, entretanto, são em parte limitadas pelos princípios que regem o sistema capitalista de produção ao impor lógicas globalizantes, homogeneizando alguns aspectos concernentes a acumulação e reprodução do capital. Neste sentido, a busca pelo lucro incessante torna-se dominante enquanto princípio tendo como efeitos impactos diversos (sociais, ambientais, culturais, econômicos); os espaços e recursos são apropriados, transformados

em atrativos que por sua vez convertem-se em mercadorias, e nesta condição, só acessíveis àqueles que podem comprá-los.

Esta íntima relação entre o turismo e a expansão capitalista revela-se também na concretização dos processos de globalização que ocorrem nas novas configurações socioespaciais criadas pelo turismo.

Do ponto de vista etimológico a palavra global possui dois significados; um que diz respeito à terra como planeta e o outro se refere a noção de totalidade. Na sua essência o neologismo globalização foi criado visando juntar os dois significados, dando a idéia de homogeneidade mundial.

Desta forma o conceito tornou-se amplo relacionando-se desde a expressão “aldeia global” cunhada por McLuhan, até a dissolução das barreiras nacionais à operação de mercados de capital.

A utilização generalizada do termo “globalização” deu-se a partir dos anos 80, no bojo da discussão dos temas sobre a sociedade pós-industrial e do desenvolvimento/subdesenvolvimento, na busca pela explicação e entendimento dos efeitos da crescente velocidade das comunicações, da integração de culturas e economias, do crescimento das migrações internacionais, do poder e influência dos mercados financeiros globais.

O cenário mundial vem sofrendo ao longo deste tempo significativas transformações, com manifestações visíveis em aspectos e dimensões políticas, tecnológicas, organizacionais, sociais, comunicacionais, todas elas de alguma forma relacionados com a globalização.

Giddens (1988, p.44) define globalização como “a intensificação das relações sociais de alcance mundial, que vinculam lugares distantes de tal forma que acontecimentos locais são influenciados por eventos remotos, e vice-versa.”

Entretanto, para um real entendimento do fenômeno e implicações, é essencial a compreensão de suas vinculações com o sistema capitalista vigente. Neste sentido, a globalização pode ser considerada como o “resultado do avanço do capitalismo não só como um modo de produção, mas também como um processo civilizatório, resultando na emergência de uma complexa e contraditória sociedade global”. (IANNI, 1996, p. 11). Mesmo reconhecendo

que se trata de um fenômeno com suas bases na expansão do capitalismo no mundo ocidental desde o século XVI, considera-se que na conjuntura atual a enorme capacidade que possui a economia global de funcionar com unicidade, em tempo real, em escala mundial, revela a emergência de um novo padrão de evolução, sustentado pelos avanços propiciados pelas tecnologias de informação e de comunicação.

Além dos novos atores, novos mercados, novos instrumentos, novas regras, o processo de globalização na atualidade apresenta também como novidade o papel que o local passa a representar na relação local/global. Neste novo arranjo, o local, o regional, ressurgem com um novo significado, um novo papel, aonde o protagonismo, o empreendedorismo, a criação de estratégias competitivas, vem atender a demandas geradas a partir da maior conectividade, da relevância do conhecimento e da informação, dos avanços tecnológicos que em última análise vem responder a "... universalização das trocas, do capital, da mercadoria, dos gostos, do consumo [...]" (FONSECA, 2004, p.16).

Sem querer fugir do tema aqui proposto, adentrando nas polêmicas e controvérsias sobre a globalização, julga-se importante ressaltar que as transformações associadas à conformação da nova ordem mundial imposta pela globalização, implicam em importantes readaptações e reestruturações, as quais afetam, dentre outros a hierarquia política e econômica das sociedades, as várias atividades e setores produtivos, as instituições particularmente em seus papéis, formas de organização atuação e articulação, a estrutura social local, alterando a organização do trabalho, a distribuição dos ganhos, a estrutura de consumo, criando novas oportunidades bem como novos padrões de desigualdade social e econômica.

Os espaços turísticos apresentam-se nesta dinâmica como um dos vetores mais eficazes para integrar o mundo ao lugar, o global ao local, como afirma Luchiari (1998):

Há alguns anos atrás, dizia-se que a globalização iria destruir as diferenças locais, homogeneizando o espaço e a sociedade. Hoje, o debate não se coloca mais nestes termos. Tanto as peculiaridades locais, os localismos, os regionalismos emergiram deste global, quanto a própria globalização econômica passou a valorizar as diferenciações dos lugares, fazendo desta diferenciação um atrativo

para o capital. Antes da atual fase de desenvolvimento tecnológico alguns lugares e regiões ainda podiam manter-se isolados, e suas populações limitar a percepção do espaço social àquele necessário a própria reprodução. Atualmente, os imperativos de uma ordem internacional colocam-se como uma referência inevitável. É que hoje uma nova janela perceptiva abriu-se para os homens e, pela primeira vez na história da humanidade, como nos lembra Milton Santos (1996), nós vivemos uma *universalidade empírica*. (LUCHIARI, 1998, p. 35).

Especificamente no contexto da realidade dos destinos turísticos, verifica-se a instalação de distintas territorialidades⁹ : de um lado, comunidades com modos de vida simples e práticas tradicionais baseadas em atividades econômicas de pequena escala (pesca, agricultura, artesanato, etc.); de outro, turistas, empresários, agentes com diferentes bases culturais e objetivos voltados ao consumo e otimização do produto turístico. Completando essa tríade o Poder público e suas políticas enfatizando os aspectos do desenvolvimento, com a função de planejar, ordenar e mediar interesses e conflitos.

Os resultados emergentes das interações entre estes elementos são em parte diferenciados, a depender das reações provocadas em cada território, apresentando como pontos em comum, mutações na cultura original, profundas alterações na dinâmica local com impactos de diversas ordens.

[...] há diferentes tipos de territorialidades que se confrontam nos lugares turísticos: a territorialidade sedentária dos que aí vivem freqüentemente e a territorialidade nômade dos que só passam, mas que não tem menos necessidade de se apropriar, mesmo fugidamente, dos territórios que freqüentam. Um bom número de conflitos nos lugares turísticos são oriundos das diferenças de territorialidades. (KNAFOU, 1996, p.64).

O modo de apropriação dos territórios turísticos ou a *turistificação* dos espaços é sem dúvida um fenômeno complexo que no âmbito geral, vem ao longo do tempo, assumindo diferentes nuances. Enquanto fenômeno vinculado aos movimentos das sociedades capitalistas do período pós-revolução industrial, o turismo consolida-se na sua concepção contemporânea quando

⁹ De acordo com classificação elaborada por Arnstein (1969 apud BANDEIRA, 1999, p. 23) a *manipulação* relaciona-se com situações em que a preocupação da entidade promotora concentra-se exclusivamente na obtenção de apoio para iniciativas já definidas, sem que haja intenção de permitir que a comunidade tenha qualquer influência na definição de suas características;

deixa de ser uma prática elitizada, para também abranger a população assalariada a partir da institucionalização das férias remuneradas.

O mundo do trabalho faz com que as pessoas necessitem das férias para descansar, e do descanso para voltar a trabalhar. A sociedade ocidental naturalizou a compartimentalização da vida entre trabalho e não-trabalho, obrigação e liberdade, ou seja, uma existência dividida que assume a humanização e a desumanização como dois atributos de um mesmo projeto. As condições de vida na cidade tornaram a viagem uma norma, quase uma coerção, já que todos são levados, embora sem resistência, à esta prática social. Fazer turismo não cura a contradição, mas abranda o contínuo processo de desumanização da vida cotidiana. (LUCHIARI, 1998, p. 42).

Juntamente com as férias remuneradas, o desenvolvimento dos meios de transporte também contribuiu para a consolidação do turismo como um fenômeno de massa, analogamente relacionado ao conceito de sociedade de massa, enquanto produtora e consumidora de bens materiais em série¹⁰. “O lugar da atração turística transforma-se em produto, o tempo da estadia, juntamente aos serviços e infra-estrutura em “pacote”, e o imaginário do ideal de lazer em uma mercadoria”. (LUCHIARI, 1998).

Os aspectos econômicos do turismo enquanto fonte de acumulação e reprodução do capital são ressaltados, bem como seu potencial como elemento dinamizador de áreas periféricas e economias estagnadas.

A idéia de que o turismo pode ser um vetor de desenvolvimento em áreas periféricas já vem sendo discutida desde a década de 50, tendo como um dos principais fundamentos a Teoria dos Lugares Centrais, de Walter Christaller, baseada no exame da lógica locacional das atividades econômicas, com a tendência de conformar os sistemas urbanos.

Christaller observou que a localização ideal para o desenvolvimento da atividade turística, seguia uma lógica diferente da observada em outros setores constituindo-se “como o único setor da economia que intrinsecamente tem forças para combater a tendência à concentração.” (CHRISTALLER, 1955 apud SPÍNOLA, 2000, p.36).

Se é possível para os lugares centrais leis exatas de localização, isso não é possível para os lugares periféricos com a mesma exatidão

¹⁰ Para Luchiari (1998), o termo torna-se inadequado na medida em que o turismo nunca restringiu-se à produção de mercadorias, pressupondo sempre o acesso ao intangível.

matemática. O máximo que pode ser dito é que esses espaços que são os mais afastados das localidades centrais e também das aglomerações industriais têm as mais favoráveis condições de localização para os lugares turísticos. Estes não se encontram no centro das regiões povoadas, mas na periferia. (CHRISTALLER 1955, apud SPÍNOLA, 2000, p.36).

Segundo Christaller (1955 apud SPÍNOLA, 2000, p.36) o desenvolvimento econômico das regiões periféricas iria acontecer a partir do fluxo de turistas em busca de ambientes e culturas diferenciadas, provocando a dinamização das economias locais.

De fato, durante um longo período e mesmo no contexto atual, verificou-se uma tendência bastante marcante de exploração de destinos urbanos, principalmente por apresentarem condições de melhor atender as demandas do turismo de massa, contrariando de certa forma esta visão. Entretanto, outro movimento se configura, voltado a procura por parte dos turistas de áreas não saturadas e não degradadas pelo turismo de massa, resultando no seguinte quadro descrito por Fratucci (2000):

O turismo atual, segundo as estatísticas da Organização Mundial de Turismo – OMT e de outros organismos internacionais e diversos estudos recentes, passa por um processo de reestruturação, gerado por uma nova forma de vida que a sociedade atual vem buscando, o que vem fazendo surgir o chamado turismo alternativo (NICOLÁS, 1996). Trata-se de um modelo que propõe viagens mais curtas, mais individualizadas (pequenos grupos), voltados para o contato com a natureza (turismo ecológico) e com as comunidades locais (turismo rural e cultural). O turismo de massa continua respondendo, quantitativamente, pela maioria dos fluxos de demanda, mas assiste-se a uma tendência crescente de segmentação dessa demanda, com o surgimento de um turista mais consciente, mais exigente, menos passivo e mais preocupado com a qualidade das suas experiências durante a viagem. Ainda segundo a OMT, enquanto o turismo de massa cresce a uma taxa anual média de 5%, o turismo segmentado (alternativo) vem mantendo uma taxa anual de crescimento acima de 10% nos últimos anos. (FRATUCCI, 2000, p.130).

Inserido nesta lógica, a ocupação pelo turismo de regiões detentoras de um acervo de natureza preservada, geralmente situadas em países subdesenvolvidos e particularmente em zonas intertropicais firmou-se como uma tendência que rapidamente se disseminou ganhando contornos de fenômeno mundial. No Brasil, a ocupação do litoral nordestino expressa bem esta dinâmica, apresentando grandes e variadas repercussões para organização do espaço, fundamentadas no surgimento de novos lugares centrais e novas relações de polarização nos territórios onde se instala.

Na Costa dos Coqueiros, este fenômeno vai caracterizar o principal motivo de atração de investidores estrangeiros e nacionais, influenciando em última análise a formatação de um modelo de desenvolvimento do turismo, que se intensificou a partir da década de 90, calcado na implantação de resorts, grandes complexos hoteleiros, condomínios de segundas residências em áreas situadas no litoral norte da Bahia, tradicionalmente ocupadas por latifúndios e comunidades voltadas a agricultura de subsistência e a pesca.

Como este processo se materializou nesta região, na condição de espaço historicamente construído e posteriormente enquanto território turístico é o que será apresentado nos itens a seguir.

3.1 AS ESPECIFICIDADES DA COSTA DOS COQUEIROS

A Costa dos Coqueiros compreende a faixa litorânea norte do Estado da Bahia, reunindo áreas de orla marítima dos municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra, sendo os três primeiros integrantes da Região Metropolitana de Salvador (RMS) capital do Estado.

São 193 quilômetros de extensão, ocupado basicamente por localidades de pequeno porte, onde se encontra uma grande diversidade de ecossistemas: restingas, dunas, coqueirais, remanescentes de mata atlântica, manguezais, recifes de coral, diversos rios e lagoas, além de constituírem-se no *habitat* de uma variedade de espécies vegetais e animais, são também responsáveis por um ambiente de grande beleza cênica. Na Figura 6 é possível visualizar algumas paisagens desta região.



Figura 6 – Recortes paisagísticos da Costa dos Coqueiros

Historicamente, registra-se a ocupação destas terras pelos índios Tupinambás, Tupis e Massarandupióis, cerca de 300 a 400 anos antes da chegada dos portugueses ao Brasil. Posteriormente, nos primórdios da colonização portuguesa (século XVI), esta área foi doada pelo Reino de Portugal a Garcia D'Ávila, almoxarife de Tomé de Souza, primeiro governador-geral do Brasil (SASAKI, 2006). Considera-se a presença da família Garcia D'Ávila nesta área como o marco inicial de,

Um processo de submissão e dizimação sistemática de populações autóctones e de ecossistemas costeiros [...] para o estabelecimento de uma economia que tinha no extrativismo e na pecuária extensiva suas principais atividades. (MATTEDI apud SASAKI, 2006, p.104).

Ao longo do tempo a estrutura produtiva local foi se consolidando como complementar a economia açucareira em expansão na Zona do Recôncavo da Bahia. Pecuária, agricultura de subsistência, extrativismo e a cultura de cocoda-baía predominaram durante muito tempo como base da economia regional, juntamente com a pesca e o artesanato, refletindo em última instância os saberes e fazeres da miscigenação do índio, dos portugueses e dos escravos africanos que nesta área foram instalados.

A partir da década de 1970, a região sofre um novo impacto socioambiental, promovendo uma nova estrutura ocupacional. Em 1976, foi criado o Distrito Florestal do Litoral Norte (DFLN), abrangendo uma área de 763.000 hectares, destinados a plantação de *pinus* e eucalipto para produção de celulose e carvão vegetal, voltada a atender a demanda energética surgida com a crise do petróleo e interesses de empresas do Sul e Sudeste relacionadas à indústria de celulose.

Como verifica Rodrigues Júnior (2006), este reflorestamento trouxe impactos relevantes para estrutura socioeconômica regional, ao promover uma concentração ainda maior da propriedade da terra (desde quando eram necessárias grandes áreas), acentuar o predomínio da monocultura e transformar os então pequenos proprietários em bóias-frias, assalariados rurais, biscateiros ou desempregados. Em 1989, o Distrito Florestal teve o seu EIA/RIMA recusado, coincidindo com a disposição do Governo do Estado da

Bahia de acelerar o desenvolvimento turístico desta área, até então voltada para veraneios e excursões de curta duração em uma escala regional ou microrregional.

Estas breves referências históricas fornecem dados importantes para uma maior compreensão da formação da Costa dos Coqueiros enquanto espaço socialmente construído, e seu processo de organização e desorganização social, cultural, econômica e ambiental voltado a atender as demandas engendradas.

O turismo chega a esta região visto como mais uma atividade econômica, apoiada em uma proposta de novo ordenamento territorial, tendo como principal articulador o poder público com suas políticas, investimentos e incentivos fiscais, visando principalmente à dinamização das economias locais. Esta ótica certamente influenciou na elaboração e implantação de princípios, metas, objetivos, estratégias dentro de uma lógica voltada aos aspectos econômicos da atividade nos moldes do sistema de acumulação e reprodução do capital vigente.

Entretanto, este desenvolvimento não aconteceu em um espaço isento de experiências anteriores fundamentadas no mesmo modelo, e que certamente deixaram marcas na organização do território. Julga-se importante ressaltar este aspecto para desmistificar a visão largamente utilizada na literatura ao se referir a esta área, onde comunidades vivendo idilicamente de atividades tradicionais se vêem momentaneamente invadidas por hordas de empreendedores e turistas consumidores, destruidores da natureza e da qualidade de vida dos seus moradores.

Como já foi demonstrado anteriormente, o que pode ser constatado na realidade, é um território formado a partir da confluência de uma herança histórica de desigualdades sociais com um modelo de desenvolvimento concentrador de renda, conhecimento e poder. Sendo assim, o foco dos questionamentos se volta para como o turismo, na condição de alternativa para o desenvolvimento local, vem contribuindo para a transformação deste quadro. Este tema será discutido na seção 3.3 do presente trabalho.

Ao entrar no século XXI, o conjunto de municípios da Costa dos Coqueiros apresenta como característica uma dinâmica sócio-econômica heterogênea, mas com alguns pontos em comum: o alto desemprego formal, baixos indicadores sociais (com grandes diferenças entre os melhores colocados e àqueles em pior situação) e evolução dos índices relativos ao saneamento básico. Embora o abastecimento de água seja quase universalizado, os números relativos à coleta de esgoto ainda são baixos. Esta situação pode ser constatada a partir dos “indicadores sínteses” apresentados no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS, 2002), baseados na análise das dimensões econômica, social e ambiental da área (BAHIA, 2007). As Tabelas de 3 a 5 demonstram esta condição.

Tabela 3 - Dimensão Econômica – Municípios da Costa dos Coqueiros 2000

MUNICÍPIOS	IDE (1 a 5)	Receita Tributária (R\$)
Lauro de Freitas	3	7.905,13
Camaçari	4	13.145,92
Mata de São João	2	3.256,10
Entre Rios	2	1.448,51
Esplanada	1	1.467,08
Conde	1	614,43
Jandaíra	1	194,43

Fontes: PDITS /Estudo dos Eixos Nacionais;
MP e BNDES.

Nota: Adaptado pela autora.

A análise desta dimensão refere-se fundamentalmente aos padrões de produtividade dos municípios. O indicador de desempenho das economias locais (IDE)¹¹, mostra os municípios de Camaçari e Lauro de Freitas, como melhor colocados, posição justificada pelas atividades petroquímicas e do pólo automotivo em Camaçari (Pólo Petroquímico e Complexo da Ford), e a estrutura de lazer (empreendimentos hoteleiros, alimentação e segundas

¹¹ O indicador de desempenho das economias locais (IDE) baseia-se nas seguintes variáveis brutas: produção agrícola, número de efetivos por unidade de área de pastagem, imposto de renda das pessoas físicas retido na fonte, número de estabelecimentos industriais, de comércio e serviços e empregos ofertados por estes estabelecimentos. Sua escala vai de 1 – economias menos produtivas e poucas oportunidades econômicas - até 5 representando a situação oposta (PDITS, 2003 apud BAHIA, 2007).

residências) em Lauro de Freitas. Nota-se que em Camaçari duas realidades distintas se instalaram: na sede do município, a dinâmica é voltada para as atividades industriais e na orla as atividades turísticas predominam estruturadas principalmente em condomínios de segundas residências seguidos por hotéis e *resorts*.

Na última colocação, o município de Jandaíra revela uma economia sem expressividade, em parte justificada pela distância dos grandes centros e reduzida diversificação de atividades econômicas, haja vista que fundamentalmente o município tem na agricultura a sua base.

Tabela 4 - Dimensão Social – Municípios da Costa dos Coqueiros

MUNICÍPIOS	Coefficiente de Mortalidade Infantil (casos/mil)	Indicador de Baixa Renda (%)	Analfabetismo Funcional (%)
Lauro de Freitas	41,62	18,59	9,43
Camaçari	42,02	20,91	12,35
Mata de São João	43,36	23,42	18,76
Entre Rios	63,97	22,33	27,64
Esplanada	63,97	35,16	30,16
Conde	63,97	39,57	36,07
Jandaíra	63,97	43,5	40,28

Fontes: PDITS/ Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro Nacional;
IBGE - Censo Demográfico – 2000;
Datasus, 2000.

Nota: Adaptado pela autora.

Na dimensão social são expressivas as posições dos municípios de Jandaíra, Conde, Esplanada e Entre Rios, com os maiores coeficientes de mortalidade infantil do Pólo Salvador e Entorno, tendo também grandes incidências de chefes de domicílio com baixa renda (entre zero e 1 salários mínimos) e altos índices de analfabetismo funcional.

Tabela 5 - Dimensão Ambiental – Municípios da Costa dos Coqueiros – 2000

Municípios	Índice de Esgoto (-1 a 3)	Índice de Lixo (-1 a 3)	IPA (0 a 10)
Lauro de Freitas	2,01330	0,79347	6,5
Camaçari	1,31278	1,56239	7
Mata de são João	(0,37540)	(0,09810)	5,25
Entre Rios	(0,67520)	(0,16950)	4,75
Esplanada	(0,69230)	(0,23230)	6,25
Conde	(0,58930)	(0,36430)	7,25
Jandaíra	(0,53990)	(0,31060)	7

Fontes: PDITS;

IBGE - Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Saneamento Básico - 2000.

Nota: Adaptado pela autora.

Segundo o PDITS (2002 apud BAHIA, 2007), os índices de esgoto e de lixo se fundamentam em indicadores tendenciais de pressão sobre a ambiência urbana e bacias hidrográficas subjacentes. Suas escalas vão de -1, as piores condições sanitárias até 3, as melhores. O Índice de Pressão Antrópica (IPA), reúne variáveis que captam indiretamente a apropriação dos recursos naturais. Sua escala vai de 1, a mais baixa pressão, até 10, a mais elevada. Neste âmbito, as situações mais graves referem-se aos municípios de Jandaíra e Conde, considerados com ecossistemas de alta fragilidade e com as piores condições de conservação de seus recursos hídricos e demais condições ambientais.

Ainda em termos ambientais, destacam-se como principais problemas da Zona Turística Costa dos Coqueiros, a ocorrência de processos geológicos ativos, a baixa fertilidade e vulnerabilidade do solo, a introdução de florestas homogêneas, o conflito com a agricultura comercial, a especulação imobiliária, a concentração fundiária e a falta de saneamento básico PDITS (2002 apud BAHIA, 2007).

Fica assim caracterizada a realidade desta região: a heterogeneidade de economias, somada as condições sociais historicamente marcadas pelas desigualdades, pobreza e exclusão social, juntamente com um grande e diversificado estoque de riquezas naturais, é a base para criação e

desenvolvimento do espaço turístico Costa dos Coqueiros, tema que será explorado na seção a seguir.

3.2 ELEMENTOS EM INTERAÇÃO: COMUNIDADES, CONDOMÍNIOS, HOTÉIS E RESORTS

O ciclo de desenvolvimento turístico da área hoje denominada Costa dos Coqueiros, remonta a década de 1970 com a inauguração do primeiro empreendimento turístico de porte, o *Praia do Forte Eco Resort*, na localidade do mesmo nome (SASAKI, 2006). Outros autores registram a implantação de loteamentos de veraneio no município de Camaçari, por exemplo, desde a década de 1950 (BRANDÃO; SILVA, 2007). Nesta época, as atividades turísticas desenvolvidas atendiam a um público regional, tinham um caráter sazonal, impactos ambientais e socioculturais controláveis e previsíveis, tendo como atividades econômicas prioritárias a agricultura de subsistência e atividades extrativistas.

No início dos anos 90, três intervenções governamentais foram decisivas para consolidação do turismo em uma perspectiva de alternativa de desenvolvimento para esta região: a formulação e implementação do Prodetur (ainda na sua versão estadual), o prolongamento da Estrada do Coco (construída na década de setenta), a BA-099, também conhecida como Linha Verde e a criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA - LN). (MATTEDI, 1999).

Os resultados das ações do Prodetur, na condição de política pública, foram sentidos em dimensões variadas, indo desde um novo ordenamento territorial com o agrupamento dos sete municípios que compõem a Costa dos Coqueiros, passando pela ênfase na dimensão econômica, até a definição do modelo calcado na atração de grandes investidores de outras regiões e países, responsáveis pela implantação dos condomínios, resorts, hotéis e grandes complexos hoteleiros. Se na primeira fase a estratégia voltou-se para a execução de obras múltiplas de infra-estrutura básica e serviços, a partir do Prodetur II o desenvolvimento institucional e a participação de outros segmentos da sociedade foram também incluídos como premissas,

apresentando como um dos resultados mais significativos o PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da Costa dos Coqueiros, reconhecidamente um documento de grande valor principalmente pelo grau de representatividade e legitimidade alcançado a partir da participação na sua elaboração de diversos atores sociais.

Ainda na primeira fase do Prodetur foi iniciada a ampliação da BA-099, até então limitada ao trecho denominado Estrada do Coco (iniciado em 1970), que em 1983 ia de Lauro de Freitas até o entroncamento de acesso a Praia do Forte e Açú da Torre no Município de Mata de São João (SASAKI, 2006). Na sua ampliação, atendendo a área costeira dos municípios de Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra a rodovia chegou aos limites do Estado de Sergipe. Ainda como Estrada do Coco, a proliferação de condomínios de segundas residências não só caracterizou o modelo de desenvolvimento nos municípios de Camaçari e Lauro de Freitas, como também deu início a uma série de alterações sócio-espaciais que tiveram sua continuidade com a ampliação da rodovia.

Inicialmente verificou-se uma profunda mudança nas comunidades existentes, que devido às dificuldades de acesso viviam praticamente isoladas dos grandes centros, com um modo de vida ligado a sobrevivência a partir do que a natureza oferecia. Como observa Pasini (2006), na sua maioria eram arrendatários de terras localizadas nos grandes latifúndios da região, onde não existiam maiores restrições de acesso a estes insumos.

Com a chegada da estrada e a valorização das terras, estas começaram a ser divididas e vendidas, o que estabeleceu uma série de restrições de acesso à natureza, sem falar nas famílias que foram forçadas a se retirar, uma vez que não detinham a posse da terra. (PASINI, 2006, p.41).

Desde a fase inicial a rodovia BA-099, praticamente dividiu os aglomerados urbanos existentes, criando situações de uso e ocupação do solo bem diferenciados: na margem esquerda concentraram-se alguns remanescentes de grandes e pequenas propriedades fundiárias, as populações originais e os trabalhadores atraídos pelas oportunidades de emprego e renda geradas, geralmente com carências de infra-estrutura básica e serviços. Na margem direita, banhada pelo oceano Atlântico, ficaram os condomínios,

pousadas, bares restaurantes, hotéis, resorts que passaram a desfrutar de melhores infra-estruturas e conseqüentemente de maior valorização imobiliária. Esta situação esta bem descrita por Brandão e Silva, ao descrever a realidade de Guarajuba e Monte Gordo situados no município de Camaçari:

Até a abertura da Estrada do Coco, em 1975, Monte Gordo, uma colônia de agricultores e pescadores e seu porto de pesca, Guarajuba, formavam um espaço único [...] As conseqüentes transformações resultantes do modelo de desenvolvimento industrial-turístico e dos Planos Diretores implantados pelos Poderes Estadual e Municipal criaram situações que repercutem de forma significativa no processo de ocupação e uso do território. [...] Verifica-se que a estrada do Coco divide hierarquicamente, pode-se dizer, o distrito de Monte Gordo em duas partes, criando espaços com desigualdades sociais e econômicas, bem observadas em Monte Gordo e Guarajuba. (BRANDÃO; SILVA, 2007, p. 118-119).

Com a expansão do desenvolvimento turístico no estado, e os impactos ambientais que já se faziam sentir, o Governo do Estado da Bahia passou a buscar estratégias que permitisse o gerenciamento de áreas em risco socioambiental e que também pudessem minimizar impactos negativos, o que resultou na criação de unidades de conservação, dentre as quais as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Na Costa dos Coqueiros foram criadas diversas APAs, dentre elas a da Lagoas de Guarajuba, do Rio Capivara, do Rio Joanes, de Mangue Seco e do Litoral Norte, encontrando-se nesta última o recorte espacial que compõe o objeto desta dissertação. A distribuição das Unidades de Conservação na Costa dos Coqueiros pode ser apreciada na Figura 7.

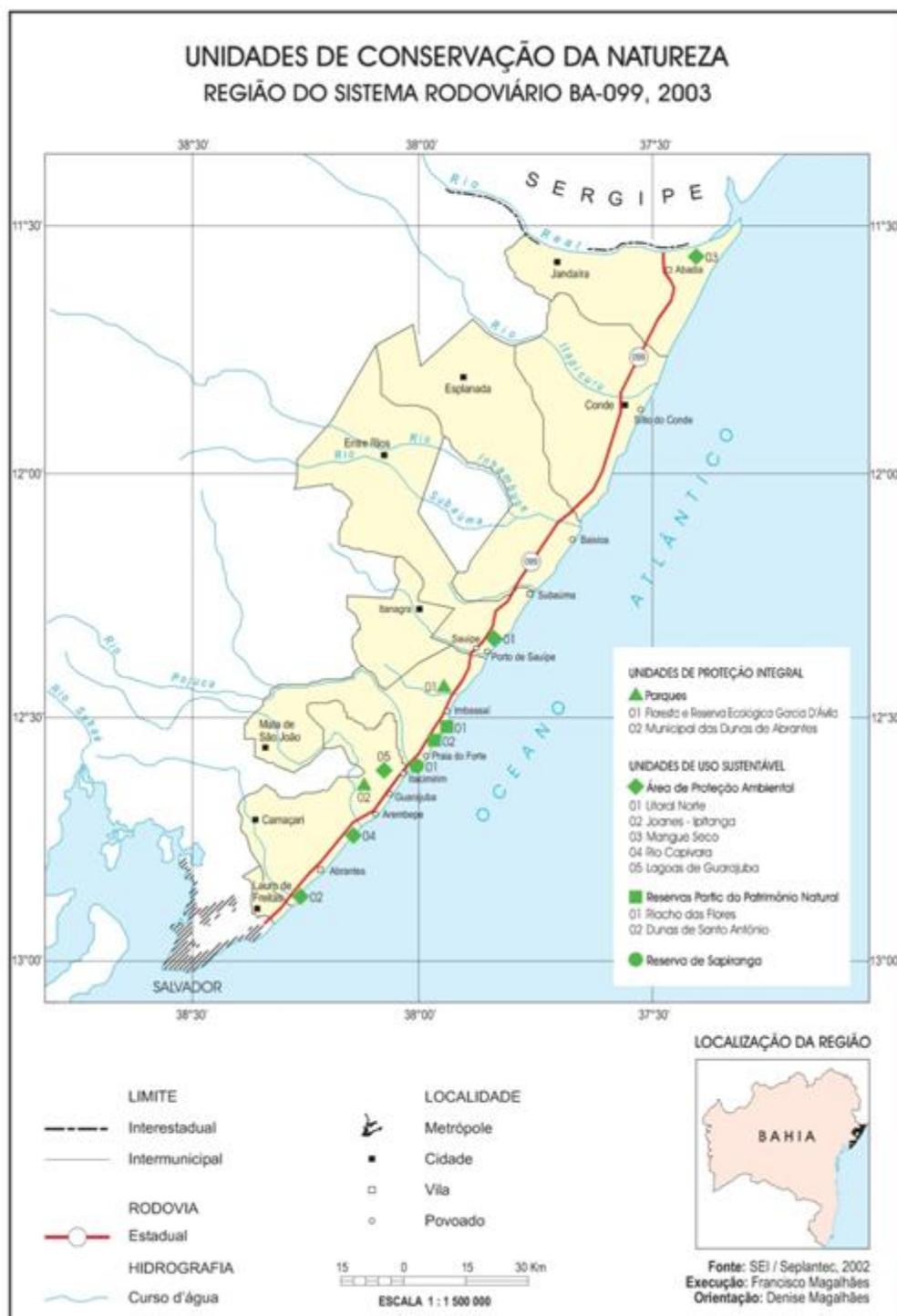


Figura 7 – Unidades de Conservação da Natureza. Região do Sistema Rodoviário BA – 099/ 2003

Fonte: Sasaki (2006).

Segundo o Projeto de Lei – PL 2.892/92, de 1996 uma APA pode ser definida como uma área,

[...] em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, estéticos ou culturais especialmente

importantes para qualidade de vida e o bem-estar da população residente e do entorno, e tem como objetivo disciplinar o processo de ocupação, assegurar o uso sustentável dos recursos naturais e promover, quando necessário a recuperação de áreas degradadas. (SASAKI, 2006, p. 138).

A criação da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte (APA-LN) envolveu os municípios de Mata de São João, Entre Rios, Conde, Esplanada e Jandaíra e teve por objetivo minimizar os impactos ambientais negativos e determinar diretrizes para a ocupação da área, levando em conta a diversidade e fragilidade dos ecossistemas existentes. Seu Plano de Manejo foi aprovado em 1995, sendo posteriormente atualizado e posto em execução através do Programa de Planejamento e Gerenciamento Ambiental (PPGA) (1997-2001), por meio de um convênio de cooperação técnica realizado entre os governos Britânico e Brasileiro, contando com a coordenação da Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia (SEPLANTEC) e participação de diversas instituições nacionais, estaduais, municipais e internacional Centro de Recursos Ambientais (CRA), Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER), Superintendência de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia (SUDETUR), Departamento de Estradas de Rodagem do Estado da Bahia (DERBA), Prefeituras Municipais localizadas no âmbito da (APA-LN), além do *Department for International Development (DFID)* do Reino Unido e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Como um dos principais resultados do PPGA, pode-se citar o Programa de Desenvolvimento Sustentável da APA-LN – PRODESU, constituído por um diagnóstico social, econômico e ambiental, contendo estratégias, projetos socioeconômicos e ambientais e uma estratégia de zoneamento ecológico e econômico para dez anos.

Apesar de todas estas medidas, na prática, o desenvolvimento do turismo na Costa dos Coqueiros, caracterizou-se a partir da relação entre baixos níveis sócio-econômicos e recursos naturais e históricos de grande atratividade, somados a ações públicas estratégicas com objetivos de desenvolvimento e processos espontâneos de crescimento de fluxo, sem

grandes preocupações com um planejamento integrado (PDITS, 2002 apud BAHIA, 2007).

Como resultado, verifica-se um contexto onde uma grande diversidade de usos, costumes, relações sociais e de produção, acontecem a partir da interação entre os enclaves de riqueza e tecnologia criados e um quadro regional empobrecido e sem infra-estrutura e serviços, apresentando algumas especificidades na sua organização socioespacial e territorial.

Além da criação de espaços de desigualdades sociais e econômicas já citados, de uma maneira geral, os lugares que ganharam o *status* de destinos turísticos (ver Figura 8), também apresentam diferentes formas de uso e ocupação do solo, com intensa atividade imobiliária e de construção civil.



Figura 8 – Costa dos Coqueiros - Principais destinos turísticos
Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), 2001 (BAHIA, 2007).

Partindo do município de Lauro de Freitas, observa-se que este juntamente com Camaçari, tiveram como base para o desenvolvimento turístico os condomínios e loteamentos de segundas residências e posteriormente a implantação de *resorts* que vem crescendo de forma intensiva. Em Lauro de Freitas grande parte das residências já é ocupada como fixa, principalmente pela proximidade com Salvador e com os pólos automotivo e petroquímico de Camaçari (a exemplo do condomínio Vilas do Atlântico e Encontro das Águas). Em Camaçari, os condomínios e loteamentos localizados nas praias de Busca Vida, Interlagos, Guarajuba, Itacimirim estão voltados a classe média alta e em Arembepe e Jauá situam-se aqueles com um público de menor poder aquisitivo. Ainda no município de Camaçari, os *resorts* *Vila Galés*, *Bahia Plaza*, *Costa Smeralda* e *Itacimirim*, além de várias pousadas e hotéis de menor porte, completam o quadro de meios de hospedagem. A segregação socioespacial é bem visível nesta área, principalmente na comparação entre localidades divididas apenas pela BA-099, como é o caso de Guarajuba e Monte Gordo e Itacimirim e Barra do Pojuca.



Figura 9 - Condomínios da Costa dos Coqueiros

A partir da Praia do Forte, no município de Mata de São João, esta configuração se altera; os hotéis, pousadas e *resorts* precederam os condomínios residenciais, que também hoje se encontram em franca ascensão.

Na localidade de Praia do Forte, o *Ecoresort Praia do Forte*, por exemplo, foi inaugurado na década de 70. Esta localidade é hoje um destino conhecido internacionalmente, com grande incidência de turistas estrangeiros. De Praia do Forte até Porto Sauípe, concentram-se o maior número de estabelecimentos hoteleiros com atividades direcionadas principalmente ao mercado internacional, e alguns condomínios residenciais de diversos portes, desde o Complexo *Costa de Sauípe*, a *Reserva Imbassaí*, objeto do estudo de caso desta dissertação, o *Iberostar* hotéis, até pequenas pousadas, que em Porto Sauípe foram na sua maioria alugadas pelas empresas para os trabalhadores da construção civil, causando impactos diversos nesta localidade. Estima-se que atualmente 2.000 trabalhadores, na sua maioria de fora, residam em Porto Sauípe.



Figura 10 - Resorts e Hotéis da Costa dos Coqueiros

Do município de Conde até Mangue Seco em Jandaíra, outra dinâmica pode ser observada, prevalecendo atividades de baixo impacto e consumo especializado (Massarandupió, por exemplo, é uma colônia de naturismo), com foco no turismo nacional e regional. Nesta área ainda existem as grandes propriedades com plantações de eucaliptos e *pinus*, que coexistem com atividades tradicionais relacionadas à agropecuária e pesca.

Fundamentado neste quadro, entende-se que a Costa dos Coqueiros inseriu-se em um processo de “turistificação” que é irreversível, com uma tendência crescente de aceleração da implantação de equipamentos e dos fluxos turísticos. A nova organização socioespacial que se impõe recebe

influências dos fluxos globais, mas também das dinâmicas locais, definindo as peculiaridades deste espaço turístico. É como afirma Luchiari (1998):

Se pensarmos no espaço, no conceito mesmo, como uma abstração (já que não abarcamos o espaço como um todo, apenas temos uma percepção dele), vemos que ele só se realiza, só se torna concreto através das práticas sociais que erguem as paisagens, estabelecem as relações de poder entre os territórios, os limites políticos, econômicos e naturais das regiões, e constroem a identidade vivida cotidianamente nos lugares. E é justamente a diversidade de lugares, regiões, paisagens, territórios em sua dinâmica, impulsionada pelas demandas sociais, que proporciona uma realidade global fragmentada e articulada, pulverizada de particularismos e singularidades em conexão com o geral. O lugar recebe determinações externas e as combina às narrativas locais. Assim, a gestação de uma nova configuração sócio-espacial é prenhe do mundo e do lugar. O lugar supõe o mundo que no primeiro se manifesta, pondo em movimento uma conexão dialética. (LUCHIARI, 1998, p.45).

A apropriação dos espaços turísticos, bem como a conformação de sua identidade, é definida por uma série de demandas, interesses, crenças e visões dos diversos atores sociais que participam da sua organização. É um jogo de força e de poder que inclui conflitos, contradições e interesses antagônicos em torno da relação entre as antigas paisagens, os velhos usos, as novas formas e funções.

E este movimento entre o velho e o novo impulsiona a relação do lugar com o mundo que o atravessa com novos costumes, hábitos, maneiras de falar, mercadorias, modos de agir [...] Assim também a identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma nova organização sócio-espacial. Este movimento entre o velho e o novo, acelerado pela *urbanização turística*, gera novas paisagens, consome outras, trás à cena novos sujeitos sociais, elimina ou marginaliza outros e redesenha as formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos e elegendo novas paisagens a serem valorizadas para o lazer. (LUCHIARI, 1998, p. 48).

Na Costa dos Coqueiros este processo tem seus aspectos globalizados fundados na organização voltada para o consumo e o lazer, tendo como pressuposto a reprodução e acumulação do capital, e como especificidades um modelo de desenvolvimento calcado na proliferação de empreendimentos turísticos em uma região marcada preponderantemente pela exclusão social e pobreza da maioria da população. A fragilidade da organização e mobilização social em prol da defesa dos interesses locais, a sujeição dos aspectos sociais, ambientais e culturais às necessidades econômicas de lucro incessante para

os detentores do capital, à incapacidade do poder público em regular os processos em curso, ou mesmo a insustentabilidade do discurso em torno das grandes oportunidades de trabalho e renda são aspectos visíveis neste território.

Percebe-se uma nítida concentração dos investimentos privados no setor de hospedagem, com o predomínio das grandes cadeias hoteleiras, *resorts* e grandes complexos, na sua maioria internacional, como também os empreendimentos em forma de condomínios e loteamentos de segundas residências.

O segmento de hospedagem pode ser considerado uma das mais importantes atividades turísticas, justamente por responder a necessidade de alojamento das pessoas que estão em trânsito. No Brasil, existe uma classificação oficial¹², que durante algum tempo foi um importante referencial informativo, mas que vem perdendo seu valor com o crescimento da implantação das cadeias hoteleiras no território nacional, já que cada uma tem sua própria padronização de instalações, produtos e serviços, que terminam por identificá-las a partir de uma marca, amplamente divulgada.

Os *resorts*, nas palavras de Coriolano (2007a, p.10) “são meios de hospedagens com configurações espaciais elitizadas, localizadas preferencialmente em áreas naturais preservadas e, muitas vezes, distantes de áreas urbanizadas.” Para Gorini e Mendes (2005) os *resorts* caracterizam-se por serem “autocontidos”, isto é “proporcionam aos hóspedes serviços diversificados, de modo a estimulá-los a permanecer no hotel grande parte do tempo.” (GORINI; MENDES, 2005, p.119). Estes ainda podem ser de “apoio ao destino”, quando se situam em locais com atrativos turísticos, ou de “destino” quando se constituem como centro de interesse do turista. Geralmente, os “resorts de destino” são afiliados a redes hoteleiras, voltados ao mercado internacional e elites nacionais, com elevados custos de instalação e

¹² A classificação dos meios de hospedagem no Brasil, foi estabelecida de acordo com as normas da EMBRATUR/Mtur (2002), em parceria com a Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH), agrupando os hotéis em seis categorias, avaliando indicadores referentes à gestão do empreendimento e à qualidade dos serviços e instalações, quais sejam: superluxo (cinco estrelas plus), luxo (cinco estrelas), superior (quatro estrelas), turístico (três estrelas), econômico (duas estrelas) e simples (uma estrela). (GORINI ; MENDES, 2005, p.116).

manutenção apresentando, por conseguinte a prática de diárias mais altas do que da hotelaria convencional.

Os *resorts* instalados na Costa dos Coqueiros podem ser identificados a partir do conceito de “resorts de destino”, demonstrando serem na realidade, instrumentos pouco eficazes para o desenvolvimento local. A esperada dinamização das economias locais se vê prejudicada em diversos aspectos. Do ponto de vista das possibilidades de geração de trabalho e renda que proporciona, verifica-se que na prática existe uma incompatibilidade entre as exigências de qualidade dos serviços e os níveis de educação e qualificação da população, criando situações onde os melhores postos de trabalho são ocupados na sua maioria por pessoas de fora. Também se observa que esta dinamização é fortemente prejudicada pela fuga de divisas provocada pela apropriação da maior parte da renda gerada pelos grandes centros exportadores de produtos e serviços, onde também se situam as matrizes dos grandes empreendimentos, das transportadoras aéreas e das grandes operadoras turísticas que dominam o mercado. Até mesmo o comércio local recebe poucos reflexos das suas instalações desde quando a maior parte do consumo é realizada nos próprios hotéis, com insumos provenientes dos grandes centros.

Em relação a implantação de loteamentos e condomínios de segundas residências diversos impactos socioespaciais são também verificados na área em estudo. Em termos conceituais, as segundas residências ou residências secundárias podem ser definidas, segundo Tulik (1995 apud ASSIS, 2003, p. 112), como “[...] um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que têm seu domicílio permanente num outro lugar”.

Em um primeiro plano, esta modalidade de alojamento pressupõe uma dinamização dos espaços onde se instalam, com impactos positivos e negativos relacionados às suas peculiaridades. Assim é que, por relacionar-se ao uso ocasional em períodos de férias e finais de semana, a sazonalidade aparece como um dos aspectos de influência desta dinâmica; uma nova lógica se instala, alterando muitas vezes hábitos, costumes e tradições culturalmente estabelecidas, bem como o ritmo da economia local.

Nas localidades que integram a Costa dos Coqueiros isto pode ser facilmente observado: os dias de trabalho são nos finais de semana, normalmente através da prestação de serviços informais, sem vínculos empregatícios; nos meses de janeiro e fevereiro os condomínios ficam superlotados, existe um aquecimento nos setores de comércio e serviços locais, mas também uma pressão maior sobre os recursos naturais (é comum a falta no abastecimento de água, a superpopulação nas praias, a deficiência na coleta de lixo).

Passado os meses de verão, o movimento fica restrito aos finais de semana e alguns feriados prolongados, sofrendo uma diminuição no inverno. Neste período, observa-se o acirramento das condições de pobreza e exclusão social, devido às inúmeras dispensas de trabalho, ao fechamento de estabelecimentos comerciais e as baixas freqüências nos meios de hospedagem.

Em termos ambientais, a implantação destes condomínios e loteamentos vem desde o início apresentando sérios impactos, como assinalam Brandão e Silva (2007), ao se referir a Monte Gordo/Guarajuba no município de Camaçari:

A área do Distrito de Monte Gordo é constituída por um rico, complexo e frágil ecossistema costeiro altamente integrado, contudo a pressão exercida pelo aumento do número de construções, de pessoas, do comércio vem provocando efeitos degradantes ao ecossistema lagunar e de praia e aos grupos humanos da área de estudo. [...] Elementos da paisagem natural da região como as praias, lagoas, restingas, remanescentes da mata atlântica, entre outros, tornam-se cada vez mais explorados e ameaçados pelo desenvolvimento urbano-turístico. [...] Todos esses impactos são agravados pela inexistência de esgotamento sanitário no distrito e o não respeito às leis ambientais, que instituíram as Unidades de Conservação. (BRANDÃO; SILVA, 2007, p.132).

Ao longo de toda a Costa dos Coqueiros formou-se um grande espaço de disputa imobiliária, com uma tendência de crescimento vertiginoso, mas com mudanças positivas ainda incipientes para as comunidades litorâneas tradicionais, bem como em relação à minimização dos impactos ambientais. Nos últimos anos, houve uma maior preocupação com a obediência as condicionantes ambientais, algumas iniciativas de capacitação e qualificação da mão-de-obra e serviços locais, uma maior interação com as comunidades,

mas que no cômputo geral ainda não asseguram a afirmação de transformações efetivas no quadro instalado. É como afirma Limonad (2007):

A situação presente assemelha-se à calma antes da tempestade. Embora na última década tenham sido aprovados apenas seis novos loteamentos (BAHIA, 2001, p.25), entre 1970 e 1990, foram aprovados mais de setenta loteamentos, num total de cerca de vinte mil lotes com áreas entre seiscentos e mil e seiscentos metros quadrados, situados em sua maioria em áreas de restinga ou nos estuários dos rios que deságuam na costa [...]. Aproximadamente mil Sauípes. Este estoque de lotes e a pressão crescente dos setores imobiliário e turístico prenunciam uma nova fase de devastação ambiental na área das dunas costeiras, a despeito das restrições impostas pela legislação ambiental. Inclusive surgiram, recentemente, novos parcelamentos e construções irregulares nos povoados litorâneos de Entre Rios e Conde, em áreas sem saneamento. Isto ocorre seja pela falta de recursos e de pessoal capacitado das municipalidades em fazer cumprir a legislação e controlar as implantações, seja pelas características legais dos terrenos de marinha e seus acrescidos (de acordo com Decreto-Lei 9.760/46). (LIMONAD, 2007, p.29).

A despeito de todas as constatações e advertências largamente divulgadas em torno dos impactos e resultados do desenvolvimento do turismo na Costa dos Coqueiros os investimentos continuam a proliferar, atingindo inclusive áreas consideradas ainda em estado de boa conservação. Como pode ser observado na Figura 11, a Costa dos Coqueiros sobressai dentre as outras zonas turísticas da Bahia, principalmente quanto aos investimentos em projeto, alguns dos quais no corrente ano (2007), já em execução.

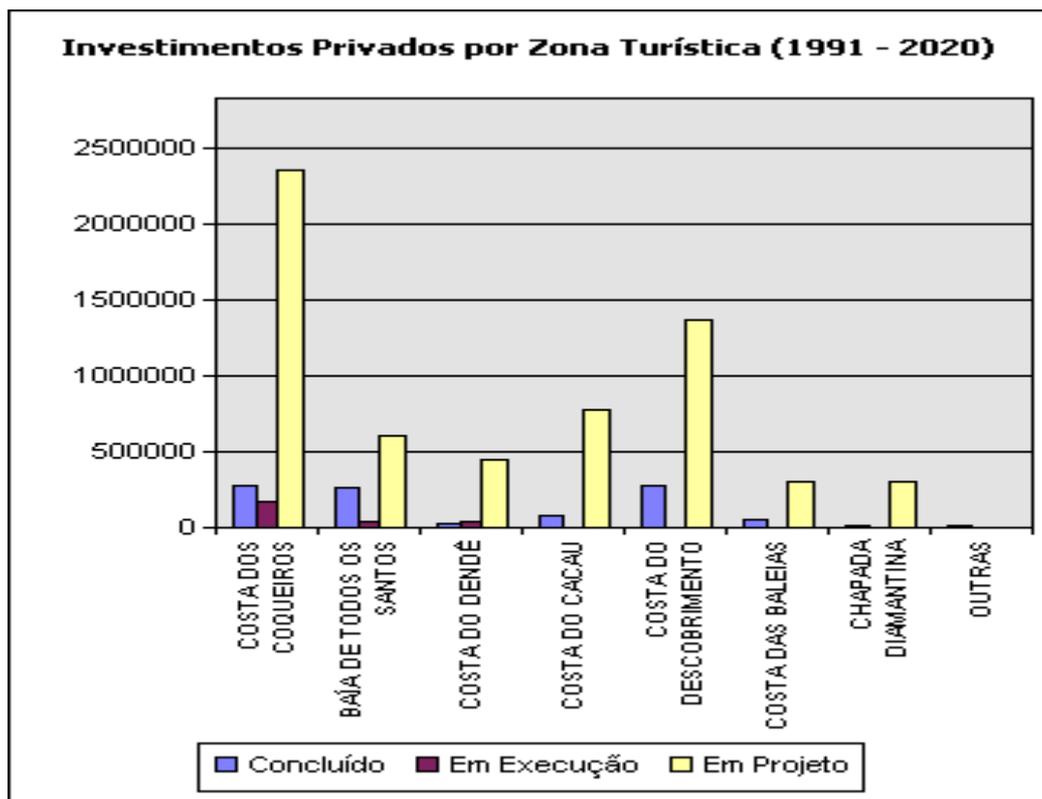


Figura 11 - Investimentos Privados nas Zonas Turísticas da Bahia (1991/2020)

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). Suinvest - 2005. (BAHIA, 2007).

Fica, pois caracterizado o cenário previsto para esta zona turística, que sob condições de normalidade dificilmente será alterado, até porque existe um número considerável de atores sociais envolvidos que defendem, seja por interesses particulares ou por crenças pessoais, que mesmo com todos os problemas, o turismo é a opção de desenvolvimento mais adequada a esta região. Dentre estes podem ser citados os investidores, buscando defender os altos investimentos realizados, o poder público que se fundamenta principalmente no potencial de geração de trabalho e renda que as atividades turísticas apresentam, além de variados atores da sociedade civil local que acreditam no turismo como um vetor de desenvolvimento capaz de proporcionar a melhoria das condições de vida da população local.

Sem dúvida, não só de impactos negativos está sendo feita a história da Zona Turística Costa dos Coqueiros. Dentre os impactos positivos pode-se falar na modernização e diversificação da estrutura produtiva da região, na geração de trabalho e renda, na descentralização das atividades do turismo no

estado (antes polarizada por Salvador e Porto Seguro), na melhoria de infraestrutura e serviços básicos.

Por outro lado, também não se pode ver o turismo enquanto estratégia de desenvolvimento e atividade econômica, pior do que outras atividades geradoras de renda e riqueza nas sociedades capitalistas, voltadas primordialmente a geração de lucro e expropriação dos meios de produção. Talvez a grande diferença esteja na forma de organização, pois enquanto nas atividades tradicionais as sociedades se organizam para produção, no turismo o foco é o consumo.

A medida de avaliação parece situar-se no conjunto de valores, crenças, princípios que norteiam as ações e reflexões, que neste caso podem ser traduzidas nas seguintes questões: qual o foco e que tipo de desenvolvimento está se buscando e sob que condições. É como observa Castro ao se referir a relação turismo e desenvolvimento:

A questão de fundo desta relação encontra-se na política – que inclui agentes atores e opções, sendo necessário compreender seus interesses e valores para que possam ser discernidas, nos estudos, as controvérsias sobre as escolhas dos lugares, das escalas e dos seus impactos, bem como o significado do conceito de desenvolvimento adotado. (CASTRO, 1998, p.23).

É a partir desta perspectiva que na próxima seção serão analisados os impactos do desenvolvimento turístico na Costa dos Coqueiros.

3.3 IMPACTOS DO DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO NA COSTA DOS COQUEIROS

Se existe um consenso em torno do turismo enquanto vetor de desenvolvimento, este se encontra no seu papel relevante como uma das atividades que mais cresce no contexto da economia mundial. Segundo dados da OMT, o turismo triplicou o seu tamanho e impacto econômico nos últimos cinquenta anos.

Para, além disso, quando se analisa os impactos do turismo sobre a economia, ambiente e organização das sociedades receptoras como um todo, não se encontram as condições necessárias de estabelecer unanimidades ou consensos sobre o tema.

Para Castro, uma das grandes dificuldades no meio acadêmico para superação desta questão é a dificuldade que os especialistas apresentam de incorporar aos debates conhecimentos mais abrangentes do que aqueles oferecidos por uma dada especialidade.

Economistas, desde os anos 60 tentam enfatizar os ganhos econômicos, ignorando o resto. Antropólogos e sociólogos têm sido pessimistas, destacando a natureza socialmente disruptora do turismo. Estas diferenças disciplinares tem freqüentemente contribuído para uma fraqueza metodológica e um certo grau de emocionalismo nas análises. Em função disto, tem havido falhas em reconhecer que o turismo pode desenvolver-se de diferentes modos e que mesmo processo similares podem possibilitar impactos muito diferentes quando os contextos são diferentes. (CASTRO, 1998, p. 22).

A complexidade que envolve a análise da relação turismo e desenvolvimento é ampliada quando se reconhece que o turismo enquanto atividade econômica, social, cultural, e intrinsecamente relacionada ao modo de produção capitalista, desenvolve-se a partir de uma lógica de produção e acumulação do capital, com a participação de diversos atores sociais que imprimem a esta dinâmica interpretações e rumos concernentes as suas crenças e prioridades, em um ambiente de correlação de forças, permeado por conflitos e interesses antagônicos. Por conseguinte, qualquer análise neste âmbito exige inicialmente esclarecimentos quanto aos conceitos que lhe dão sustentação.

Ao longo da história, o termo desenvolvimento, tem assumido diferentes conotações de acordo com o momento histórico que está inserido, os interesses que representa e o contexto em que é aplicado.

Na condição de conceito largamente empregado nas Ciências Sociais (principalmente nas Ciências Econômicas) é utilizado, de uma maneira geral, em visões, idéias, pressupostos, teorias, relacionadas às transformações das sociedades em direção a um estado cada vez mais evoluído, avançado, superior, moderno, que responda as exigências e necessidades da realidade em que estão inseridas.

Estas realidades nas sociedades regidas pelo sistema capitalista de produção estão submetidas aos processos de acumulação e reprodução do capital, mas também vivenciam uma contínua busca de saídas para as

contradições internas deste sistema, visando em última instância à manutenção do mesmo. São momentos de crise, onde se buscam saídas para renovação das condições de acumulação, para expansão da capacidade produtiva, mas também acontece o desvelamento das contradições do capital.

Vive-se na atualidade a emergência de uma destas crises fundada na desmistificação de alguns pressupostos que sustentam e direcionam o modelo de desenvolvimento baseado na otimização dos lucros, na industrialização como única via de desenvolvimento, no uso indiscriminado dos recursos naturais, no crescimento econômico como fator antecedente ao desenvolvimento. Com efeito, hoje é possível afirmar, por exemplo, que o crescimento econômico além de não gerar necessariamente o desenvolvimento, também não tem uma relação direta com a melhoria da qualidade de vida da população, ou que a inobservância da finitude dos recursos naturais tem conseqüências graves não só para a continuidade do processo de desenvolvimento, mas, em última análise, para a própria sobrevivência do planeta. Neste contexto, abrem-se espaços para se pensar novas formas de desenvolvimento, procurando atender ou mesmo explicar, a questões até então negligenciadas, tais como a distribuição desigual das riquezas, o agravamento da pobreza e exclusão social, a precarização das relações de trabalho, o esgotamento dos recursos naturais.

No âmbito do turismo, estas constatações podem ser traduzidas no reconhecimento da sua importância enquanto instrumento de valorização do capital, movimentando a economia de muitos países, o que não significa, entretanto, que a distribuição dos benefícios gerados venha ocorrendo a favor da população dos espaços onde acontece. O aumento do Produto Interno Bruto (PIB), geralmente utilizado como índice que atesta os benefícios do desenvolvimento do turismo, não revela importantes aspectos como a concentração de renda, a ampliação das desigualdades, os impactos sociais, culturais e ambientais que o turismo pode gerar nas comunidades. Entende-se que a análise das reais possibilidades que pode apresentar enquanto vetor de desenvolvimento deve considerar a mudança do paradigma fundado na ênfase da dimensão econômica que sustenta o modelo de consumo adotado, baseado na acumulação do capital e na busca pelo lucro incessante, que tem levado à

configuração de um contexto onde a segregação social, a concentração de renda, a desestruturação dos sistemas sociais e a degradação do meio ambiente, têm sido na maioria das vezes, os resultados obtidos.

Especificamente na Zona Turística Costa dos Coqueiros verifica-se que após quase duas décadas de exploração mais intensiva das atividades turísticas, este espaço encontra-se visivelmente alterado, em termos de funções, usos, costumes, balizado pelo surgimento de aglomerados urbanos, crescimento dos já existentes, intensa atividade imobiliária, e fluxo turístico crescente. Mesmo considerando as maiores vantagens alcançadas pelos municípios com melhores condições sociais e mais diversificadas estruturas econômicas, é possível afirmar que, de uma maneira geral, em relação às atividades turísticas, todos os municípios da Costa dos Coqueiros, em maior ou menor grau, apresentam dificuldades na apropriação das oportunidades e controle do crescimento da atividade turística. Este quadro está bem delineado no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável da região (2002), quando aponta as seguintes dificuldades:

Crescimento descontrolado do fluxo e da oferta turística nos locais de maior atratividade;

Baixos níveis socioeconômicos, que resultam em dificuldades de inserção na atividade turística e problemas sociais (formação precária, incapacidade de investimento, prostituição, drogas, assédio etc.);

Comunidades pouco educadas para o turismo e seus impactos, trazendo implicações socioambientais (deterioração dos atrativos, ocupação irregular dos espaços etc.);

Prefeituras sem capacitação, estrutura ou recursos financeiros para lidar com as pressões (poluição, limpeza pública precária, ocupação irregular, déficits nos serviços públicos, incapacidade de arrecadar os tributos que são gerados etc.);

Infra-estrutura básica é, geralmente, incompleta, o que inibe o desenvolvimento, compromete a qualidade da atividade turística e a sustentabilidade do meio ambiente;

Unidades de conservação mal equipadas e órgãos ambientais lutando, sem estrutura adequada, contra as pressões que surgem;

Predominância de investidores de fora da comunidade, principalmente nos equipamentos de maior porte, dada a inacessibilidade dos residentes à crédito e a falta de capacitação;

Pouca compreensão sobre o sistema turístico como um todo e sobre como traduzir sustentabilidade e a competitividade dos produtos em ações práticas;

Associativismo precário, prevalecendo a dificuldade de articulação e o posicionamento de competição pura e simples frente aos concorrentes;

Ênfase nos atrativos naturais, sem adequada formatação para o uso turístico (uso do atrativo em sua forma bruta);

Baixa capacidade de acrescentar serviços e produtos complementares à oferta principal, agregando novas atividades de valor para os turistas;

Déficits sócio-educacionais comprometendo a capacitação Profissional. (PDITS, 2003 apud BAHIA, 2007).

Por outro lado, tomando como referência o intervalo entre 1991 e 2000, verifica-se um aumento significativo no Produto Interno Bruto e per capita da região sugerindo uma circulação de riquezas, principalmente nos municípios com maior diversificação na sua economia e proximidade da capital como Camaçari e Lauro de Freitas (ver Tabela 6). Este dado tem sido constantemente usado para comprovar os impactos positivos do desenvolvimento do turismo na região.

Tabela 6 – PIB dos municípios que compõem a Zona Turística Costa dos Coqueiros - 1999 – 2004

MUNICÍPIOS	PIB (R\$ MILHÕES)		PIB PER CAPITA (EM R\$ 1,00)	
	1999	2004	1999	2004
Lauro de Freitas	486,82	1.024,67	4.365,00	7.520,00
Camaçari	5.367,02	15.891,62	33.641,03	85.255,00
Mata de São João	153,53	145,41	4.727,74	4.326,00
Entre Rios	102,83	178,75	2.774,09	4.202,00
Esplanada	127,51	239,15	4.714,21	8.163,00
Conde	54,75	106,53	2.706,30	4.709,00
Jandaíra	36,27	47,30	3.646,96	4.319,00

Fonte: SEI/IBGE, 2007.

Nota: Adaptação da autora.

Entretanto, a concentração desta renda gerada fica patente quando a referência é a renda per capita¹³ da população, como pode ser comprovado na Tabela 7 a seguir. Mesmo nos municípios de Camaçari e Lauro de Freitas que apresentaram significativos aumentos do Produto Interno Bruto, percebe-se que não há uma correlação entre o PIB per capita apresentado na tabela 6 e a renda per capita apresentada na Tabela 7. São valores muito distantes, e que retratam um alto de grau de concentração de renda certamente um grande fator de perpetuação das desigualdades sociais que caracterizam a região.

Tabela 7 – Renda per capita da população residente na Zona Turística Costa dos Coqueiros 1991-2000

MUNICÍPIOS	RENDA PER CAPITA	
	1991	2000
Lauro de Freitas	221,21	322,43
Camaçari	130,46	163,15
Mata de São João	91,30	128,11
Entre Rios	69,04	109,66
Esplanada	81,61	83,20
Conde	53,34	78,90
Jandaíra	50,82	58,68

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (PNUD, 2007).

Nota: Adaptação da autora.

Se forem tomados como referência a estrutura dos gastos turísticos no ano de 2001 em dois dos principais destinos da Costa dos Coqueiros, Praia do Forte e Sauípe (ver Tabela 8), verifica-se que existe uma centralização destes gastos nos segmentos da hospedagem e alimentação, que como já ficou caracterizado, encontram-se sob o domínio das grandes cadeias hoteleiras, com seus sistemas *all inclusive*, ou quando muito nas mãos de empresários de outros lugares. Até mesmo a maioria dos insumos para estes segmentos não

¹³Renda per Capita: Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos. A renda per capita de cada indivíduo é definida como a razão entre a soma da renda de todos os membros da família e o número de membros da mesma. Valores expressos em reais de 1º de agosto de 2000 (PNUD, 2007).

são adquiridos nas localidades de entorno dos empreendimentos, mas nos grandes centros abastecedores.

Tabela 8 – Estrutura de gastos turísticos – Principais destinos Costa dos Coqueiros (%)

Categoria	Praia do Forte (%)			Sauípe (%)		
	Nacional	Estrangeiro	Média	Nacional	Estrangeiro	Média
Alimentação	25,0	28,3	25,6	30,0	39,4	30,6
Hospedagem	49,0	51,6	49,5	46,8	26,5	45,4
Transporte	3,3	1,5	3,0	4,6	8,0	4,8
Diversão	4,8	4,4	4,7	3,4	3,0	3,4
Compras	15,7	13,3	15,2	13,4	23,1	14,1
Outros	2,2	0,9	2,0	1,8	0,0	1,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pdtis / Desempenho do Turismo Baiano 1991/2000 – Bahiatursa; Estudo do Mercado Interno 2001.

Notas: (*) Inclui o gasto com transporte até o destino turístico.
Adaptado pela autora.

A categoria compras também aparece com um percentual significativo destes gastos, mas da mesma forma trata-se de um segmento que nestas localidades é na sua maior parte dirigido por empresários dos grandes centros e cadeias de lojas nacionais e internacionais (ver Figura 12). Configura-se desta forma um quadro de fuga de divisas geradas na região, mas apropriadas pelos centros emissores e de abastecimento e por pessoas de fora das comunidades regionais.



Figura 12 – Lojas em Praia do Forte e Costa de Sauípe

Nota: Fotografia de Maria Helena Martins Brasileiro - 2007.

Um dos aspectos mais ressaltados no âmbito do desenvolvimento do turismo é o fato de que suas atividades situadas na ponta da cadeia são relativamente intensivas em mão de obra (o número de empregos gerados para cada unidade monetária investida é alto), como as atividades de recepção e alojamento do turista, transporte, alimentação, organização de viagens, entretenimento, etc. Portanto, considera-se que o incremento desta atividade terá impacto relevante no que diz respeito ao emprego e renda para as economias locais.

Entretanto, para a realidade baiana, a pesquisa realizada pelo Instituto de Hospitalidade, *Perfil dos Profissionais no Mercado de trabalho do Setor de Turismo no Brasil 1999* (PDTIS, 2002 apud BAHIA, 2007), nas áreas consideradas integrantes do setor turístico¹⁴, oferecem dados reveladores a este respeito.

O setor de hospedagem, por exemplo, representa apenas 7,5% do total de empregos gerados no setor turístico na Região Metropolitana de Salvador (RMS), fato que desmistifica o tão propalado potencial dos hotéis na geração de emprego. O maior destaque ficou para as atividades de alimentação e transporte com índices de 48,3% e 32% respectivamente, sendo que na atividade de alimentação grande parte dos proprietários (34,6%) assume as ocupações existentes.

As Agências e Operadoras de Viagens e Turismo representam 4% do total de empregos do Turismo na RMS. Os índices de remuneração são os melhores (acima de dez salários), mas 41,7% apresentam mais de doze anos de estudo.

Quanto à remuneração, chama a atenção o fato de que 70% dos empregados em atividades de hospedagem recebem de um a dois salários mínimos.

O perfil destes empregados aponta para a grande maioria possuindo de oito a onze anos de estudo. Somente 1/7 dos empregados tem o suporte dos benefícios sociais e garantias da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

¹⁴ As áreas consideradas na pesquisa foram: Hotelaria e alojamento; restaurantes e similares; lazer entretenimento; Agências e Operadoras de Viagens e Turismo e Transportes e outros Serviços.

A respeito das condições de trabalho em turismo na Bahia a pesquisa apresenta os seguintes dados expostos na Tabela 9 a seguir:

Tabela 9 –Turismo na Bahia - Posição na ocupação

Setor	Total	Empreg. C/ carteira (%)	Empreg. Sem carteira (%)	Conta Própria (%)	Empregador (%)	Não Remunerado (%)	Total precário (%)
Lazer e Entretenimento	10.060	22,4	34,7	34,7	4,1	4,1	73,5
Hotéis e Pousadas	9.230	82,2	17,8	0,0	0,0	0,0	17,8
Bares e Restaurantes	59.500	24,5	23,8	30,7	6,9	14,1	68,6
Agências e Operadoras	4.924	33,3	29,2	4,2	33,3	0,0	33,4
Transportes	39.399	58,6	15,2	24,1	1,6	0,5	39,9
Turismo e Correlatos (RMS)	123.113	39,8	21,7	25,5	5,5	7,3	54,5
Turismo e Correlatos (NE)	1.056.521	23,7	20,9	37,5	5,0	12,6	71,0
Turismo e Correlatos (Brasil)	4.402.158	35,0	18,3	31,1	6,2	9,0	58,4

Fonte: Pdits/Instituto de Hospitalidade (IH), 1999.

Nota: Os dados referem-se a Região Metropolitana de Salvador (RMS), única desagregação existente para o Estado.

Ressalta-se o total de ocupações precárias (sem carteira, conta própria e não remunerado), que mesmo com índices abaixo da realidade brasileira e do nordeste, é bastante significativa nas atividades como um todo (54,5%).

Outro dado importante apresentado nas pesquisas do IH é que dois terços das empresas encontram dificuldades para contratação de pessoal, destacando-se como principais a falta de treinamento e a falta de experiência, principalmente no nível técnico. Por outro lado, 47% dos cursos disponíveis são para nível superior, demonstrando uma inadequação às necessidades da demanda.

Completando este quadro, observa-se uma sazonalidade elevada e o fato de que o grande fluxo turístico dirige-se para Salvador, com uma conseqüente concentração dos gastos turísticos e das oportunidades de emprego.

Os dados apresentados são reveladores de um mercado de trabalho que apresenta restrições e incompatibilidades com as necessidades da população em situação de exclusão social, bem como com o incremento das economias dos municípios afastados dos grandes centros, que por sua vez apresentam as piores condições sócio-econômicas.

As informações apresentadas na pesquisa podem ser relacionadas aos dados obtidos na Tabela 10 a seguir, onde se percebe uma diminuição no percentual dos rendimentos oriundos do trabalho em todos os municípios da Costa dos Coqueiros, considerando os anos de 1991 e 2000. Esta alteração, em um período de efervescência das atividades turísticas, confirma o não aproveitamento da mão-de-obra local nestas atividades, provavelmente relacionada à inadequação da demanda com o perfil do trabalhador local.

Tabela 10 – Percentual de rendimentos da população residente na Zona Turística Costa dos Coqueiros a partir da procedência. 1991-2000

MUNICÍPIO	Procedência dos rendimentos %			
	*Rendimentos do trabalho	Rendimentos do trabalho	**Transferências governamentais	Transferências governamentais
	1991	2000	1991	2000
Lauro de Freitas	85,84	68,48	6,84	9,48
Camaçari	87,18	69,50	6,57	10,73
Mata de São João	76,96	56,72	14,21	17,20
Entre Rios	71,32	69,99	16,16	15,17
Esplanada	74,04	55,89	16,09	19,77
Conde	77,32	50,49	16,36	16,01
Jandaíra	80,47	60,96	11,70	14,76

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano/PNUD (PNUD, 2007).

Notas: *Equivale à participação percentual das rendas provenientes do trabalho (principal e outros) na renda total do município.

**Equivale à participação percentual das rendas provenientes de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio), na renda total do município.

Adaptação da autora.

Fundamentando-se nos dados, informações e reflexões demonstradas até então, é possível afirmar, que o desenvolvimento do turismo na Costa dos Coqueiros caracterizou-se como um processo incrementado primordialmente com base em fatores exógenos ao território, apresentando por conseguinte, resultados que atendem preferencialmente aos interesses e necessidades relacionadas a estes fatores em detrimento daqueles que dizem respeito aos das áreas receptoras e sua população.

Compreendendo que a relação emissor-receptor estabelecida a partir deste arranjo, pode ser analisada como uma relação centro- periferia que sofre influência da relação centro-periferia mais ampliada, concorda-se com Silva (2004), quando afirma que a dependência turística que se instala em tais situações, fundamentada principalmente na ação das grandes operadoras turísticas, redes hoteleiras e outros grupos estrangeiros, impede a retenção dos lucros obtidos nos centros receptores, que na maioria das vezes terminam arcando primordialmente com os custos e impactos da atividade turística.

Considerando que a relação centro-periferia, de base espacial, definida pela direção do tráfego turístico, deriva e é influenciada pela relação centro-periferia, mais ampliada, de base hegemônica fica delineado que a dependência turística é determinada pela dependência econômica e social, o que implica na imposição de restrições ao desenvolvimento turístico das regiões periféricas. (SILVA, 2004, p.73).

Grande parte dos teóricos e autores que se dedicam ao estudo do turismo coloca-se reticente quanto às reais possibilidades que este apresenta enquanto vetor de desenvolvimento local, principalmente se apoiado nos modelos tradicionalmente baseados nesta relação.

Reconhecendo o turismo como uma das atividades mais dinâmicas das sociedades atuais, que surgem, evoluem e eventualmente chegam a uma fase de estagnação em espaços de tempo muito curtos, Araújo e Moura (apud CORIOLANO, 2007b) reforçam que,

Além disso, a complexidade contextual e a rapidez das mudanças desencadeadas pelo turismo são duas características marcantes das áreas que se tornam território da função turística. Por isso a velocidade de ação da iniciativa privada, somada a lentidão do poder público em uma situação de comportamento ambiental reativo (MAIMON, 1995), gera uma situação de incertezas e de profundos impactos socioambientais e culturais nas destinações. O prognóstico desse cenário se agrava quando se constata que muito da

turistificação do espaço se dá por meio do crescimento turístico espontâneo isto é sem planejamento integrado. (ARAÚJO; MOURA, apud CORIOLANO, 2007b, p.94).

Sem dúvida esta é uma realidade bastante comum, que tem levado a emergência de ações e reflexões em torno da problemática. Dentre os posicionamentos a respeito da relação turismo e desenvolvimento, considera-se importante ressaltar duas correntes: a do turismo sustentável e a da territorialização das atividades turísticas.

O final do século XX presenciou a preocupação crescente da sociedade em relação à degradação do meio ambiente decorrente do modelo vigente de desenvolvimento e crescimento econômico. O aprofundamento da crise ambiental, juntamente com a reflexão sistemática sobre a influência da sociedade neste processo, conduziu a uma preocupação com a sustentabilidade das ações, originando um novo conceito - o de desenvolvimento sustentável. Este alcançou um destaque inusitado a partir da década de 1990, tornando-se um dos termos mais utilizados para se definir um novo modelo de desenvolvimento.

De acordo com o Relatório Brundtland (1987 *apud* BRÜSEKE, 1998, p.33) “Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.” Esta foi uma definição apresentada pela Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED) da ONU, podendo ser considerada um ponto de partida para entender os pressupostos da teoria do desenvolvimento sustentável.

Em linhas gerais, pode-se afirmar que o modelo de desenvolvimento sustentável se refere a um processo de convergência e integração de ações que articula as dimensões social, econômica e ambiental a partir dos seguintes parâmetros:

- a) O econômico, que se traduz pela procura no novo contexto de uma eficácia econômica.
- b) O ambiental, que significa que o desenvolvimento deve contribuir para preservar, melhorar e valorizar o ambiente.

- c) O social, que exprime o fato de que esse desenvolvimento deve partir das necessidades humanas e responder a objetivos de equidade social.

A concretização das idéias e princípios formulados a partir do conceito de desenvolvimento sustentável tem assumido nuances variadas, a partir da realidade que cada sociedade apresenta. Nos países considerados do primeiro mundo, a relação entre o crescimento econômico e a preservação ambiental, assim como as intrincadas relações políticas, dão a tônica às discussões a respeito da proposta e sua viabilidade. Para os países emergentes, somam-se a isto as graves questões sociais, onde o meio ambiente enquanto produto das relações do homem com o meio físico natural reflete as conseqüências das desigualdades sociais, da má distribuição de renda, poder e informação.

O conceito de desenvolvimento sustentável tem recebido ao longo do tempo uma ampla aceitação de importantes setores e instituições em todo mundo, como também muitas críticas em torno, principalmente, da sua exeqüibilidade. O Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) são exemplos de instituições que o adotaram “para marcar uma nova filosofia do desenvolvimento que combina eficiência econômica com justiça social e prudência ecológica” (BRÜSEKE, 1998, p.34), sendo condição primordial para estas e outras instituições de renome quando se fala em desenvolvimento.

Por outro lado, as críticas afirmam que a crescente legitimidade do conceito não veio acompanhada de uma discussão consistente a respeito do seu significado efetivo e das medidas necessárias para alcançá-lo, e que a complexidade das mudanças estruturais e culturais necessárias à operacionalização inviabiliza sua prática, tornando-se mais uma alternativa para justificar discursos que não condizem com as práticas. Ademais, considera-se que no seu âmago, o desenvolvimento sustentável expressa um movimento de renovação do desenvolvimento capitalista, que sob novos adjetivos reeditam velhas práticas visando a expansão mundial e o lucro.

Apoiado nos princípios e pressupostos do desenvolvimento sustentável o conceito de turismo sustentável é definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) como,

[...] aquele que atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003).

Da mesma forma que o conceito geral, a idéia de práticas sustentáveis no turismo também é visto com certa reserva, principalmente pelas dificuldades práticas na sua execução, bem como pela pouca clareza dos seus objetivos e fins.

Esta proposta preocupa-se com a conservação ambiental, e busca regularizar o mercado da indústria do turismo de massa e do turismo alternativo. Para os analistas do turismo sustentável a escala de análise remete-se ao lugar ou ao contexto regional, mas apesar do conceito de desenvolvimento sustentável ser reconhecido como cientificamente legítimo ele é, antes de tudo, um instrumento político e, nesse sentido, funciona como uma panacéia que irá garantir a exploração econômica ao longo do tempo e na escala planetária. (LUCHIARI, 1998, p. 42).

De qualquer forma, não se pode negar que a visão multidimensional defendida pela Teoria do Desenvolvimento Sustentável vem atender às necessidades reais do mundo moderno e seus anseios pelo desenvolvimento equilibrado. Como afirma Brüseke (1998), quando a busca não é por um modelo de desenvolvimento equilibrado da sociedade inteira, corre-se o risco da desestruturação da composição social, da economia territorial e do contexto ecológico, que só poderá ser evitado a partir de uma “perspectiva multidimensional que envolva economia, ecologia e política ao mesmo tempo.” (BRÜSEKE, 1998, p.37).

No atual contexto da globalização, entende-se que a idéia do turismo sustentável, incita uma visão crítica das suas possibilidades, que possa mediar as retóricas que fundamentam os seus princípios, as intencionalidades e as dificuldades práticas para sua implantação.

Sob outro ângulo, a constatação de que os benefícios socioeconômicos gerados a partir do desenvolvimento turístico não são apropriados em sua maior parte no nível local, fundamentou a visão de que para efetivamente o turismo representar um vetor de desenvolvimento local, faz-se necessário a criação de estratégias de territorialização das atividades turísticas a partir da

valorização e aproveitamento dos recursos endógenos. Ressalta-se que, diversamente dos clássicos fatores endógenos, em geral relacionados unicamente com as vantagens comparativas que se poderia tirar da especialização interna da produção, decorrente do uso eficiente dos recursos, a endogenia aqui apresentada apóia-se em novos elementos, considerados centrais, fundamentados na capacidade organizacional das comunidades locais e regionais em definir prioridades e formas inovadoras que possam dinamizar as atividades econômicas, sociais, políticas e culturais em busca do desenvolvimento (SILVA; SILVA, 2006).

Comumente associada aos conceitos de desenvolvimento local, a endogenia remete a liderança dos atores locais, sejam eles públicos ou privados nas ações de investimento, controle e usufruto dos benefícios gerados nos processos de desenvolvimento. Entretanto, entende-se que o desenvolvimento local refere-se a um “processo de crescimento e de mudança estrutural que vai utilizar o potencial de desenvolvimento existente em um território levando a melhoria e o bem estar da população de uma localidade ou de uma região” (UEDA, 2004, p.15). Considera-se, pois, que neste contexto, o desenvolvimento econômico pode ocorrer não necessariamente priorizando os recursos endógenos, ou seja, a partir da criação de um sistema produtivo que gere economias de escala e conseqüentemente desenvolvimento, utilizando eventualmente recursos exógenos.

O que vai caracterizar o desenvolvimento local endógeno será, nas palavras de Vázquez Barquero (2001), o momento que uma comunidade local seja capaz de liderar e mudar a forma estrutural do processo de desenvolvimento. Neste sentido,

A forma de organização produtiva, as estruturas familiares, as tradições locais, a estrutura social e cultural e os códigos de conduta da população condicionam os processos de desenvolvimento local, que favorecem ou limitam a dinâmica econômica e determinam a marca específica de desenvolvimento das cidades, municípios e regiões. (BARQUERO, 2001, p. 52).

Sendo assim, as especificidades territoriais, as identidades econômica, política, social e cultural são vistas como fatores determinantes na caracterização do desenvolvimento local de base endógena; as empresas, as

organizações, as instituições locais, a sociedade civil são considerados as bases para as mudanças.

As idéias desenvolvidas neste âmbito se sustentam em grande parte em princípios, pressupostos e conceitos desenvolvidos na Teoria do Desenvolvimento Endógeno, originada a partir da investigação dos fatores que levam a diferenciação no nível de crescimento das regiões, mesmo em condições semelhantes em relação a fatores produtivos tradicionais como capital financeiro, mão-de-obra e tecnologia.

As reflexões a cerca destes fatores determinantes, trouxeram a tona características peculiares de cada região, fundamentando a visão de que fatores endógenos tais como valores culturalmente estabelecidos, níveis de organização social e fortalecimento institucional, seriam condicionantes no desenvolvimento de uma região.

Tais conclusões foram decisivas para elaboração de um conjunto de princípios, pressupostos e conceitos, dos quais aqui se salienta:

- a) O desenvolvimento local ou regional está estreitamente relacionado com a dinâmica social historicamente determinada; por conseguinte é necessário haver uma sintonia com as potencialidades sócio-econômicas originais, incluindo a participação dos atores sociais nos processos decisórios;
- b) A organização institucional é fator decisivo para o desenvolvimento, na medida em que permite a emergência e o fortalecimento de um capital social, aqui entendido como o conjunto de variáveis relacionadas às características da organização social, tais como rede de relações, normas valores, canais de informação, cooperação, níveis de confiabilidade.

Partindo do princípio de que os processos de desenvolvimento não acontecem no vazio, sendo conformado a partir de raízes culturais e institucionais, Barquero (2001) afirma que além de influenciar os aspectos produtivos, a estratégia de desenvolvimento endógeno, procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem estar da sociedade. “Isto leva a diferentes caminhos de desenvolvimento, conforme as

características e capacidades de cada economia e sociedades locais” (BARQUERO, 2001, p.56).

A ênfase dada à sociedade e as relações sociais no processo de desenvolvimento pela Teoria do Desenvolvimento Endógeno, fundamenta idéias, ações e políticas de fortalecimento e qualificação de estruturas internas que em última instância conduzam a respostas específicas quanto a problemas e potencialidades de cada região. Tal qualificação vincula-se diretamente a processos de participação efetiva dos atores sociais locais, tanto em relação ao poder decisório, quanto no usufruto dos benefícios, como condição de legitimidade e sucesso das iniciativas.

No âmbito do turismo, Silva e Silva (2006) destacam a relação entre os fatores endógenos e exógenos do desenvolvimento e seus desdobramentos setoriais e intersetoriais. Partindo do pressuposto de que o turismo sempre depende de um plano externo para desenvolver seu plano interno chamam a atenção para a necessidade de haver um “forte enraizamento local e um dinâmico enredamento global das atividades turísticas” sendo o primeiro aspecto caracterizado pela territorialização das atividades turísticas.

A territorialização turística permitirá que os lugares e regiões transformem suas vantagens comparativas, proporcionadas pelo seu capital natural e cultural, em vantagens competitivas, assegurando a continuidade do dinamismo e contribuindo para promover, com uma determinada autonomia, um efetivo desenvolvimento sócio econômico. Assim, a dinâmica de desenvolvimento dependerá muito mais da capacidade de organização social e política dos territórios, valorizando os laços de coesão e de solidariedade, do que de outros aspectos externos, de pequena influência local e regional. (SILVA; SILVA, 2006, p. 193).

Reforçando esta visão, Silva (2006) defende a idéia de que a noção de território, entendido como um espaço socialmente construído deve ser priorizado em relação à função de especialização (o turismo), tornando-se o elemento chave e norteador do planejamento, para que a atividade turística atue como indutora ou articuladora do desenvolvimento local ou regional. A valorização dos variados recursos endógenos — recursos humanos, a capacidade empresarial e tecnológica, a estrutura produtiva — deve estar presente como um dos principais pressupostos do planejamento, elevando a valorização e percepção do local como ponto de partida para novas iniciativas.

Desse modo, entende-se o modelo territorialista e endógeno de desenvolvimento regional como sendo mais apropriado para efeito do planejamento do desenvolvimento turístico, com o território devendo prevalecer sobre a função, que a ele deve estar incorporada e, nessa dimensão, ser analisada.

Nesse contexto, deve se eleger a especialização produtiva – o turismo, como elemento representativo das explicações do desenvolvimento econômico de base local e regional, informadas por uma perspectiva funcional, sem negligenciar-se, no entanto, que o alcance e a sustentação do desenvolvimento resultam da interação entre a função e o território, atrelada ao nível de endogeneização dos benefícios sociais e econômicos propiciados pela atividade turística, o qual irá resultar da consideração prioritária e do aproveitamento em larga escala de recursos locais no processo de planejamento do desenvolvimento regional. (SILVA, 2006, p. 18).

A “territorialização” das atividades turísticas a partir da endogeneização das ações apresenta-se assim como uma das vias alternativas para o alcance do desenvolvimento turístico pautado na sustentabilidade dos recursos de base e na melhoria da qualidade de vida das populações receptoras. Mas, mesmo sob esta perspectiva, é importante ressaltar que o processo de reestruturação dos destinos turísticos em função das demandas relacionadas às atividades, como em qualquer outro processo de desenvolvimento, é inevitável.

A organização territorial dos lugares turísticos não responde somente à lógica do lugar, do meio, e da população local, ela é a reprodução de atributos valorizados nos centros urbanos emissores, sintetizando, na materialidade das cidades que se expandem, as novas representações sociais imprimidas ao uso do território. Por isto, os lugares não permanecerão “provincianos”, “selvagens” ou “autênticos”, porque estes atributos não representam mais a sociedade. [...] As práticas de consumo atuais conjugam o café expresso, o *fast-food*, os equipamentos eletrônicos, as marcas dos carros e as *griffes* das roupas aos *souvenirs* locais, ao artesanato, aos remanescentes florestais e culturais. Esta é a realidade em que vivemos. Ela é híbrida. E a *urbanização turística* é a sua tradução mais completa. (LUCHIARI, 1998, p. 31).

Sem dúvida esta é a realidade contemporânea. A formação das novas organizações socioespaciais, em todas as dimensões, conjugam formas e lógicas antigas às novas, gerando novas identidades, fundadas na *universalidade empírica* que a globalização produz. Esta constatação conduz a uma reflexão sobre a idéia de que o turismo chega como uma forma de dominação de lugares provincianos, um novo colonialismo, destruidor de velhas formas e funções sociais. Entende-se que este mais do que um processo desencadeado pelo turismo, é algo muito mais amplo, que se estrutura nas novas determinações que mediam as relações do lugar com o

mundo. A defesa pela preservação de comunidades locais, tradicionais, organizadas a partir de uma economia de subsistência, distante dos fluxos globais de informação e tecnologia é uma posição bastante polêmica, e até mesmo insustentável, correndo o risco ainda de se configurar em “uma concepção colonialista de distanciamento e exclusão dos grupos tradicionais”. (LUCHIARI, 1998).

Fica assim caracterizada a complexidade que envolve o desenvolvimento turístico, principalmente quando a referência são realidades como a da Zona Turística Costa dos Coqueiros. Em condições normais de continuidade, o processo de *turistificação* nesta área parece ser irreversível, sem alterações a curto e médio prazo do modelo de desenvolvimento adotado, baseado no condicionamento dos recursos aos interesses de detentores do capital e fatores de produção exógenos ao território, deixando em segundo plano a endogeneização dos resultados, a legitimidade e os possíveis impactos locais, refletindo, por conseguinte nas possibilidades de usufruto dos benefícios socioeconômicos pela população local.

Diante disto, a busca por alternativas que conduzam a uma transformação desta realidade, além de premente representa um grande desafio configurado pela descoberta de formas de compatibilização e consensos dos diversos interesses envolvidos.

A fundamentação para análise destas alternativas na Costa dos Coqueiros reside em três pilares: na necessidade de construção de um modelo endógeno de desenvolvimento turístico capaz de alterar as condições de pobreza e exclusão social da maioria da população, no reconhecimento do domínio e suas implicações de empreendimentos exógenos a região, e na busca por pontos de convergência entre os interesses e necessidades dos diversos atores sociais envolvidos nesta dinâmica.

Com referência ao modelo endógeno de desenvolvimento, entende-se que o foco está no fortalecimento da sociedade civil, na abertura de espaços para atendimento das condições objetivas de vida, de valorização cultural, de defesa do meio ambiente, de organização e mobilização social, visando em última análise o usufruto dos benefícios e participação nos processos decisórios. Este fortalecimento também é decisivo na correlação de forças para

o estabelecimento de limites à lógica globalizante do lucro a todo custo que move os empreendimentos.

Entende-se que o turismo depende da preservação do patrimônio natural e cultural para o seu desenvolvimento e manutenção. Contraditoriamente, o modelo de desenvolvimento adotado provoca mudanças profundas na natureza e nas sociedades causando comprometimento ambiental e impactos sócio culturais que normalmente levam ao esgotamento ou estagnação do destino e conseqüentemente a perda da competitividade. Neste ponto, os prejuízos afetam não só as comunidades, que a esta altura já apresentam vinculações com as atividades turísticas, mas também a iniciativa privada, principalmente quando o volume de investimentos é de grande porte. A mudança desta lógica portanto, apresenta-se como uma necessidade estratégica para continuidade da reprodução e acumulação do capital nos espaços turísticos bem como para sobrevivência das comunidades.

No âmbito empresarial, este contexto tem provocado algumas modificações como observa Coriolano (2007a),

O modelo de turismo de produção de massa ou estandardizado, vigente há mais de quatro décadas, já não é mais adequado para competitividade empresarial e dos lugares. Uma fase de transição do capitalismo está se consolidando, que inclui produtos de qualidade, personalizados e de sustentabilidade social e ambiental, ou seja, um padrão de competitividade com qualidade e eficiência, sugerindo, assim, novas formas de fazer turismo. (CORIOLANO, 2007a, p.45).

No espaço de conflito abre-se então uma janela de convergência de objetivos, com possibilidades de abrigar interesses tradicionalmente vistos como antagônicos. Evidentemente, isto não significa alterações estruturais nas relações de produção. Compreende-se que as mudanças neste sentido envolvem ações e resultados de curto, médio e longo prazo, além de condicionantes multisetoriais, muitas vezes externas ao âmbito local. Entretanto, considera-se a necessidade de ações imediatas visando à criação de bases para construção deste caminho. No caso específico da Costa dos Coqueiros, esta construção parece relacionar-se diretamente ao desenvolvimento humano e ao fortalecimento da sociedade civil como estratégias fundamentais de enfrentamento da realidade historicamente constituída.

Tal visão fundamenta-se nos princípios defendidos por Amartya Sen quando advoga a idéia de que o indivíduo pode ser o “motor do desenvolvimento”, na medida em que possa atuar como um agente livre e sustentável. Por conseguinte, para haver desenvolvimento, faz-se necessário a “eliminação de privação de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente seu papel de agente.” (SEN, 2000, p.10).

Baseado nestes princípios entende-se que, aquilo que as pessoas conseguem realizar sofre influências da qualidade de suas experiências relativas a oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições habilitadoras como boas saúde, educação básica, incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas.

Esta idéia de liberdade envolve processos, facilitadores das liberdades de ação e decisão, e oportunidades reais relacionadas a circunstâncias sociais e pessoais. A privação de liberdade pode acontecer em razão de processos inadequados ou falta de oportunidades, ou de ambos (SEN, 2000).

A transposição destes pressupostos para a realidade analisada remete para uma questão principal que poderia ser assim formulada: Que ações poderiam promover a expansão das liberdades dos habitantes locais, contribuindo para que levem o tipo de vida que valorizam?

A análise que será efetuada a seguir tem como base este questionamento, e como foco a investigação sobre o potencial que as ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas por empreendimentos no território Costa dos Coqueiros pode apresentar na criação de um novo contexto de desenvolvimento do turismo. Para tanto, foi tomado como referência o modelo de implantação de ações socioambientais desenvolvido pelo Grupo Reta Atlântico relacionado à construção do Condomínio Reserva Imbassaí na localidade do mesmo nome.

4 O GRUPO RETA ATLÂNTICO NA COSTA DOS COQUEIROS: PRINCÍPIOS E AÇÕES

Em 1999, a união de quatro empresas portuguesas deu origem a Construtora Reta Atlântico, com ação focada na promoção de projetos nos setores imobiliários de lazer e de turismo.

O início da atuação do grupo no Brasil deu-se através da implantação do Condomínio Reserva Imbassaí, localizado na Costa dos Coqueiros, mais especificamente no município de Mata de São João na Bahia, caracterizado como um mega empreendimento que reúne hotéis, condomínios residenciais e infra estrutura de lazer. Atrelado ao empreendimento, o grupo também apresenta uma proposta de ação socioambiental, fundada nos princípios do *Global Compact* e na aplicação da metodologia do Programa de Redução da Pobreza pela Exportação (EPRP) desenvolvida pelo *International Trade Centre (ITC)*.

O *Global Compact*¹⁵ é um programa desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que tem como objetivo declarado a busca por uma economia global mais igualitária e inclusiva a partir de um pacto global entre as empresas mundiais em torno de uma responsabilidade social corporativa tendo como premissas dez princípios universais derivados da Declaração Universal de Direitos Humanos, da Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho, da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Conferência Nacional das Nações Unidas contra a corrupção. Tais princípios são assim colocados:

- 1) Respeitar e proteger os direitos humanos;
- 2) Impedir violações de direitos humanos;
- 3) Apoiar a liberdade de associação no trabalho;
- 4) Abolir o trabalho forçado;
- 5) Abolir o trabalho infantil;
- 6) Eliminar a discriminação no ambiente de trabalho;
- 7) Apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
- 8) Promover a responsabilidade ambiental;

¹⁵ Maiores informações sobre o *Global Compact* podem ser adquiridas no seguinte site: <http://www.unglobalcompact.org>

- 9) Encorajar tecnologias que não agridem o meio ambiente.
- 10) Combater a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e propina (UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT, 2007).

O *International Trade Centre (ITC)*¹⁶ é uma organização, dentro do sistema das Nações Unidas, responsável pela cooperação técnica para promover o comércio. O ITC está vinculado à Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e à Organização Mundial do Comércio (OMC). O Programa de Redução da Pobreza pela Exportação (EPRP), desenvolvido pelo ITC, tem por objetivo a criação de novas oportunidades de geração de trabalho e de renda, a partir da criação de um contexto que possibilite a acumulação de capital, o aperfeiçoamento de habilidades e competências de pequenos empresários, promovendo, desta forma, o desenvolvimento econômico e social nas comunidades de baixa renda. O EPRP trabalha com comunidades pobres que demonstrem habilidades em potencial em cinco áreas setoriais pré-identificadas, a saber: produtos agrícolas, turismo, couro e produtos em couro, manufaturados leves e têxteis (INSTITUTO IMBASSAÍ, 2007a).

Em 14 junho de 2005, o Grupo Reta Atlântico e o *International Trade Centre (ITC)* firmaram um Acordo de Cooperação Técnica objetivando a aplicação da metodologia do Programa de Redução da Pobreza pela Exportação (EPRP) no âmbito do seu programa executivo, o Programa Ciranda. As ações planejadas apresentam como objetivo maior implantar na região um modelo de turismo sustentável, com forte apelo de inclusão socioprodutiva, através do fortalecimento de potencialidades locais, da criação de novas oportunidades de geração de trabalho e de renda, do aperfeiçoamento de habilidades e competências, em um contexto associativista que possibilite a acumulação de capital, fomentando, desse modo, o desenvolvimento econômico e social e a conseqüente melhoria da qualidade de vida da população local (INSTITUTO IMBASSAÍ, 2007b).

De uma maneira geral, a iniciativa da Construtora Reta Atlântico representa a experiência de concretização de uma tendência mundial que vem

¹⁶ Para saber maiores informações sobre o ITC acessar o site oficial em www.intracen.org.

se acentuando ao longo das últimas décadas voltada ao desenvolvimento da responsabilidade social corporativa por parte das empresas.

De fato, o que se observa é que a consolidação do modelo neoliberal na maioria das economias mundiais, os efeitos da globalização e dos avanços nos setores da comunicação e tecnologia têm gerado uma série de conseqüências, dentre as quais se ressalta para compreensão do contexto de surgimento da responsabilidade social corporativa, o acirramento da pobreza e das desigualdades sociais, o protagonismo assumido pelo setor privado, uma maior competitividade entre as empresas e o surgimento de consumidores mais informados e exigentes. É como afirma Vinha (2003):

Na era da globalização e da chamada sociedade da informação, os ativos intangíveis (isto é, o conjunto de recursos não materiais, como o conhecimento e a reputação) adquiriram importância estratégica nos negócios. Para a empresa, ter sua reputação abalada, pode significar um prejuízo incalculável. (VINHA, 2003, p. 36).

Perceber estas mudanças e criar estratégias de enfrentamento para os novos paradigmas tornou-se um fator crucial para sobrevivência das empresas. A responsabilidade social corporativa consolida-se assim como uma estratégia empresarial, inscrevendo-se no mundo do diferencial competitivo, com o objetivo de construir uma imagem sólida e positiva perante seus públicos, visando em última instância um relacionamento duradouro.

Em termos conceituais, é possível afirmar que o termo ainda carece de definição mais clara; no senso comum, não há um consenso em relação ao seu significado sendo relacionado desde a ações sociais e ambientais esporádicas, ao atendimento dos requisitos legais, a práticas filantrópicas, até a ações integradas e inseridas no planejamento estratégico das empresas.

Os esforços dos estudiosos no sentido de melhor definir a responsabilidade social corporativa apontam para alguns pressupostos e princípios norteadores desta prática. Buchholz (1991 apud SOUZA, 2007, p.3) fez um estudo da evolução do conceito da responsabilidade social corporativa e identificou dentre as várias definições e abordagens, cinco elementos que tendem a se repetir nas diferentes noções:

- 1) as empresas têm responsabilidades que vão além de produzir bens e serviços com lucro;
- 2) essas responsabilidades implicam em contribuir para a solução de problemas sociais, principalmente aqueles causados pela própria atividade empresarial;
- 3) além dos acionistas, há outros grupos interessados nas operações das empresas;
- 4) a atividade empresarial gera impactos que vão além das transações de mercado;
- 5) as empresas provêem uma gama mais ampla de valores humanos do que aqueles que podem ser capturados através do foco exclusivo nos valores econômicos.

Com efeito, na pesquisa de referenciais teóricos sobre o tema, foi possível identificar estas constantes, mesmo com variações em torno da ênfase dada. Assim é que, para Melo Neto e Fróes (2001), uma empresa socialmente responsável é identificada pelo seu padrão de atuação social, econômico, cultural e político em duas direções: um foco no público interno e outro no externo, com as seguintes linhas de atuação: apoio ao desenvolvimento da comunidade onde atua, preservação do meio-ambiente, investimento no bem-estar dos seus funcionários e dependentes e num ambiente de trabalho saudável, transparência, retorno aos acionistas, sinergia com os parceiros, satisfação de clientes e/ou consumidores.

Para Ashley e outros autores (2003), a responsabilidade social engloba toda e qualquer ação da empresa que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade:

Responsabilidade social pode ser definida como o compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente de modo amplo, ou a alguma comunidade de modo específico, agindo proativamente e coerentemente no que tange a seu papel específico na sociedade e a sua prestação de contas para com ela). [...] Trata-se do compromisso contínuo nos negócios pelo comportamento ético que contribua para o desenvolvimento econômico, social e ambiental, pressupondo a realização de decisões empresariais que sejam resultado da reflexão sobre seus impactos sobre a qualidade de vida atual e futura de todos que sejam afetados pela operação da empresa. (ASHLEY, 2003, p. 6-7).

Na visão de Ferrer, Fraeddrich e Ferrel (2001) responsabilidade social é um compromisso que a empresa assume com a sociedade. Ser socialmente responsável implica em maximizar os efeitos positivos sobre os *stakeholders* (clientes, comunidade, fornecedores, governo, proprietários e empregadores, por exemplo) e minimizar os efeitos negativos de suas ações na sociedade, devendo agir para tanto em quatro dimensões: econômica, legal, filantrópica e ética.

Recentemente, apoiado em uma visão sistêmica da vida biológica, social e política, o termo responsabilidade socioambiental começou a ser difundido. Silva Filho (2007), citando Martins (2001), afirma que toda atividade humana tem um impacto ecológico a ela vinculado indicando que a intervenção nos sistemas e processos naturais deve levar em conta a capacidade de sustentação, a elasticidade e a diversidade da base de recursos naturais. Ademais, a crescente importância que as questões ambientais vêm assumindo perante as decisões das empresas e as práticas de comércio, exigem um olhar mais apurado para as novas questões que se colocam na esfera da gestão empresarial.

Encaramos o meio ambiente como sendo o produto da interação entre homens e a natureza e da interação entre os próprios homens, em espaços e tempos concretos e com dimensões históricas e culturais específicas que expressão também o significado político e econômico das mudanças que se pretende induzir ou sustar [...] (RATTNER apud SILVA FILHO, 2007, p. 6).

Especificamente em relação à realidade brasileira, verifica-se que desde a década de 1980, os debates e ações sobre a incorporação de políticas sócio-responsáveis no âmbito empresarial vêm ganhando força principalmente através de instituições como o Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial¹⁷ e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE)¹⁸, apesar de ainda estarem restritas na sua maioria a empresas de grande porte.

¹⁷ O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social é uma organização não-governamental criada com a missão de mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerir seus negócios de forma socialmente responsável. Seus 1253 associados têm faturamento anual correspondente a aproximadamente 35% do PIB brasileiro e empregam cerca de 2 milhões de pessoas, tendo como característica principal o interesse em estabelecer padrões éticos de relacionamento com funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, acionistas, poder público e com o meio ambiente (INSTITUTO ETHOS, 2007). Maiores informações acessar o site oficial do Instituto Ethos: <http://www.ethos.org.br>.

Ressalta-se que um dos conceitos mais encontrados durante a revisão bibliográfica para esta dissertação foi o desenvolvido pelo Instituto Ethos assim expresso:

Responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais. (INSTITUTO ETHOS, 2007).

De uma maneira geral, o que se observa é realmente uma mudança de paradigma quanto a função social das empresas. Antes, responsabilizadas apenas pela produção de mercadorias e serviços, e realização de lucro para seus acionistas, sem preocupações reais com o cenário social, na nova conjuntura tornam-se elementos-chave para corrigir e implantar mudanças na sociedade e ajudar na correção de distorções que o Estado não consegue dar conta.

Mas este movimento não está livre de críticas e posições adversas. Um dos expoentes neste sentido é Milton Friedman (1977 apud ASHLEY, 2002, p. 21), quando defende que a empresa socialmente responsável é aquela que unicamente atende os interesses dos seus acionistas, maximizando os lucros. Segundo Ashley (2002, p. 21),

Friedman (1977) argumenta que a direção corporativa, como agente dos acionistas, não tem o direito de fazer nada que não atenda ao objetivo de maximização dos lucros, mantidos os limites da lei. O ponto central do argumento da função institucional está em que outras, como governo, igrejas, sindicatos e organizações sem fins lucrativos, existem para atuar sobre as funções necessárias ao cumprimento da responsabilidade social corporativa. Gerentes de grandes corporações não têm competência técnica, tempo ou mandato para tais atividades, que constituem uma tarifa sobre o lucro dos acionistas. (ASHLEY, 2002, p. 21).

Ainda no campo das críticas, Souza (2007), cita Freeman e Liedtka (1991), quando afirmam serem os pressupostos da responsabilidade social

¹⁸O GIFE é a primeira associação da América do Sul a reunir organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. Sua atuação está direcionada para a busca de soluções para superação das desigualdades sociais brasileiras, tendo como objetivo estratégico influenciar as políticas públicas por meio de parcerias e do compartilhamento de idéias, ações e aprendizados com o Estado e outras organizações da sociedade civil (GIFE, 2007). Maiores informações acessar o site oficial do GIFE: <http://www.gife.org.br/>.

corporativa, eminentemente conservadores, na medida em que no lugar de uma teoria capaz de se contrapor a corrente liderada por Friedman, surgiram modelos sofisticados de responsabilidade corporativa que partem dos termos básicos do debate, ou seja, se a empresa pode ou não (se deveria ou não) lidar com questões sociais além das econômicas. Além disso, afirma que os fundamentos da responsabilidade social corporativa pressupõem uma separação inexistente entre negócios e sociedade, pois valorizam certa ética nos negócios independente ou à parte da ética da sociedade.

Soares (2004), por sua vez, realiza um estudo crítico sobre o discurso que permeia o conceito de responsabilidade social corporativa. Para esta autora, são três discursos acoplados: o explicitado, aquele que a empresa deseja tornar de conhecimento público, principalmente para consumidores e clientes, relacionado à aceitação da responsabilidade social corporativa; o pronunciado reservadamente (aquele que a empresa evita tornar de conhecimento público), relacionado a motivações subjacentes tais como a boa imagem corporativa, a competitividade no mercado; e finalmente o discurso não-dito, aquele que representa o desejo das empresas de acumulação e reprodução do capital de forma legitimada.

Diante do exposto depreende-se que o conceito de responsabilidade social encontra-se em fase de construção, demandando ainda muitos estudos e pesquisas para que comprovadamente possa se apresentar como vetor contributivo de transformações sociais ou socioambientais. Considera-se um dos desafios mais complexos e urgentes que se apresenta neste campo, a definição de parâmetros de avaliação de impactos e resultados das práticas implementadas, que inclua os aspectos qualitativos, relacionados às subjetividades que a dimensão social em si carrega. Sem querer desmerecer a importância e o valor dos indicadores quantitativos praticados, tais como o balanço social¹⁹, entende-se que a efetividade destas práticas está intrinsecamente relacionada a aspectos filosóficos, morais, éticos, motivacionais, bem como a clareza de objetivos e papéis.

¹⁹ O Balanço Social é um demonstrativo publicado anualmente pelas empresas, apresentando um conjunto de informações consolidadas sobre as ações na área de responsabilidade social. Suas principais funções são tornar pública estas ações e servir de instrumento de avaliação.

Sob este prisma, Silva Filho (2007), fornece alguns elementos que podem contribuir para esta reflexão.

[...] Quando se fala em Responsabilidade Social de uma organização, é preciso distinguir a responsabilidade interna – que a própria organização sente em relação a seus integrantes e aos membros da comunidade em que se insere – daquela que lhe é exigida e pela qual deve prestar contas frente às autoridades. [...] O cumprimento, por parte de uma organização, das normas obrigatórias relacionadas com a responsabilidade social exigível é uma conduta moral que remete à lei e à estrutura social na qual se desenvolve. Mas o cumprimento da lei é uma obrigação, não uma escolha. [...] Organizações que cumprem com as normas vigentes são socialmente responsáveis por imposição, o que não nega que também o possam ser por opção, se vão além do que a lei exige. A vontade de uma organização de ir além do estritamente exigível configura uma conduta ética, uma vez que ela não é produto de uma coação externa, que se sobrepõe à livre escolha do sujeito. (SILVA FILHO, 2007, p. 49).

Citando Le Moüel (1992), Silva Filho (2007) prossegue na sua linha de raciocínio, caracterizando dois tipos de organização frente às responsabilidades sociais: a organização sujeito, como aquela capaz de exercer plenamente suas escolhas frente às questões pelas quais se sente responsável e as que lhe são exigíveis, e as organização objeto, aquela que meramente cumpre, de forma reativa, com os requerimentos externos que lhe são impostos.

Sob a ótica da nova questão social, as organizações sujeito se propõem a satisfazer simultaneamente as racionalidades econômicas e sociais, promovendo, ao mesmo tempo, o desenvolvimento individual e o bem comum. E isto só é possível na presença de uma firme vontade política da gestão da organização. [...] Portanto, uma organização é socialmente responsável quando institui um conjunto de práticas obrigatórias e voluntárias orientadas para a promoção e satisfação das necessidades sociais de seus integrantes e as dos membros de sua comunidade. (LE MOÜEL, 1992 apud SILVA FILHO, 2007, p. 53).

Tomando como referência tais pressupostos, pretende-se utilizá-los neste trabalho como um dos parâmetros de relação entre os resultados alcançados e os princípios para implementação das práticas de responsabilidade social corporativa desenvolvidas pela Construtora Reta Atlântico. Esta seção na sua íntegra foi dedicada a apresentação desta empresa, seus princípios e ações, com ênfase especial nos aspectos concernentes a responsabilidade social corporativa por ela desenvolvida, visando construir uma fundamentação teórica e empírica que subsidie em

última instância a avaliação da efetividade e eficácia de suas práticas no campo da territorialização dos benefícios do desenvolvimento turístico nas comunidades do entorno do empreendimento.

Apesar da identificação de outras experiências no âmbito da responsabilidade social de empreendimentos turísticos na Costa dos Coqueiros, a escolha desta experiência deveu-se principalmente a constatação de uma visão multidimensional que compõe as suas práticas e a ausência de estudos relacionadas as mesmas. Ressalta-se que apesar destas ações terem um cunho socioambiental a análise aqui efetuada será exclusivamente das ações sociais desenvolvidas.

4.1 A DIMENSÃO EMPRESARIAL: O GRUPO RETA ATLÂNTICO E O CONDOMÍNIO RESERVA IMBASSAÍ

O Grupo Reta Atlântico foi constituído em 1999, e é formado pelas empresas portuguesas Rufinos & Filhos S.A., Tecniger S.G.P.S., Edipril S.A. e Instalotécnica Lda, todas do setor da construção civil. Segundo informações o Instituto Imbassaí (2007), estas empresas atuaram em conjunto ao longo das duas últimas décadas o que proporcionou esta associação e a conjugação formal de seus interesses e objetivos comuns.

Expressando o objetivo da sua existência e finalidade a Construtora Reta Atlântico apresenta os seguintes princípios como missão:

- Honrar no seu desempenho, um passado de realizações pelas empresas fundadoras, assente em valores éticos e de rigor, que deverão sugerir aos que depois de nós vierem, as mesmas razões de orgulho pelo trabalho realizado pelos seus antecessores;
- atuar sempre em conformidade com as normas legais e morais prevalentes nos meios em que atua, proporcionando a satisfação dos seus clientes, fornecendo-lhes produtos de qualidade a preços adequados e assegurando excelentes padrões de serviço;
- contribuir permanentemente, para a satisfação, realização e desenvolvimento pessoais e profissionais daqueles que conosco colaboram;
- a prossecução das diversas atividades do grupo, no mais estrito sentido de respeito pelo desenvolvimento econômico, social, cultural e ambiental do país;
- A satisfação dos acionistas, garantindo a rentabilidade dos capitais investidos e a valorização continuada das empresas que constituem o grupo. (GRUPO RETA ATLÂNTICO, 2007).

As áreas de atuação do grupo estão focadas na implantação de projetos nos setores imobiliários de lazer e turismo, desenvolvendo também, de forma complementar, ou através das suas associadas às seguintes atividades:

- Promoção e execução de loteamentos, com a execução de infra-estruturas (redes de saneamento, águas, eletricidade, telecomunicações e vias);
- Promoção e construção de habitação nos vários segmentos de mercado;
- Promoção de empreendimentos turísticos;
- Mediação Imobiliária;
- Projetos de Arquitetura e Engenharia;
- Empreitadas de eletricidade, telecomunicações, águas e saneamento. (GRUPO RETA ATLÂNTICO, 2007).

Os empreendimentos do grupo situam-se na zona da Grande Lisboa, no Algarve, e no município de Mata de São João na Bahia, o primeiro projeto internacional do grupo denominado Reserva Imbassaí.

Segundo o Vice Presidente do Grupo Reta Atlântico a escolha da Costa dos Coqueiros para implantação do “primeiro grande projeto internacional” do grupo foi baseada em estudos sobre vantagens comparativas em relação a outros estados do nordeste do Brasil.

“Na época o que o estado da Bahia oferecia era muito mais atrativo. A questão da infra-estrutura (rodoviária, aeroportuária, etc.), condições naturais, o Estado já tinha uma política de desenvolvimento do turismo, havia uma identificação do turismo como uma atividade do futuro. O trabalho de base estava feito. Juntou-se a isso o fato de Salvador ser uma cidade com uma história. [...] Era conveniente em relação à análise comparativa com outras áreas. Tinha também as vantagens competitivas. Assim, identificamos a área e compramos”. (informação verbal)²⁰.

Localizado na zona litorânea do município de Mata de São João, nas proximidades das localidades de Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu, o Condomínio Reserva Imbassaí dispõe de uma área de 132 hectares onde está sendo construído por etapas um complexo integrado envolvendo seis condomínios (casas e apartamentos) e três hotéis (cerca de 1.200

²⁰ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em fevereiro de 2008, com o vice-presidente do Grupo Reta Atlântico, Pedro Dias.

apartamentos) além de clube de esporte e lazer, com quadras de tênis, vôlei, campos de futebol, clube infantil, centro náutico, área comercial, espaço para eventos culturais, restaurantes, trilha ecológica e centro eqüestre. A previsão é que o empreendimento seja construído em três fases, em um período de oito anos, iniciado em janeiro de 2005.

Como produto da primeira etapa já foram entregues ao público 193 unidades habitacionais (casas e apartamentos) em 2007 (ver Figura 13), estando previsto até 2009 a conclusão do primeiro hotel (350 leitos). Calcula-se um investimento total de R\$320 a 350 milhões e a geração de cerca de 600 empregos diretos na fase de implantação e de 1.200 quando em operação com ocupação plena (INSTITUTO IMBASSAÍ, 2007).



Figura 13 – Condomínio Reserva Imbassá
Nota: Fotografia de Maria Helena Martins Brasileiro - 2007.

As ações de responsabilidade socioambiental relacionadas à implantação do empreendimento tiveram sua origem com o estabelecimento das condicionantes ambientais para as licenças de localização e implantação do empreendimento, através da Portaria CRA 4921, de 25/11/2004.

A legislação de meio ambiente estabelece que são passíveis de licenciamento ambiental, a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental. (BAHIA, 2008).

Na Bahia, este processo está vinculado ao Centro de Recursos Ambientais (CRA) ou aos municípios habilitados para realizarem o licenciamento ambiental. A partir da análise prévia dos projetos apresentados e, fundamentados na legislação, os empreendimentos ou atividades são

classificados, conforme sua natureza, porte, tecnologias utilizadas, estágio e outras características. Para concessão da licença são determinadas condicionantes, em defesa do meio ambiente, a serem cumpridas pela empresa ou atividade. As licenças de localização (LL) são concedidas na fase preliminar de planejamento da atividade mediante resolução. As licenças de implantação (LI) são conferidas na fase de conclusão do projeto básico.

Para Pedro Dias (informação verbal)²¹, as condicionantes estabelecidas foram uma das bases para a criação de um programa que inclui não só o que foi determinado nas respectivas licenças, mas também outras ações definidas a partir de consensos estabelecidos com a comunidade e “*coisas que nós achamos que devíamos fazer*”. Denominado Programa Ciranda, reúne em última análise as ações socioambientais relacionadas ao empreendimento.

“Começamos o processo com os projetos sociais para cumprir as condicionantes e para dar um sentido social ao projeto e migramos para uma função de fundar uma entidade sem fins lucrativos, então fundamos o Instituto Imbassaí. Evoluímos a idéia para o Instituto ser uma coisa diferente, que ficasse mesmo depois da saída da empresa da região. O instituto tem que ser autônomo. Um centro de forças.” (informação verbal).²²

Na atualidade o empreendimento Reserva Imbassaí vem enfrentando algumas dificuldades relacionadas a reforma de uma ponte que apesar de constar no projeto já licenciado, foi embargada, impedindo a construção do primeiro hotel, previsto para estar em funcionamento em 2007, causando desta forma sérios prejuízos ao grupo. Considerando que a indefinição criada em torno de uma licença já dada equivale ao descumprimento do contrato, este fato tem causado grandes repercussões junto a outros grupos investidores, com situações inclusive de desistências de alguns que já possuíam o terreno.

Com a maior parte das condicionantes já cumpridas desde 2006, tanto da Licença de localização quanto a Licença de Implantação, o Instituto Imbassaí prossegue com as ações socioambientais iniciadas com a implantação do empreendimento, com ênfase especial nas ações de inclusão

²¹ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em fevereiro de 2008.

²² Informações obtidas durante entrevista direta realizada em fevereiro de 2008, com o vice-presidente do Grupo Reta Atlântico, Pedro Dias.

social. Os Quadros apresentados nos APÊNDICES A e B, mostram estas condicionantes bem como o posicionamento quanto a seu cumprimento.

Mesmo com os problemas que a Construtora Reta Atlântico vem enfrentando relacionados aos impasses junto aos órgãos ambientais, verificou-se que existe um dinamismo quanto ao trabalho do Instituto Imbassaí. Questionado sobre a motivação para esta continuidade, o vice presidente do grupo Pedro Dias, assim justifica: *“É uma questão do nosso interior. [...] É uma questão de ideal. Em Portugal nunca tivemos esta preocupação. Aqui, encaramos como um desafio.”* (informação verbal).²³

Colocadas as linhas gerais que orientam a atuação do grupo na esfera da responsabilidade social corporativa, serão apresentados na seção seguinte como isto vem sendo concretizado ao longo do tempo.

4.2 O INSTITUTO IMBASSAÍ: UMA PROPOSTA DE COMPROMISSO SOCIOAMBIENTAL

No início de 2005, foram contempladas nas licenças de localização e implantação do Condomínio Reserva Imbassaí, condicionantes socioambientais definidas a partir de diretrizes determinadas pelo Centro de Recursos Ambientais (CRA) e negociações com a Prefeitura Municipal de Mata de São João. Com o CRA, a maior parte destas condicionantes teve características ambientais, tais como a submissão prévia de sistemas de iluminação, de saneamento etc. Em termos sociais, estas condicionantes obedeceram a diretrizes mais gerais como o fomento ao desenvolvimento local, o foco na agricultura familiar, na capacitação para ocupação dos postos de trabalho, na geração de renda, tendo como limites geográficos as localidades de Barro Branco, Imbassaí e Sucuiu. Quanto às negociações com a Prefeitura de Mata de São João, ficou definida como contrapartida da empresa a construção do almoxarifado central do município.

Decididas as bases de atuação estas foram materializadas no Programa Ciranda e seus projetos executivos, elaborados a partir de intensa negociação

²³ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em fevereiro de 2008, com o vice-presidente do Grupo Reta Atlântico, Pedro Dias.

com lideranças e organizações locais. Segundo o Diretor Superintendente do Instituto Imbassaí, Francisco Oliveira, foram diversas reuniões durante vários meses, até que o programa pudesse refletir na sua essência o consenso entre o caráter multidimensional que caracteriza as expectativas, necessidades e interesses da população local com as linhas de ação definidas como prioritárias pelo Grupo Reta Atlântico e seus parceiros (informação verbal)²⁴. Além disso, foi realizado em 2005 um censo demográfico com o intuito de propiciar um conhecimento mais aprofundado da realidade e de delimitar um marco zero para as futuras avaliações de resultado e impacto das ações empreendidas.



Figura 14 - Fundamentos do Programa Ciranda
Fonte: Instituto Imbassaí (2007).

Inicialmente foi acordado que os projetos que compunham este programa seriam executados pelas instituições comunitárias locais e coordenados e apoiados pela Construtora Reta Atlântico. Entretanto, na medida em que os projetos foram ganhando corpo, a fragilidade verificada na prática quanto à capacidade de gestão, a falta de regulamentação jurídica, a baixa coesão comunitária, os conflitos de lideranças, mostrou-se como um entrave a implantação dos projetos, o que dificilmente seria equacionado em curto prazo, levando a se pensar em outras estratégias para execução das ações.

²⁴ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em janeiro de 2008, com Francisco Oliveira, atualmente Diretor Superintendente do Instituto Imbassaí e responsável pela implantação das ações desde o início.

Como resposta a esta problemática, no início de 2006, nasceu o Instituto Imbassaí, voltado não só a promover a implantação e/ou continuidade dos projetos do Programa Ciranda, como também de contribuir para o fortalecimento das organizações comunitárias locais.

Juridicamente o Instituto configurou-se como uma organização não governamental, sem fins lucrativos, constando no seu estatuto três grupos de empresas fundadoras, responsáveis pela sua manutenção: o Grupo Reta Atlântico e suas empresas, o grupo Fiesta Hotéis e a Associação dos Condomínios da Reserva Imbassaí. Segundo afirma Francisco Oliveira, até 2007, o Grupo Reta Atlântico assumiu exclusivamente a manutenção do Instituto, desembolsando até este ano uma quantia superior a um milhão de reais relativa às ações empreendidas, que na sua grande maioria foram realizadas no entorno do empreendimento, especificamente nas localidades de Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu (informação verbal)²⁵. Sob a gestão do Instituto Imbassaí, o Programa Ciranda, enquanto estratégia de concretização das idéias e visões surgidas durante a fase inicial continuou sendo a referência principal na execução do previsto, e na implantação das novas ações.

O Programa Ciranda contextualiza, numa visão sistêmica e integrada da região, a identificação de necessidades das comunidades e a articulação de ações com os mais diversos parceiros, quer públicos quer privados, visando à inclusão social das pessoas residentes em Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu, inserindo-as nas cadeias produtivas relacionadas direta ou indiretamente com o turismo. (INSTITUTO IMBASSAÍ, 2007, p. 23).

A abordagem das cadeias produtivas juntamente com o foco na “melhoria da infra-estrutura social” foram eleitas como estratégias de ação, fundamentadas na idéia do estabelecimento de relações econômicas entre comunidades locais e empresas, o investimento em benfeitorias sociais e respeito incondicional as questões ambientais, inclusive apoiando e praticando ações voltadas à conscientização dos diversos atores a respeito da importância da preservação e do equilíbrio ecológico. Neste sentido foram determinadas as seguintes dimensões de atuação: geração de renda, educação, capacitação, saúde, meio ambiente, cultura e infra-estrutura. Sempre com o foco na inclusão social, em algumas destas dimensões as intervenções são diretas e prioritárias;

²⁵ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em janeiro de 2008.

em outras o Instituto, age de forma periférica, apoiando outras organizações ou o poder público. Na Figura 15 é possível visualizar as dimensões consideradas prioritárias para o Instituto Imbassaí.



Figura 15 - Dimensões prioritárias na atuação do Instituto Imbassaí

Fonte: Instituto Imbassaí (2007).

No seu relato Francisco Oliveira afirma que:

“Definimos as nossas competências e elegemos algumas dimensões para atuação direta [...] A obrigação do poder público é agir nas questões de infra-estrutura sociais. [...] Achamos que temos que fortalecer a sociedade para que ela controle e cobre respostas positivas a seus problemas nesta área. A educação, por exemplo, é prioridade em tudo, mas não é nossa competência. [...] Abrimos uma exceção em relação ao analfabetismo porque iria ter um impacto muito grande nos nossos objetivos. Fora isso, agimos de forma periférica. O poder público às vezes engole um elefante e engasga com uma formiga. Quando podemos, ajudamos a engolir a formiga”. (informação verbal)²⁶.

As três dimensões consideradas prioritárias para direção do Instituto Imbassaí refletem o consenso criado na implantação do Programa Ciranda, onde os dados e informações colhidos junto à população e os princípios e diretrizes estabelecidos pela Reta Atlântico e seus parceiros, encontraram-se em um ponto de confluência delimitado pela convergência de ações nas

²⁶ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em janeiro de 2008.

dimensões da cultura, da capacitação e da geração de renda, visando em última instância a inclusão social, a valorização e preservação do destino turístico e conseqüentemente a agregação de valor ao empreendimento. Ainda no âmbito destas dimensões verifica-se uma atenção especial quanto à geração de renda, considerada a “competência maior do Instituto”.

“Temos uma vocação grande para ações de geração de renda. [...] Na grade de consumo do turismo não é a geração de emprego direto o grande negócio. Agimos também na capacitação para isso, mas entendemos que os links que são feitos são o grande potencial. [...] Não é dentro do resort que está o maior negócio. É limitado. Além disso, a informatização está levando a diminuição destes postos. [...] Na nossa região a agricultura é um grande foco, juntamente com a pesca, a apicultura, dentre outras. A tendência, muito mais que o emprego direto, é de crescimento da demanda com o aumento do fluxo turístico.” (informação verbal).²⁷

O discurso apresentado revela uma sintonia com as questões desta dimensão que envolvem o desenvolvimento de regiões turísticas de uma maneira geral, bem como com os problemas e potencialidades da Zona turística Costa dos Coqueiros, já demonstrados na seção anterior. Com efeito, o reconhecimento dos limites de absorção de mão-de-obra pelos empreendimentos (até mesmo pela incompatibilidade com o perfil do trabalhador local), a necessidade de relacionar a territorialização dos benefícios do desenvolvimento turístico com a qualificação de estruturas internas, diversificação das atividades econômicas e observância das potencialidades culturalmente estabelecidas, podem ser lidas nas entrelinhas da visão apresentada. Sob outro ângulo, o reconhecimento da complexidade que envolve as intervenções neste sentido, sugere um conhecimento de realidade, fundamental para a efetividade das ações, fato que pode ser observado na seguinte afirmação de Francisco Oliveira:

“[...] Queremos agir nas potencialidades para ofertar serviços e produtos. Isto é uma lacuna que o poder público dificilmente age. [...] Mas temos um problema; não temos empreendedores que tenham uma visão empresarial, de

²⁷ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em janeiro de 2008, com Francisco Oliveira, atual Diretor Superintendente do Instituto Imbassaí.

gestão, que possam assumir. Temos que começar preparando estas pessoas a partir das nossas estruturas. [...] isto não acontece de uma hora para outra. As pressões são grandes por resultados (comunidades, poder público, academia, financiadores), mas é preciso tempo de amadurecimento, mas também é preciso começar.” (informação verbal).²⁸

No que diz respeito às outras duas dimensões – capacitação e cultura - o Instituto Imbassaí vem realizando ações correlacionadas principalmente a demandas específicas da comunidade ou dos empreendimentos. Cursos diversos, apoio a grupos ligados a manifestações culturais, estudos relacionados à sistematização e viabilidade econômica de algumas atividades como o artesanato são as principais ações nesta esfera. Nas questões referentes à importância da valorização cultural Francisco Oliveira justifica:

“Os empreendimentos que estão chegando na região são internacionais; grandes resorts no mundo todo. Mas o que vai motivar o cliente deles a vir para cá e querer voltar? É a cultura; a cultura é o diferencial; o resto é igual; o apartamento bonito, a piscina bonita todos tem. A valorização da cultura é, pois fundamental. [...] O resgate da história, das manifestações culturais devem ser sistematizadas e ofertadas à opinião pública para que não seja esquecida. [...] Um caminho para fortalecer a cultura também é o empreendimento cultural”. (informação verbal)

A análise dos trabalhos já realizados pelo Instituto Imbassaí até 2007, revela o caráter multidimensional que sustenta seus princípios de atuação. Eles refletem ações estruturantes e pontuais, de promoção e proteção social, em diversas áreas como geração de trabalho e renda, educação ambiental, capacitação de mão- de- obra, fortalecimento cultural, dando uma marca própria à dinâmica de atuação da organização. As Figuras 16 a 20 em seguida mostram algumas destas ações.

²⁸ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em janeiro de 2008.



Figura 16 - Ações do Instituto Imbassáí
 Fonte: Instituto Imbassáí (2007).



Figura 17 - Ações do Instituto Imbassáí
 Fonte: Instituto Imbassáí (2007).



Figura 18 - Ações do Instituto Imbassáí
 Fonte: Instituto Imbassáí (2007).



Figura 19 - Ações do Instituto Imbassáí
 Fonte: Instituto Imbassáí (2007).



Figura 20 - Ações do Instituto Imbassaí

Fonte: Instituto Imbassaí (2007).

Como uma particularidade marcante desta atuação, encontra-se uma grande preocupação no sentido de que estas ações possuam legitimização e adequação aos reais interesses e necessidades dos atores sociais envolvidos. Por conseguinte, as avaliações em todas as suas formas, bem como a participação efetiva, assumem posições relevantes na implantação de todas as atividades.

Um dos aspectos concretos que confirmam este discurso é a flexibilidade relacionada à adequação dos projetos e atividades às necessidades e interesses dos atores envolvidos. Assim o foi, por exemplo, quando ao buscar contratar a mão-de-obra local para a construção do Condomínio Reserva Imbassaí, foi constatada a falta de documentação e capacitação dos trabalhadores, fato que levou ao redirecionamento das ações previstas inicialmente, visando a solução destes problemas. Da mesma forma, ao se deparar com o alto índice de analfabetismo apontado pelo censo de 2005 nas localidades alvo das intervenções, o Instituto redirecionou suas ações buscando o atendimento desta demanda (ver quadro do APÊNDICE B, item 17). De uma maneira geral, este posicionamento parece ser uma constante em todos os projetos e atividades desenvolvidas pelo Instituto Imbassaí. Resguardadas as diretrizes gerais, existe um foco nos resultados e, por conseguinte na solução dos problemas para melhor alcançá-los. Este por sinal é um aspecto considerado pela direção da organização como o maior diferencial que o Instituto possui, de acordo com Francisco Oliveira (informação

verbal)²⁹ *“o principal diferencial do instituto é o resultado; o resultado é o que nos motiva; nós temos resultados para serem mostrados. O segundo diferencial é que sabemos onde estamos e o que queremos fazer. [...] Nós queremos transitar entre os empreendedores e comunidades e ser reconhecido pelos dois. Agregar valor para o empreendimento e para comunidade. [...] Se estamos no meio do caminho entre os empreendedores e a comunidade é neste caminho que queremos transitar. Para isso criamos uma estrutura enxuta³⁰, trabalhamos com coisas práticas, numa visão de resultado de médio e longo alcance, mas com implementação de curto prazo. Buscamos o respeito das comunidades e dos empreendedores. [...] Quanto mais defendemos os interesses da comunidade, mais somos reconhecidos e valorizados; da mesma forma com empreendedores quando mostramos bons resultados. Se o instituto não responder a isto ninguém vai querer que continue, nem de um lado nem de outro.”*

A clareza quanto ao papel da organização somado ao foco nos resultados parece ser também fator de influência na forma de operacionalização das ações do Instituto fundada em parcerias, a partir das competências de cada um (ver quadro do APÊNDICE B). Como parceiros constantes encontram-se a Reta Atlântico (na quase totalidade das ações empreendidas) e o *International Trade Centre (ITC)*, sendo as duas instituições, aquelas que até então disponibilizaram recursos financeiros. Sobre a relação estabelecida entre o Instituto Imbassaí e a Construtora Reta Atlântico, Francisco Oliveira assim a define: *“A ligação é muito forte; é umbilical. [...] Existe uma participação direta. O presidente e vice-presidente da Reta Atlântico são respectivamente presidente e vice-presidente do Instituto Imbassaí. Isto facilita muitas coisas, pois temos uma ligação direta com o centro das decisões. Por outro lado, existe uma ampla liberdade para o fazer. Depois da visão do todo – o que vai ser feito e quanto vai custar - temos total autonomia. A Reta Atlântico quer ver resultados. (informação verbal)³¹*

²⁹ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em janeiro de 2008.

³⁰ A estrutura operacional fixa do Instituto Imbassaí é composta por três pessoas: O diretor, um auxiliar administrativo e um auxiliar de serviços gerais responsável pela manutenção do Centro de Capacitação. Na medida em que os projetos são implantados, outros profissionais (consultores, instrutores, etc.) são recrutados para a ação específica.

³¹ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em janeiro de 2008.

As questões que dizem respeito à operacionalização do Instituto Imbassaí são colocadas por seu diretor superintendente como previsíveis e sem dificuldades de grande porte. Entende-se que a clareza de princípios, objetivos e papéis e o fato de ter havido previamente negociações claras e definidas quanto às estratégias de ação, podem ser considerados aspectos contributivos para instalação desta ambiência. Por outro lado, o fato de que as relações estabelecidas são naturalmente originadas a partir de conflitos de interesses, não permite que se pense em uma harmonia ideal, colocando a todo o momento situações desafiadoras para continuidade do trabalho. Questionado sobre as dificuldades enfrentadas para manutenção e continuidade do trabalho Francisco Oliveira responde: “*O trabalho com comunidades é que é um trabalho desafiador. Não temos problemas com os financiadores, não tivemos dificuldades com as estruturas. O grande desafio é lidar com os múltiplos interesses, as diversas formas de liderança. Você tem que saber escutar o que as pessoas falam e tirar deduções em cima disto; ter uma estratégia que permita conduzir a instituição de uma forma que tenha credibilidade e reconhecimento da comunidade e dos empreendedores [...] Se nosso discurso não bate com nossa prática não vai pra frente o trabalho.*” (informação verbal).³²

Por outro lado, Oliveira também admite a complexidade que envolve iniciativas deste porte, justificando sua afirmação a partir das dificuldades enfrentadas no estabelecimento de vínculos além dos compromissos formais entre os diversos atores sociais envolvidos: “*Este tipo de trabalho exige algo mais. São vários fatores que precisam ser conjugados para que as coisas andem: empresários que queiram fazer, comunidades que lutem por isso, uma região com potencial, pessoas que queiram contribuir para que tudo isto se junte; não é frio nem matemático. [...] as instituições são invenções do homem, até certo ponto abstratas, mas materializadas pelas pessoas. As redes, as vinculações, o comprometimento, o conhecimento entre as pessoas é que fazem as coisas acontecerem*”. (informação verbal).

³² Informações obtidas durante entrevista direta com Francisco Oliveira, realizada em janeiro de 2008.

Com um cenário de projetos que apontam para ampliação, diversificação e implantação de atividades estruturantes, o Instituto Imbassaí inicia 2008 com uma expectativa de um ano de “muitas realizações”.

Dentre elas, estuda propostas de ampliação da sua área de atuação, que deverá abranger toda a Costa dos Coqueiros, constando também nestes planos a inclusão de novas empresas na sua estrutura organizacional.

Em termos de ações concretas para este ano, estão em fase de negociação, projetos voltados à qualificação profissional e geração de trabalho e renda envolvendo agricultura, a implantação de um hotel-escola (com possibilidades de estar agregado a uma Faculdade Comunitária) e o empreendedorismo cultural. Estes projetos deverão ser realizados com a intervenção de diversos parceiros principalmente o *International Trade Centre (ITC)*.

Também em fase de aprovação encontra-se o projeto de implantação de uma unidade produtiva de material de higiene e beleza (xampus, sabonetes, sais etc.) produzidos a partir de essências locais. Neste caso, a parceria é com o grupo Fiesta Hotéis que financiará o projeto devendo também adquirir parte da produção. Ainda voltado para este grupo será iniciado em 2008 uma série de capacitações para atender os hotéis que entrarão em operação em 2009.

Previsto também para 2008 encontra-se a realização de um censo demográfico nas localidades de Açu da Torre, Campinas e Malhadas a pedido do *resort* Iberostar visando servir de instrumento de orientação para as ações sociais deste empreendimento. Para a direção do Instituto Imbassaí isto é um reflexo bastante positivo dos resultados alcançados pelas ações do instituto que atendem a uma das metas da instituição: “[...] pretendemos induzir outras experiências a partir dos resultados que mostramos [...] se o movimento cresce os empreendedores serão compelidos a trabalhar com projetos sociais [...] é a competitividade empresarial gerando benefícios para comunidade.” (informação verbal).³³

³³ Informações obtidas durante entrevista direta com Francisco Oliveira realizada em janeiro de 2008.

Ficam assim caracterizados os princípios e práticas que sustentam a atuação do Instituto Imbassaí, identificados a partir da pesquisa documental realizada e do discurso dos seus dirigentes. Evidentemente, estes elementos não são suficientes para respaldar a avaliação a qual se propõe este trabalho no sentido de verificar a eficácia e efetividade do mesmo enquanto estratégia para a territorialização dos benefícios do desenvolvimento turístico.

De imediato, a análise do impacto destas ações nas comunidades do entorno do empreendimento pareceu ser o caminho que levaria a uma visão do todo, ou seja, uma forma de confrontar intencionalidades e os efeitos concretos daquilo que foi previsto e pretendido. Tal percepção coincidiu com a resolução do Instituto Imbassaí em realizar um censo demográfico, semelhante ao realizado em 2005, que possibilitasse uma análise comparativa entre a realidade de 2005 e 2007. A partir de acordos realizados com a direção do Instituto foram agregadas ao instrumento de pesquisa questões referentes aos interesses e objetivos deste estudo, bem como foi combinado a cessão da coordenação técnica da pesquisa a autora, fatos que permitiram considerar este censo como a pesquisa de campo desta dissertação, configurada a partir da análise comparativa das realidades nas localidades de Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu (entorno do empreendimento) considerando os anos de 2005 e 2007.

Fundamentado na constatação de que o conceito de responsabilidade social ainda apresenta-se difuso e amplo, conduzindo a uma diversidade de práticas, muitas vezes reducionistas e parciais, verificou-se a necessidade de ir além do estudo quantitativo, configurado pela análise dos dados obtidos, e buscar indicadores que pudessem qualificar as ações.

Sendo assim, o grau de clareza de princípios, objetivos e intencionalidades; o nível de absorção dos interesses, necessidades e expectativas da população local e do território; e o nível de efetividade das ações para promover a qualificação dos atores para usufruto dos benefícios e participação nos processos decisórios locais, foram considerados parâmetros qualitativos, com capacidade de contribuir para a definição da qualidade e abrangência das ações de responsabilidade social corporativa empreendidas pela Construtora Reta Atlântico.

Na próxima seção serão apresentados os resultados obtidos nesta pesquisa.

4.3 ANTES E DEPOIS: IMBASSAÍ, BARRO BRANCO E SUCUIÚ NA LINHA DO TEMPO

No âmbito geral, a pesquisa realizada nesta dissertação utilizou como instrumentos a coleta documental, entrevistas semi-estruturadas e a pesquisa direta. Os aspectos metodológicos gerais aplicados à pesquisa podem ser assim resumidos:

- 1) Na coleta documental, buscou-se elementos para realização de uma análise comparativa entre as realidades de 2005 e 2007 no recorte espacial estabelecido, bem como o conhecimento da história e das ações realizadas pelo Instituto Imbassaí.
- 2) As entrevistas foram direcionadas principalmente para o entendimento dos princípios, intencionalidades e motivações dos dirigentes da empresa na implantação das ações de responsabilidade social corporativa.
- 3) A pesquisa direta foi realizada entre outubro e novembro de 2007, onde foram visitados 561 domicílios e coletados dados e informações sobre 1.797 pessoas;
- 4) A metodologia aplicada na realização da pesquisa direta foi desenvolvida pelo Instituto Imbassaí, e está fundamentada nas orientações do Programa de Redução da Pobreza através da Exportação (EPRP) - elaborado pelo *International Trade Centre (ITC)*, agência de cooperação técnica da Organização das Nações Unidas (ONU);
- 5) O instrumento de pesquisa direta constou de ficha desenvolvida pelo ITC, e ampliada para atender a demandas e objetivos específicos da realidade local e objetivos deste estudo;
- 6) O recorte espacial contemplou as localidades de Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu, município de Mata de São João, Bahia. Estas

localidades integram o entorno do empreendimento construído pelo Grupo Reta Atlântico, bem como parte do raio de ação do Instituto Imbassaí. O recorte temporal foi definido a partir da data de implantação das ações até a atualidade compreendendo o período de 2005 a 2007;

- 7) Como parte da metodologia aplicada ressalta-se a participação direta de representantes de ONGs e lideranças locais como recenseadores, aspecto considerado contributivo para a legitimidade e confiabilidade das informações, e para fortalecimento destas instituições e lideranças a partir da apropriação dos conhecimentos gerados;
- 8) As seguintes etapas foram cumpridas na implementação da pesquisa: Mobilização de ONGs e lideranças locais; Seleção e capacitação dos recenseadores; Aplicação e monitoramento da pesquisa de campo; Tabulação dos dados; Elaboração de relatório final; Devolução dos resultados e avaliação.



Figura 21 - Etapas da Pesquisa de Campo

Nota: Fotografia de Maria Helena Martins Brasileiro - 2007.

Em 2005, no início da implantação das ações socioambientais desenvolvidas pelo Grupo Reta Atlântico, em seu conjunto denominadas "Programa Ciranda", foram definidas como áreas prioritárias para as intervenções as localidades de Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu, principalmente por representarem o entorno mais imediato do empreendimento a ser instalado, na visão do Centro de Recursos Ambientais (CRA), emissor das Licenças de Localização e de Implantação.

O Censo Comunitário 2005 foi uma das primeiras atividades realizadas, com objetivo de contribuir para legitimidade e adequação das ações a partir de um conhecimento mais profundo da realidade, de suprir a deficiência de dados confiáveis e particularizados sobre as localidades e de determinar um instrumento de avaliação.

Neste sentido, o instrumento de pesquisa de campo foi desenvolvido tendo como premissa a delimitação de um marco zero, o conhecimento da realidade e da percepção da população a cerca das carências consideradas como entraves a uma melhor qualidade de vida.

Para o Censo Comunitário de 2007, esta investigação foi ampliada com a inclusão de algumas questões relacionadas as demandas da realidade local e aos objetivos deste trabalho. Os resultados que serão aqui apresentados correspondem a um recorte dos aspectos investigados neste censo que dizem respeito diretamente a estes objetivos, somado a pesquisas documentais, visando à estruturação da investigação em duas dimensões. Na primeira, efetuou-se a análise comparativa entre os dois censos (2005 e 2007), com os indicadores organizados a partir das seguintes áreas: Características gerais da população; escolaridade; emprego, trabalho e renda. Na segunda parte, foram colocados os indicadores relativos às percepções da população quanto aos impactos das ações do Instituto Imbassaí e do desenvolvimento turístico. Os resultados estão apresentados a seguir.

4.4 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA POPULAÇÃO

Conhecer o tamanho da população, sua origem e distribuição etária, nas localidades que compuseram o universo desta pesquisa, foi o ponto de partida para compreensão da realidade em questão.

As Tabelas e Figuras a seguir apresentam os dados estruturantes deste quadro.

Tabela 11 - Número de habitantes/número de domicílios /média de habitantes por domicílio

Localidade	2005			2007				
	Habitante	Domicílio	Média hab./dom	Habitantes	Domicílio	Média hab./dom	Crescimento populacional %	Crescimento domicílios %
Barro								
Branco	654	160	4,1	702	182	3,9	7,3	13,8
Imbassaí	929	288	3,2	982	337	2,9	5,7	17,0
Sucuiu	67	26	2,6	113	42	2,7	68,7	61,5
Total	1650	474	3,5	1.797	561	3,2	8,9	18,4

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2005 e 2007.

Na Tabela 11 verifica-se que houve um aumento da população nas três localidades entre 2005 e 2007, ressaltando a localidade de Sucuiu com um crescimento populacional de 68,7%, percentual bem superior aos das outras duas. No entanto, no contexto geral, tal incremento (de apenas 46 pessoas) não pode ser considerado de grande representatividade.

Chama a atenção também o fato de que houve neste período um crescimento de domicílios maior que o da população em Barro Branco e Imbassaí, dado constatado pela diminuição da média de habitantes por domicílio. Este pode ser considerado um indicador da fixação das pessoas nestas localidades, desde que é reconhecido o movimento de aluguel de cômodos para migrantes nestas comunidades.

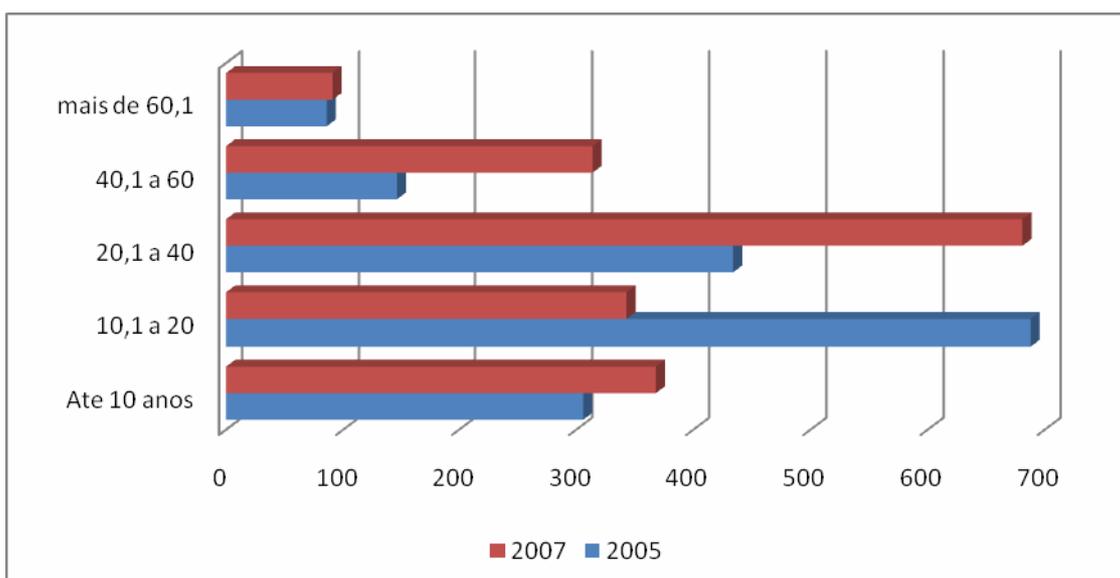


Figura 22 - Distribuição da população por faixa etária

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2005 e 2007.

A comparação entre 2005 e 2007 referente à distribuição da população por faixa etária apresentada na Figura 22 revela que se em 2005 a maioria da população se encontrava na faixa de 10 a 20 anos (41,4%); em 2007, esta concentração está no intervalo de 20 a 40 anos (37,9%). Este dado pode ser tomado como um dos parâmetros para o planejamento das ações a serem empreendidas, visando o atendimento das necessidades e expectativas da população.

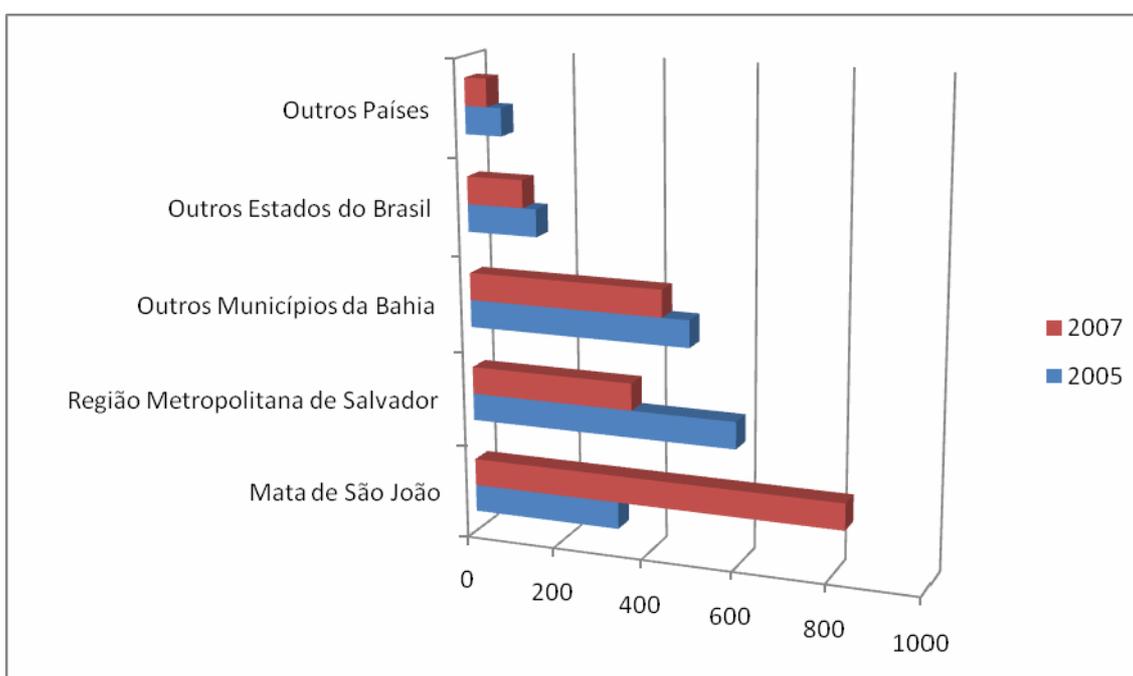


Figura 23 - Origem da população

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário 2005 e 2007.

Na Figura 23 nota-se que, em relação a 2005, houve um expressivo aumento de habitantes com suas origens no município de Mata de São João, do qual as três localidades fazem parte. Duas das possíveis explicações para este fato podem estar relacionadas ao retorno da população em busca de oportunidades surgidas com o desenvolvimento turístico, bem como com a política desenvolvida pelo Grupo Reta Atlântico de priorizar os habitantes do município na ocupação de vagas para construção do empreendimento Reserva Imbassaí. Em 2006, dos 450 empregados, 90% eram do município de Mata de São João.

4.4.1 Escolaridade

Considerando que existem correlações intrínsecas entre o adequado grau de instrução da população, o desenvolvimento, o exercício da cidadania, a promoção de igualdade de oportunidades e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida, nesta seção procurou-se conhecer a realidade desta dimensão a partir da análise da variação do nível de escolaridade no período estudado.

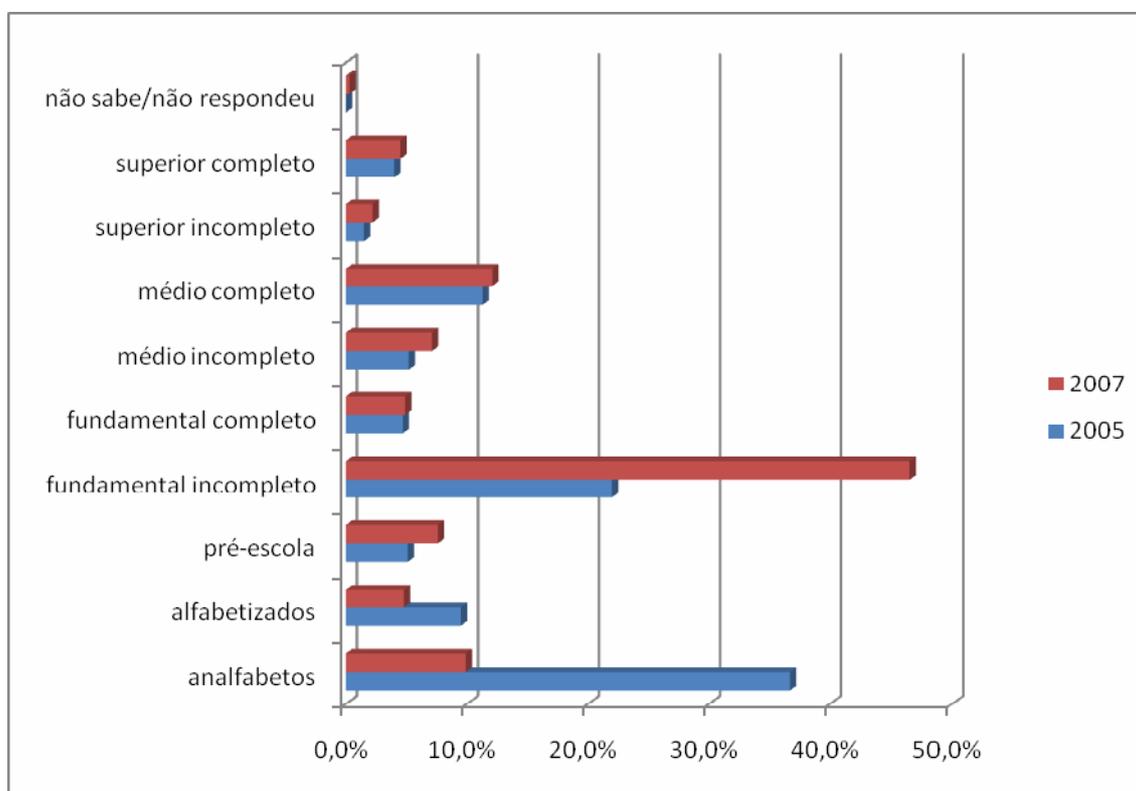


Figura 24 - Nível de escolaridade

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário 2005 e 2007.

O destaque na Figura 24, fica com o grande número de analfabetos identificado em 2005 (36,7%), ressaltando que no período a metodologia utilizada incluía neste percentual a população como um todo. Para 2007, destacou-se para este cálculo a população acima de 10 anos de idade o que levou a um percentual de 9,9% de analfabetos.

Mesmo considerando as distorções que a diferença de metodologias pode conduzir na análise comparativa, observa-se uma melhoria significativa neste quadro, principalmente na localidade de Barro Branco que passou de 68,7% de analfabetos em 2005 para aproximadamente 11% em 2007.

Algumas instituições, públicas e privadas, atuaram nesta dimensão durante este período, visando à diminuição da taxa de analfabetismo. Especificamente nas localidades de Barro Branco e Imbassaí, o Instituto Imbassaí realizou em parceria com as *Faculdades Jorge Amado* um projeto de alfabetização de jovens e adultos do qual participaram setenta e cinco pessoas. No canteiro da obra da Reserva Imbassaí também foi promovido curso de alfabetização pelo Instituto.

Outro dado relevante é o aumento do número de estudantes no nível fundamental, que passou de 22% em 2005 para 46,6% em 2007, sugerindo que está havendo a continuidade dos estudos que foram iniciados.

4.4.2 Emprego, trabalho e renda

A compreensão do emprego, trabalho e renda como uma das dimensões centrais ao se pensar em desenvolvimento com sustentabilidade, tem sintonia com a realidade de exclusão social e desigualdades que caracterizam realidades como a pesquisada. Por outro ângulo, são bastante conhecidos os efeitos da falta de trabalho e emprego, além da perda de renda. Danos psicológicos, aumento de doenças e morbidez, perda da auto-estima, conflitos nas relações sociais e familiares, são alguns destes efeitos que funcionam como retroalimentadores para a perpetuação da situação de pobreza, exclusão social e baixa qualidade de vida.

A constituição de uma ambiência produtiva, capaz de permitir rendimentos crescentes, ampliação das oportunidades de inserção econômica

e usufruto dos benefícios por parte da população local é seguramente um dos pilares para sustentabilidade do desenvolvimento.

Por conseguinte, conhecer o potencial e o perfil da população economicamente ativa é fundamental para o planejamento e criação de estratégias nesta direção.

Neste sentido, foram reunidos nesta seção dados que contribuíssem na formação deste perfil, a partir dos seguintes indicadores: acesso ao trabalho, setor de ocupação, nível de renda e outras fontes de renda, oferecendo em última análise uma visão geral da esfera do emprego, trabalho e renda nas localidades pesquisadas.

Tabela 12 - Acesso ao trabalho - 2005

Localidade	Pop. Total	Trabalhando	Procurando Trabalho	PEA	% da PEA sobre População da Comunidade	Percentual a procura de Emprego sobre a PEA (%)
Imbassai	929	456	107	563	60,6%	19,0%
Barro Branco	654	197	79	276	49,8%	28,6%
Sucuiu	67	35	10	45	67,2%	22,2%
Total	1550	688	196	884	57,0%	22,2%

Fonte: INSTITUTO IMBASSAI - Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2005.

Tabela 13 - Acesso ao trabalho - 2007

Localidade	Pop. Total	Trabalhando	Procurando Trabalho	PEA	% da PEA sobre População da Comunidade	Percentual a procura de Emprego sobre a PEA (%)
Imbassai	982	497	138	635	64,7%	21,7%
Barro Branco	702	280	98	378	53,8%	25,9%
Sucuiu	113	56	20	76	67,3%	26,3%
Total	1797	833	256	1089	60,6%	23,5%

Fonte: INSTITUTO IMBASSAI - Pesquisa Direta, Censo Comunitário –2007.

Verifica-se na Tabelas 12 e 13, que entre 2005 e 2007 houve um aumento de 23,2% da População Economicamente Ativa (PEA) e das duas variáveis que compõem este indicador, ou seja, cresceu tanto o número de pessoas trabalhando quanto o daquelas procurando emprego. Em relação a esta última observa-se que ainda representa um percentual expressivo da PEA (no total 23,5%), reforçando a necessidade de intervenções nesta área, em que pese à constatação de que o número de pessoas trabalhando cresceu 21,1%.

Infere-se que o aumento da PEA deve-se principalmente ao expressivo número de jovens que atingiram a idade adulta no período, adentrando ao mercado de trabalho.

Trata-se, pois, de um importante balizador para continuidade e fomento das ações que já vem sendo desenvolvidas pelo Instituto Imbassaí no sentido da capacitação profissional e da criação de alternativas para ampliação de oportunidades de trabalho e renda.

Neste período o Instituto Imbassaí promoveu cursos de capacitação profissional em diversas áreas onde foram oferecidas 984 vagas. O quadro geral das ações desenvolvidas poderá ser apreciado na Tabela 15 constante deste estudo.

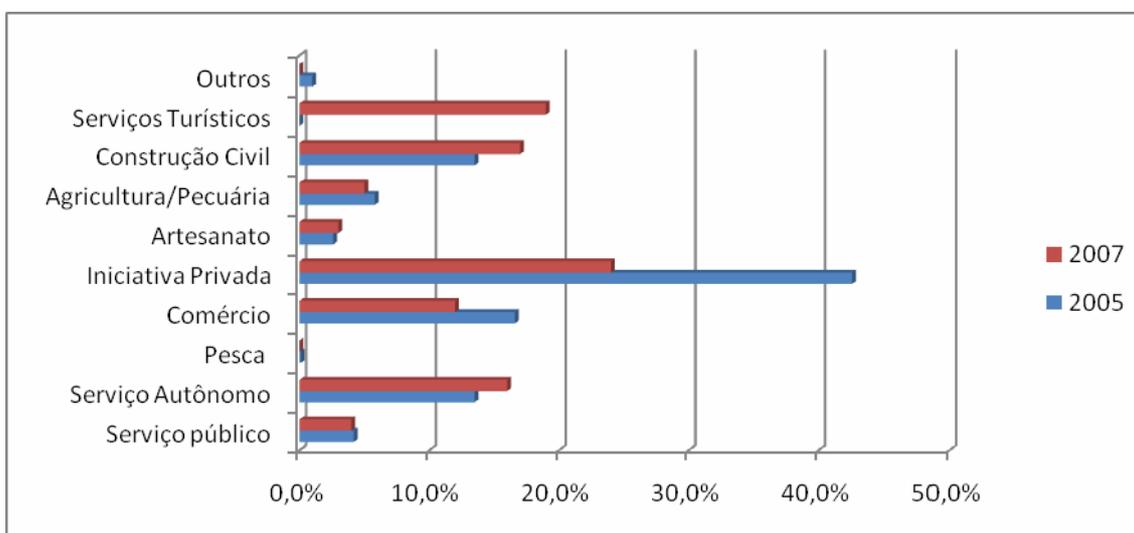


Figura 25 - Setor de ocupação

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2005 e 2007.

No que diz respeito ao setor de ocupação verifica-se um aumento no número de trabalhadores em quase todos os setores, com predomínio dos serviços realizados por conta própria, o que leva a inferência da necessidade de ações voltadas ao fortalecimento do empreendedorismo, associativismo e cooperativismo. Apesar de não ter sido pesquisado em 2005, o número dos trabalhadores relacionados a serviços ligados aos estabelecimentos turísticos (bares, restaurantes, pousadas e hotéis), julga-se importante ressaltar que em 2007 este número correspondeu a 18,9% destes trabalhadores.

No segmento de construção civil, houve incremento na absorção da mão-de-obra ociosa. Em 2005 eram 93 empregadas no setor; em 2007 tal número foi elevado para 139, com crescimento de 46 pessoas empregadas (variação de 49,5%).

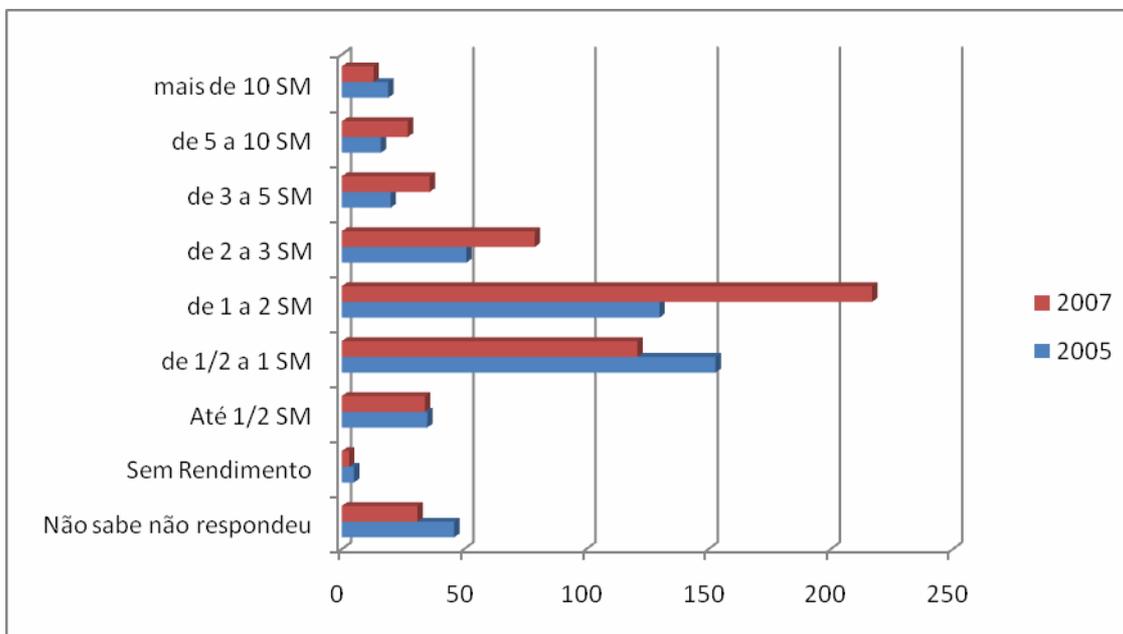


Figura 26 - Nível de Renda Familiar

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2005 e 2007.

Nota: SM - Salário mínimo de novembro 2007, equivalente a R\$380,00.

A Figura 26 apresenta como destaque o aumento do nível da renda para a maioria das famílias. Em 2005, 32,2% destas tinham a renda familiar entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo. Já em 2007, observa-se que 38,7% destas famílias possuem uma renda familiar entre 1 a 2 salários mínimos.

Com efeito, considerando o curto espaço de tempo (dois anos) esta melhoria das condições econômicas é bastante expressiva. Contudo, no contexto geral, ainda está abaixo do patamar que proporcione uma qualidade de vida razoável. Além disso, ainda é muito significativo o percentual de famílias que sobrevivem com uma renda entre $\frac{1}{2}$ e 1 salário mínimo (27,7%).

Não há dúvidas de que a continuidade destas melhorias está intimamente ligada à qualificação profissional, ampliação do nível de escolaridade, criação de alternativas de trabalho e renda o que reforça ainda mais o prosseguimento das ações que o Instituto Imbassaí vem realizando

neste sentido, voltadas à somação de esforços com instituições públicas e privadas para a melhoria ainda mais acentuada deste quadro.

O desafio que se descortina é a capacitação da população local para ocupar os postos de trabalho quando da operação dos empreendimentos ora em fase de construção, bem assim a efetiva participação na diversificada cadeia de fornecedores de produtos e serviços.

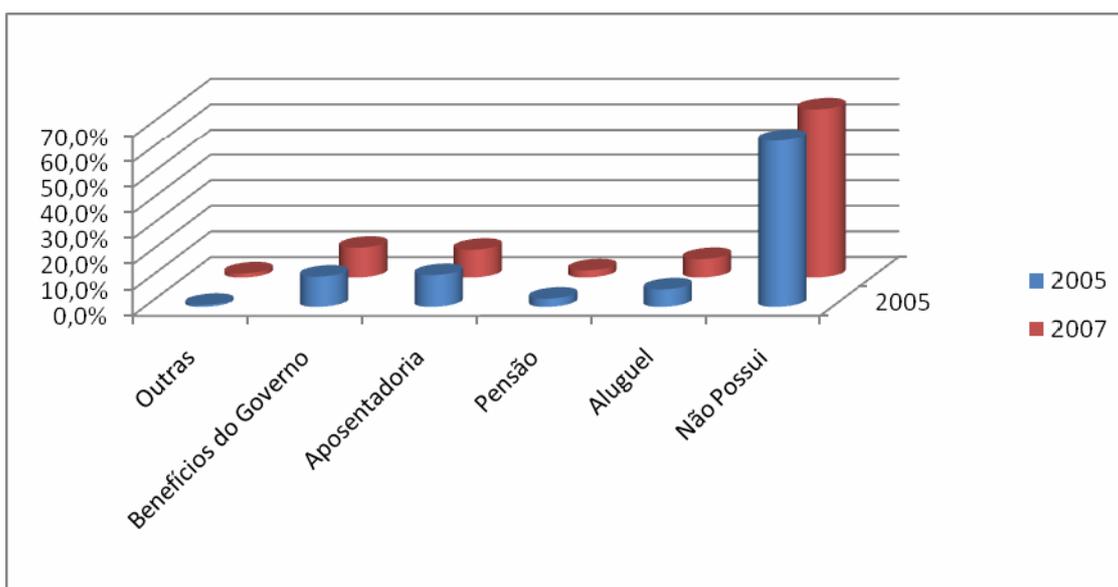


Figura 27 - Outras fontes de Renda Familiar

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2005 e 2007.

A Figura 27 demonstra que em relação a outras fontes de renda houve pouca variação no período analisado. A maioria das famílias em 2005 (65%) e em 2007(66,7%) não possui outras fontes de renda além da declarada.

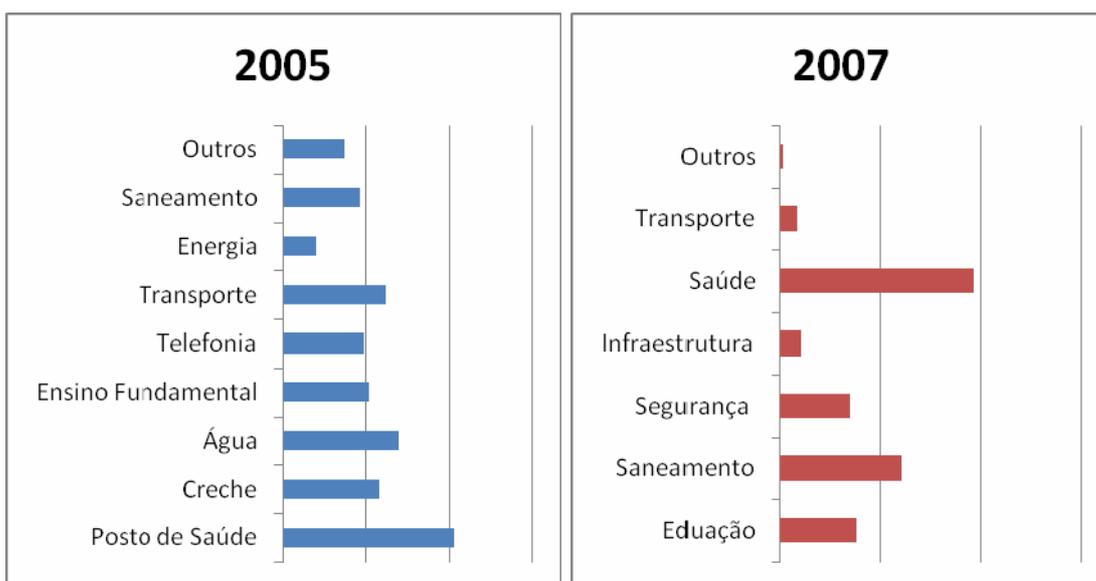


Figura 28 - Principais carências apontadas

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2005 e 2007

Nesta dimensão é válido ressaltar que houve uma mudança na metodologia aplicada, que em 2005 foi respondida como uma questão aberta, fato que gerou uma diversificação nas respostas não observadas no censo de 2007, onde a questão foi fechada. Mesmo assim, julgou-se possível fazer uma análise das variáveis contempladas nos dois censos sem comprometimento do resultado.

Assim, verifica-se que a saúde nas duas pesquisas foi apontada como a principal carência para a maioria da população (em 2005 20,6% e em 2007 38,7%). Em 2005, a “água tratada” ocupou o segundo lugar (14%). O saneamento, ao que tudo indica relacionado exclusivamente ao esgotamento sanitário, apesar de ser muito apontado em Sucuiu (26,7%) e Imbassai (14,2%), não foi identificado como carência em Barro Banco, gerando uma baixa pontuação no quadro geral das três localidades.

Em 2007, além da saúde, o saneamento (24,2%) e a educação (15,2%) foram considerados as principais carências relativas a serviços básicos.

4.5 PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO A CERCA DAS AÇÕES DO INSTITUTO IMBASSAÍ

Desde o primeiro censo em 2005, ficou caracterizada a multiplicidade e multidimensionalidade das carências que envolviam a maior parte da população que habitava o entorno do empreendimento que iria ser implantado pelo Grupo Reta Atlântico, o que levou a conclusão da impossibilidade de atendimento das necessidades apresentadas na sua totalidade.

A estratégia utilizada para o enfrentamento deste contexto foi estimular a criação de um ambiente que favorecesse a participação social, onde as pessoas tivessem liberdade para expressar e discutir suas necessidades e prioridades, visando em última instância à construção de consensos em torno das ações a serem empreendidas.

A aproximação com lideranças e organizações locais foi uma das principais estratégias utilizadas. Foram muitas reuniões, durante aproximadamente sete meses, que resultou na fundamentação do *Programa Ciranda* com suas três principais linhas de atuação: capacitação, geração de trabalho e renda e cultura. Como princípios fundamentais, além do favorecimento à participação social como garantia de legitimidade e adequação das ações, foram assumidos a efetivação de parcerias e a valorização das avaliações em diversos níveis (monitoramento, resultado, impacto).

Durante estes anos as ações vêm sendo executadas obedecendo a estes princípios e linhas de atuação, resguardando certa flexibilidade que permita uma sintonia com a dinâmica social.

Para Sílvio Belo, liderança comunitária local, existe uma *“história do Barro Branco antes do Instituto Imbassaí e outra depois”*. (informação verbal)³⁴

De acordo com Sílvio Belo, o Instituto Imbassaí teve uma visão muito certa de saber onde e como agir. Antes de fazer qualquer ação eles consultam a comunidade, os líderes comunitários.

³⁴Sílvio Belo é Presidente da Associação de Moradores do Barro Branco e Adjacências, membro do Conselho Gestor da APA Litoral Norte, delegado de Meio Ambiente do município de Mata de São João e presidente e vice-presidente da Comissão de Acompanhamento de Obras da Reta Atlântico e Iberostar respectivamente. As citações a ele referenciadas foram obtidas através de entrevista direta em julho de 2008.

A concretização de parcerias é uma realidade, que ao longo do tempo vem demonstrando a sua eficácia, seja no compartilhamento de responsabilidades, na otimização de recursos, ou na integração das ações. A realização desta pesquisa além de outras ações é uma prova concreta de uma parceria exitosa entre o Instituto Imbassaí, o Grupo Reta Atlântico, o International Trade Centre (ITC) e as organizações sociais locais.

O Censo Comunitário 2007 do qual foram extraídos os resultados desta pesquisa, também comprova a obediência ao princípio do estímulo à participação social, refletido na sua metodologia e objetivos, como também de valorização das avaliações como importante instrumento de (re) direcionamento das ações.

Para Sílvio Belo, o censo gerou o empoderamento das lideranças provocado por um maior conhecimento da realidade:

“Este censo nos deu um poder enorme, temos dados nas mãos, é diferente de falar. [...] por outro lado, mostrou dados alarmantes: as condições sanitárias por exemplo. Temos números que nos ajudam saber pelo que lutar.” (informação verbal)³⁵

As Tabelas a seguir apresentam o impacto das ações desenvolvidas pelo Instituto Imbassaí em relação à população das localidades de Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu, bem como a opinião dos seus habitantes sobre a importância das ações para si e para a comunidade.

Tabela 14 - Ações que beneficiaram o entrevistado ou a família

(continua)

Projeto	Quant. de Famílias Beneficiadas			
	B Branco	Imbassaí	Sucuiu	Total
Serviço de Atendimento ao Cidadão	91	36	1	128
Escola de Informática / Inclusão Digital	8	61	7	76
Curso de Inglês	1	26	19	46
Capacitação da Mão-de-obra Local em Atividades de				
Construção Civil	13	19	3	35
Centro de Capacitação	7	21	3	31
Material de Expediente para as Escolas	9	19	2	30

³⁵ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em janeiro de 2008, com Sílvio Belo em julho de 2008.

Projeto	Quant. de Famílias Beneficiadas			
	B Branco	Imbassaí	Sucuiu	Total
Doação de Computadores para as Escolas Dr. José Seixas e Profª. Carmelita Laudano	10	15	1	26
Internet	0	19	5	24
Coisas de Mulher	13	8	1	22
Interpretação de Textos	2	17	0	19
Apoio ao Clube de Futebol	0	13	1	14
Combate ao Analfabetismo (Barro Branco) Convênio:				
Faculdades Jorge Amado	10	2	1	13
Alfabetização de Adultos (canteiro de obra)	3	7	2	12
Apoio à Capoeira	0	11	0	11
Educação Ambiental para a Comunidade	3	6	2	11
Apicultura	5	4	1	10
Ajuda na Construção do Centro Paroquial	2	5	0	7
Oficina de Teatro (Barro Branco)	3	3	0	6
Cursos e Associativismo e Cooperativismo	0	5	0	5
Usina de Produção de Fertilizantes Orgânicos (Projeto JK)	0	1	0	1
Total	180	298	49	527

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário 2007.

A importância deste indicador reside na verificação do impacto quantitativo das ações, como também na identificação das mais procuradas pelos habitantes das três localidades.

Neste sentido, nota-se que as ações com maior demanda foram o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) que em parceria com o Governo do Estado da Bahia proporcionou a emissão de documentos diversos; a escola de informática, o curso de inglês e a capacitação para construção civil. Compreende-se que este quadro reforça as linhas de atuação eleitas pelo Instituto Imbassaí voltadas à capacitação e geração de trabalho e renda.

Um dado importante a ser ressaltado é o pouco reconhecimento das ações que envolvem benefícios à coletividade, ou de caráter mais subjetivo, como a construção do centro paroquial, a doação de material de expediente para as escolas ou a educação ambiental para comunidade.

Não há dúvidas que se trata de ações que certamente têm impactos positivos na qualidade de vida da população como um todo. A não percepção

desta validade e importância talvez esteja relacionada ao contexto de múltiplas necessidades básicas e individuais não satisfeitas que terminam por dificultar a priorização de questões mais subjetivas ou coletivas.

Também foi observado que o número de pessoas beneficiadas não condiz com os documentos do Instituto Imbassaí sobre matrículas e cadastramento para participação nas atividades e projetos, situação que pode ter como causas o desconhecimento por parte do entrevistado da participação de outros membros da família, participação de habitantes de outras localidades ou mesmo a desconsideração da ação como benefício.

Outra constatação foi a ausência de alguns projetos ou atividades que não foram contemplados na ficha do Censo 2007, seja por não terem sido executados na época da aplicação do censo ou mesmo por não se referirem diretamente as localidades pesquisadas.

A Tabela 15 a seguir tem por objetivo a correção das distorções que provavelmente ocorreram a partir das motivações descritas. Ressalta-se que o total não apresenta uma relação direta entre habitante/ação, pois em muitos casos uma só pessoa participou de várias atividades e projetos. Também é importante pontuar que as ações que beneficiaram a comunidade como um todo não foram quantificadas, identificadas na Tabela pelo (C*).

Tabela 15 - Ações executadas pelo Instituto Imbassaí 2005-2007

(continua)

Nº	Projeto	Nº. de Beneficiários	Parceiros
1	Serviço de Atendimento ao Cidadão	651	Reta Atlântico/Governo do Estado da Bahia/Prefeitura Mata de São João
2	Capacitação da Mão-de-obra Local em Atividades de Construção Civil	320	Reta Atlântico/SENAI
3	Cursos de Associativismo e Cooperativismo	20	Reta Atlântico/SEBRAE
4	Ajuda na Construção do Centro Paroquial	C *	Reta Atlântico
5	Apoio ao Clube de Futebol	C*	Reta Atlântico
6	Apoio à Capoeira	85	Reta Atlântico

N°	Projeto	Nº. de Beneficiários	Parceiros
7	Apicultura	30	Reta Atlântico/ITC
8	Coisas de Mulher	47	Reta Atlântico
9	Educação Ambiental para a Comunidade	135	Reta Atlântico
10	Material de Expediente para as Escolas	370	Reta Atlântico
11	Escola de Informática / Inclusão Digital	264	Reta Atlântico
12	Interpretação de Textos	98	Reta Atlântico
13	Centro de Capacitação	C*	Reta Atlântico
14	Internet	C*	Reta Atlântico
15	Doação de Computadores para as Escolas Dr. José Seixas e Profª. Carmelita Laudano	370	Reta Atlântico
16	Usina de Produção de Fertilizantes Orgânicos (Projeto JK)	125	Reta Atlântico/ITC/Prefeitura Mata de São João/Associação de Itapecerica/ Ecosítio Takenami
17	Combate ao Analfabetismo Convênio: Faculdades Jorge Amado	75	Reta Atlântico/Faculdades Jorge Amado
18	Exposição Permanente de Artesanato	52	Reta Atlântico
19	Curso de Inglês	60	Reta Atlântico/FISK
20	Oficina de Teatro (Barro Branco)	25	Reta Atlântico
21	Censo 2005	C*	Reta Atlântico/SEBRAE
22	Alfabetização de Adultos (obra)	40	Reta Atlântico
23	Eu Quero Saber - Educação Ambiental	48	Reta Atlântico
24	Educação Ambiental para Funcionários da Obra	184	Reta Atlântico
25	Combate ao Alcoolismo - 1ª fase	C*	Reta Atlântico
26	Estudo do Artesanato	52	Reta Atlântico/ITC

Nº	Projeto	Nº. de Beneficiários	Parceiros
27	Distribuição de Cestas Básicas	60	Reta Atlântico
28	Fórum Comunidades e Turismo	C*	Reta Atlântico/ITC/ Cluster de Turismo/ Prefeitura MSJ
29	Curso de Matemática	20	Reta Atlântico
30	Curso de Eletricidade Básica	20	Reta Atlântico
31	Assistência Técnica à Coopevales	40	ITC
32	Doação de Motocicleta à Cooperativa de Agricultores (Coopevales)	40	ITC
33	Informativo Viva Imbassáí	C*	Reta Atlântico
34	Doação de Óculos para Funcionários	5	Reta Atlântico
35	Ciclo de Cinema	250	Reta Atlântico
36	Passeio Cultural ao Pelourinho (alunos da Escola Municipal)	45	Reta Atlântico
37	Cursos de ASG (Agente de Serviços Gerais)	31	Reta Atlântico/ITC
38	Curso de Jardineiro	17	Reta Atlântico/ITC/SENAC
39	Curso de Baby Sitter	23	Reta Atlântico/ITC
40	Curso de Desenho e Pintura	14	Reta Atlântico
41	Medição de Impacto – Censo 2007	C*	Reta Atlântico/ITC
42	Feira Cultural Barro Branco	C*	Reta Atlântico/Faculdades Jorge Amado
Total		3.616	

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ -2007.

Nota: C* = ações que beneficiaram a comunidade como um todo não foram quantificadas

Questionada sobre a importância das ações no âmbito coletivo e pessoal, a população das três localidades pesquisadas apresenta resultados aproximados aos já observados. O Centro de Capacitação e seus cursos, o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC), as ações de capacitação de mão-de-obra foram consideradas as principais ações realizadas pelo Instituto

Imbassaí, tanto no nível individual quanto para a comunidade. Diferenciados para os níveis coletivo e pessoal.

Um dado importante a ser ressaltado é o pouco reconhecimento das ações que envolvem benefícios à coletividade, ou de caráter mais subjetivo, como a construção do centro paroquial, a doação de material de expediente para as escolas ou a educação ambiental para comunidade.

Não há dúvidas que se trata de ações que certamente têm impactos positivos na qualidade de vida da população como um todo. A não percepção desta validade e importância talvez esteja relacionada ao contexto de múltiplas necessidades básicas e individuais não satisfeitas que terminam por dificultar a priorização de questões mais subjetivas ou coletivas.

Em conjunto, estes dados revelam-se importantes fontes para o conhecimento das expectativas, interesses e necessidades da população local, como também para que o Instituto Imbassaí possa adequar suas ações no sentido de articular estes interesses, necessidades e expectativas com suas competências e potencialidades, configurando-se em última análise em uma experiência efetiva de desenvolvimento, com capacidade de inserir a população local no usufruto dos benefícios que este desenvolvimento poderá proporcionar.

4.6 PERCEPÇÕES DA POPULAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Finalizando esta pesquisa, são apresentadas neste seção as percepções da população sobre os impactos do desenvolvimento turístico. Entende-se que é de fundamental importância a assimilação destas percepções, não só por representarem a opinião de quem está vivenciando no cotidiano os impactos e transformações que vêm ocorrendo com o desenvolvimento turístico, mas também para dimensionar o nível e aderência e expectativas que este fenômeno desperta.

Esta percepção sobre os impactos positivos do desenvolvimento turístico podem ser observada na Figura 29.

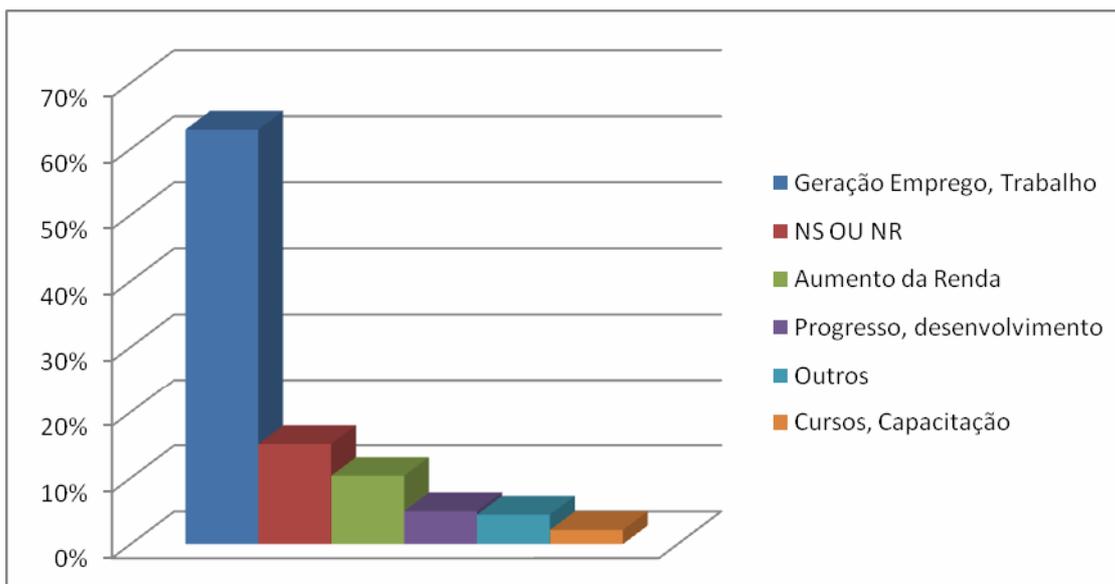


Figura 29 - Percepção da população sobre os principais impactos positivos do desenvolvimento turístico

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2007.

Nota-se que a grande maioria (73,3%) considera como impacto positivo a geração de emprego, trabalho e renda, podendo tanto se referir a expectativas como fato concreto reconhecido. Em qualquer das duas situações, este é um indicador significativo para o desenvolvimento de qualquer iniciativa que contemple o atendimento às necessidades e expectativas desta população.

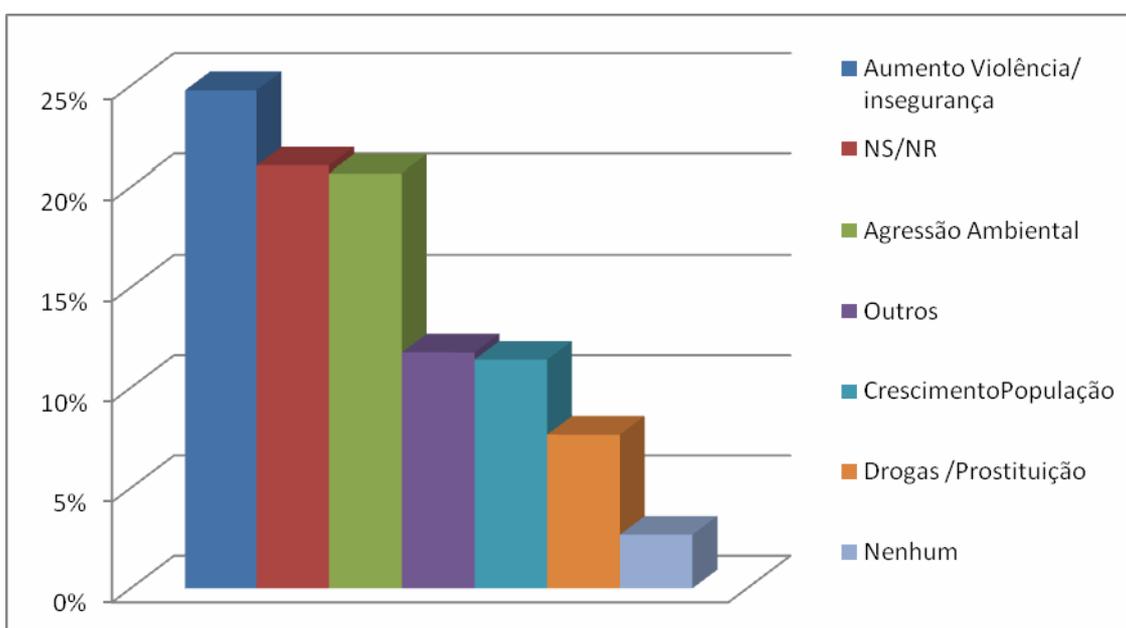


Figura 30 – Percepção da população sobre os principais impactos negativos do desenvolvimento turístico

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ – Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2007.

O aumento da violência, a insegurança, o crescimento da população e a agressão ambiental despontam como os principais aspectos negativos apontados pelos habitantes das três localidades. Estes também podem ser considerados importantes indicadores para fundamentação de ações voltadas à minimização destes impactos, sabendo inclusive que se poderá contar com o apoio da população.

Tabela 16 - Percepção da população sobre os impactos do desenvolvimento turístico na melhoria da qualidade de vida

Localidade	Trouxe melhoria na qualidade de vida?						total
	Sim	%	Não	%	Não Sabe/ Não respondeu	%	
Imbassaí	199	59,1%	107	31,8%	31	9,2%	337
Barro Branco	155	85,2%	19	10,4%	8	4,4%	182
Sucuiu	26	61,9%	9	21,4%	7	16,7%	42
Total	380	67,7%	135	24,1%	46	8,2%	561

Fonte: INSTITUTO IMBASSAÍ - Pesquisa Direta, Censo Comunitário – 2007.

Na Tabela 16 obtêm-se uma visão geral de como a população relaciona a chegada dos empreendimentos e o desenvolvimento turístico com a melhoria da qualidade de vida. Considera-se a principal informação obtida a partir deste indicador, o nível de aderência ou rejeição da população à chegada dos empreendimentos e conseqüentemente o desenvolvimento das atividades turísticas na região. Verifica-se que 67,7% dos habitantes de Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu entendem o desenvolvimento turístico como algo que está contribuindo para uma melhor qualidade de vida, o que leva a inferência de que existe uma aceitação ou mesmo aprovação por parte da maioria desta população no que se refere ao desenvolvimento turístico na região.

Esta posicionamento também é defendido por algumas lideranças locais, como expressa Sílvia Belo: *“Antigamente aqui tinha uma fazenda que se criava cavalo e ovelha, mais nada. As pessoas trabalhavam quase como escravos, porque o que ganhavam era a conta da comida que tinham que pagar para o dono. Hoje é diferente, o poder aquisitivo aumentou, o poder de compra aumentou muito. Mas não foi sempre assim. Porto Sauípe, por exemplo, foi onde aconteceu o primeiro grande investimento e não foi bem planejado Criou-se um bolsão de miséria que só deu problemas. Desde então, nós da*

*Comissão de Obras*³⁶ *começamos a ver isso como um retrato ruim, e passamos a cobrar dos investidores para que não acontecesse mais.*” (informação verbal)³⁷

O discurso de Sílvio Belo reflete de certa maneira um amadurecimento no processo de participação social, a partir de uma atuação mais expressiva das lideranças, bem como a crença demonstrada pela maioria da população sobre a relação do desenvolvimento turístico com a melhoria da qualidade de vida dos habitantes locais, revelando não só a necessidade de mensuração dos impactos do desenvolvimento na Zona Turística Costa dos Coqueiros, mas também a análise de alternativas para o enfrentamento do contexto historicamente construído como ficou delineado ao longo desta dissertação.

Na sua totalidade a realização desta pesquisa mostrou-se bastante eficaz em vários aspectos, no sentido de uma maior base para respostas às questões que motivaram este trabalho. Desde o conhecimento mais aprofundado da realidade, incluindo a aproximação com atores sociais locais, até a apropriação de conhecimentos referentes ao ambiente físico natural, foram sem dúvida elementos importantes na fundamentação das conclusões sobre as reais possibilidades das ações realizadas no campo da responsabilidade social corporativa de empreendimentos turísticos enquanto estratégia de territorialização dos benefícios do desenvolvimento turístico.

Reunindo os conhecimentos consolidados a partir do referencial teórico, das pesquisas secundárias, das entrevistas e da pesquisa de campo serão apresentadas a seguir as considerações finais sobre o tema em questão.

³⁶ A Comissão de Obras é um conselho consultivo e fiscalizador que tem por principal função acompanhar o cumprimento das condicionantes estabelecidas nas licenças de localização e implantação dos empreendimentos.

³⁷ Informações obtidas durante entrevista direta realizada em janeiro de 2008, com Sílvio Belo em julho de 2008.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na conjuntura atual, o conceito de desenvolvimento tem assumido diversas nuances, caracterizando um movimento que parece buscar respostas para explicar e intervir no complexo contexto que as sociedades hoje enfrentam: o grande avanço tecnológico em diversas áreas tem impulsionado as potencialidades produtivas, mas não tem apresentado reflexos para a melhoria das condições de vida da maioria da população mundial. Principalmente nos países considerados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, a ampliação das desigualdades, da pobreza, da exclusão social vem assumindo índices alarmantes.

Neste sentido, surgem diversos conceitos relacionados ao tema, caracterizados a partir da ênfase dada: desenvolvimento local, endógeno, sustentável, social, ambiental, são alguns exemplos destas variações, que por sua vez submetem-se a diversas interpretações a depender dos contextos específicos de aplicação e das bases conceituais as quais se apóiam.

De uma maneira geral, pode-se afirmar que na estrutura destas novas teorias e conceitos existem o reconhecimento da necessidade de instauração de uma nova ordem, onde aspectos até então negligenciados, tais como, a sustentabilidade ambiental, a distribuição das riquezas, a inclusão social, as especificidades culturais, ganham destaque, na perspectiva da busca do desenvolvimento.

Ressalta-se que a priorização de alguma destas dimensões tem levado muitas vezes a uma visão dicotomizada, reducionista ou mesmo equivocada da realidade. Historicamente, desde a emergência do modelo capitalista de produção, a ênfase na dimensão econômica tem sido uma constante, tendo dentre outros reflexos a concentração de renda, as desigualdades sociais, os impactos ambientais, a exclusão social. Por outro lado, o pretendido foco no desenvolvimento humano que a maioria das novas teorias do desenvolvimento defende, geralmente tende a colocar o desenvolvimento humano como antítese ao crescimento econômico, caracterizando-o a partir de dimensões como saúde, educação, organização social, meio ambiente, deixando em segundo plano as questões econômicas.

Entende-se que esta visão também não abrange a multidimensionalidade da realidade. O crescimento econômico apesar de não ser uma condição suficiente, e não apresentar uma relação automática com o desenvolvimento humano é uma dimensão fundamental para que as sociedades e os indivíduos possam ultrapassar a situação das carências objetivas e variadas que os afligem. O paradigma do desenvolvimento sem dúvida deve ter seu centro no ser humano, e no impacto que causará nas suas vidas, e não em uma ou outra dimensão da realidade. Desenvolvimento do que, para quem e para que parecem ser questões norteadoras para uma visão abrangente deste fenômeno.

Tomando como referência a realidade brasileira, percebe-se que, a conjunção de um modelo de desenvolvimento econômico caracterizado como excludente e concentrador de renda e uma herança histórica de desigualdades sociais e regionais, conformam uma sociedade complexa, contraditória e desigual, refletida nos índices econômicos e sociais, bem como nas formas de organização da população. Diante disto, entende-se que o desenvolvimento está estreitamente relacionado com a transformação desta realidade, tendo por premissa fundamental a elaboração de políticas públicas e estratégias diferenciadas, descentralizadas e multidimensionais, que propiciem a redução destas desigualdades, a inclusão social conduzindo a uma mobilidade social de caráter definitivo.

No caso do turismo, percebe-se que a despeito da ênfase que tem recebido ultimamente quanto ao potencial que encerra em termos de desenvolvimento sócio-econômico, como também todo um discurso voltado à priorização de geração de benefícios para população local, na prática, o turismo vem se afirmando no contexto brasileiro e baiano a partir de uma ótica globalizante onde a acumulação do capital e a busca pelo lucro incessante têm reproduzido um quadro de segregação social, concentração de renda, desestruturação dos sistemas sócio-culturais e degradação do meio ambiente, já conhecidos em outras instâncias.

Tal constatação tem sustentado muitas reflexões quanto ao verdadeiro potencial do turismo enquanto vetor de desenvolvimento no contexto brasileiro. Com efeito, observa-se que o processo de turistificação das localidades

brasileiras identificadas como de “vocação turística”, tem acontecido geralmente colocando em segundo plano os interesses e necessidades do território e dos habitantes locais, vinculando-se principalmente a decisões exógenas sem maiores preocupa es com um planejamento efetivo e voltado ao atendimento prioritário da viabilidade econômica das atividades turísticas relacionadas aos interesses privados, tendo como foco a cria o de condi es de apropria o e usufruto dos recursos naturais e equipamentos construídos em fun o dos visitantes.

Como resultado, o surgimento dos conflitos relacionados a interesses antagônicos, o acirramento dos processos de exclusão social, a degrada o ambiental, a desagrega o dos sistemas socioculturais são aspectos que podem ser constantemente verificados. O embate entre as novas formas de produ o trazidas pelo turismo e as formas de produ o tradicionais existentes no espaço submetido ao processo de turistifica o configura-se no final em um espaço de luta desigual, onde os interesses e necessidades da popula o local e do território ficam cada vez mais submetidos a processos muitas vezes alheios aos requisitos e preocupa es necessárias para um efetivo desenvolvimento local.

A constitui o e configura o da Zona Turística Costa dos Coqueiros reflete bem este quadro. Apoiada em um modelo de desenvolvimento turístico centralizado pelo poder público, fundamentado primordialmente em fatores exógenos ao território, desenvolveu-se a partir de uma lógica calcada prioritariamente nos aspectos relacionados   viabilidade e crescimento econômico da região, sem maiores preocupa es com os impactos que as atividades turísticas poderiam provocar no território, na condi o de espaço socialmente construído, e nem com as reais necessidades da popula o local para superar as condi es objetivas e subjetivas retroalimentadoras da situa o de pobreza e exclusão social característica da maior parte da popula o. O turismo chega a esta região visto como mais uma atividade econômica, apoiada em uma proposta de novo ordenamento territorial, tendo como principal articulador o poder público com suas políticas, investimentos e incentivos fiscais, visando principalmente   dinamiza o das economias locais.

Passadas quase duas décadas de exploração mais intensiva das atividades turísticas, este espaço encontra-se visivelmente alterado, em termos de funções, usos, costumes, delimitado pelo surgimento de aglomerados urbanos, crescimento dos já existentes, intensa atividade imobiliária, e fluxo turístico crescente. De uma organização territorial pautada em pequenas comunidades voltadas a atividades tradicionalmente desenvolvidas em torno da agricultura de subsistência e pesca, passou-se em um período de tempo relativamente curto, a um novo arranjo direcionado às atividades turísticas, com uma nítida concentração dos investimentos privados no setor de hospedagem, predomínio das grandes cadeias hoteleiras, *resorts* e mega complexos, na sua maioria internacionais, como também em empreendimentos em forma de condomínios e loteamentos de segundas residências. A persistência da pobreza e exclusão social, a fragilidade da organização e mobilização em prol da defesa dos interesses locais, a sujeição dos aspectos sociais, ambientais e culturais às necessidades econômicas de lucro incessante, as dificuldades do poder público em regular os processos em curso, ou mesmo a insustentabilidade do discurso em torno das grandes oportunidades de trabalho e renda são outros aspectos que compõem este quadro.

Entretanto, a despeito das constatações e críticas quanto à efetividade do turismo enquanto dinamizador do desenvolvimento local verifica-se que a Costa dos Coqueiros inseriu-se em um processo de turistificação que é irreversível, com uma tendência crescente de aceleração da implantação de equipamentos e dos fluxos turísticos, apresentando também uma disposição direcionada a consolidação do modelo vigente, pelo menos a curto e médio prazo. Ultrapassar as constatações e buscar a análise e crítica de alternativas para transformação da realidade que se apresenta é então considerada uma necessidade premente.

Neste sentido, a primeira questão que norteou esta dissertação pode aqui ser colocada: É possível, a partir do modelo de desenvolvimento turístico praticado na Costa dos Coqueiros - Bahia, desenvolver ações que conjuguem os interesses e necessidades do território e dos diversos atores sociais envolvidos?

Entende-se que as mudanças neste contexto envolvem ações e resultados de curto, médio e longo prazo, além de condicionantes multisetoriais, muitas vezes externas ao âmbito local, mas também se considera a necessidade de ações imediatas visando à criação de bases para construção deste caminho. Sendo assim, a análise das possibilidades da conjugação destes interesses e necessidades foi aqui fundamentada em três requisitos básicos: na necessidade de construção de um modelo endógeno de desenvolvimento turístico capaz de alterar as condições de pobreza e exclusão social da maioria da população, no reconhecimento do domínio e suas implicações de empreendimentos exógenos a região, e na busca por pontos de convergência entre os interesses e necessidades dos diversos atores sociais envolvidos nesta dinâmica.

Com referência ao modelo endógeno de desenvolvimento, a idéia de territorialização das atividades turísticas fundada na qualificação das estruturas internas, organização social e valorização dos modos de vida e produção culturalmente estabelecidos, parece ser uma diretriz estratégica para este fim. A prevalência dos aspectos do território como elemento chave e norteador deve ser visto como pano de fundo para as ações necessárias nesta direção.

De imediato esta visão remete a uma condição idealizada, com dificuldades intransponíveis para sua viabilização. Evidentemente, as condições histórico-estruturais que caracterizam a Zona Turística Costa dos Coqueiros não são facilitadoras deste processo. A ordem estabelecida em torno da priorização dos aspectos econômicos relacionados a interesses privados e exógenos e seus efeitos na realidade local não será facilmente modificada. Este fato diz respeito a uma das dimensões do segundo requisito acima colocado, qual seja, o reconhecimento do domínio e suas implicações de empreendimentos exógenos a região. A outra dimensão refere-se a um contexto relativamente novo, onde os aspectos identitários, culturais e ambientais dos destinos turísticos aparecem como vantagem competitiva no mercado turístico, abrindo possibilidades de contemplação de interesses e necessidades relacionadas ao território. Assim, aspectos como a preservação ambiental, o fortalecimento cultural, a organização social são priorizados abrindo possibilidades de endogeneização dos benefícios do desenvolvimento

turístico. Mesmo não representando em curto prazo mudanças estruturais nas relações de poder e dominação historicamente determinadas, não se pode desprezar o significado que este movimento pode representar, principalmente a médio e longo prazo, já considerado por muitos teóricos com uma mudança de paradigma no âmbito do turismo.

O terceiro e último requisito para considerar as possibilidades de conjugação de interesses e necessidades dos atores sociais e território na Costa dos Coqueiros refere-se também a este novo paradigma e ao aproveitamento das oportunidades que se abrem. Evidentemente não se pretende aqui negar o antagonismo e os conflitos nas relações que se estabelecem a partir da organização social fundada nos moldes capitalistas de produção. A produção do espaço turístico, moldado pela lógica de circulação e acumulação do capital apresenta na sua essência aspectos desterritorializadores e de desvalorização de problemas estruturais sociais, econômicos, ambientais, que por si só são razões suficientes para explicar os antagonismos e conflitos.

O que se pretende aqui ressaltar é que contraditoriamente, o capital se nutre em muitos aspectos da territorialidade e no campo das atividades turísticas isto é muito presente. Tal situação permite a emergência de espaços de convergência de interesses que podem e devem ser aproveitados na perspectiva final de fortalecimento das estruturas internas para que o turismo possa contribuir com a transformação da realidade, representando em última instância um vetor de desenvolvimento, que tenha como eixo de sustentabilidade o ator local e o território.

Reconhecer estes espaço portanto, pode representar uma alternativa que vai além das constatações e das críticas, em busca de escolhas para uma realidade estabelecida e dinâmica, que necessita urgentemente de soluções que respondam efetivamente as questões do cotidiano.

No caso específico da Zona Turística Costa dos Coqueiros, na perspectiva de interesses conflitantes encontram-se as comunidades locais e os empreendimentos que caracterizaram o modelo de desenvolvimento turístico deste território. Compreende-se que os espaços de convergência de interesses entre estes elementos estão baseados no fato de que, diante das

tendências de personalização e sustentabilidade social e ambiental impostas pelo novo paradigma que começa a se estabelecer no âmbito do turismo, a continuidade do modelo desenvolvido até então poderá levar ao esgotamento ou estagnação do destino, prejudicando não só as comunidades, que a esta altura já apresentam vinculações com as atividades turísticas, mas também a iniciativa privada, principalmente pelo volume de investimentos realizado nesta região. A mudança desta lógica apresenta-se assim como uma necessidade estratégica para continuidade da reprodução e acumulação do capital neste espaço turístico, bem como para sobrevivência das comunidades.

No campo dos conflitos abre-se então uma janela de convergência de objetivos, com possibilidades de abrigar interesses tradicionalmente vistos como antagônicos. Considera-se que esta percepção já é de domínio público e talvez explique em parte, o empenho relativamente recente dos empreendimentos turísticos nesta área em desenvolver ações de responsabilidade social, como é o caso da Construtora Reta Atlântico, empresa objeto do estudo de caso realizado neste trabalho. Notadamente, a tendência empresarial para o desenvolvimento de ações de responsabilidade social tem outras condicionantes já anteriormente citadas, cabendo aqui fazer este recorte.

Neste ponto, é possível responder a mais uma das questões que nortearam esta dissertação, qual seja: Considerando que o modelo de desenvolvimento adotado na Costa dos Coqueiros consolidou-se a partir da implantação de empreendimentos turísticos de médio e grande porte, que impactos teriam as ações de responsabilidade social corporativa na endogeneização dos benefícios do desenvolvimento turístico?

Entende-se que existe uma grande possibilidade de que estas ações possam vir a ter efeitos positivos nesta endogeneização, justamente por representar uma das formas de concretização dos objetivos e interesses comuns aos atores sociais envolvidos.

No geral, responsabilidade social deixou de ser uma opção para as empresas. É uma questão de visão, de estratégia e, muitas vezes, de sobrevivência. As organizações buscam construir uma imagem sólida e positiva na mente dos seus públicos e, dessa forma, estabelecer com eles um

relacionamento duradouro. No caso específico dos empreendimentos turísticos agrega-se a isto a necessidade concreta de atuar nas dimensões tangíveis e intangíveis que favoreçam uma ambiência capaz de inscrever o destino em um mercado cada vez mais competitivo e exigente. Estas, sem dúvida, são razões bastante estimulantes para o engajamento no rol das empresas socialmente responsáveis, muitas vezes liderando as iniciativas neste sentido. Sendo assim, considera-se este contexto como uma possível resposta a um dos questionamentos direcionadores deste trabalho referente à motivação dos empreendimentos turísticos para implantarem ações de responsabilidade social.

Entretanto, é preciso levar em conta que a abrangência ou até mesmo a indefinição do conceito de responsabilidade social corporativa, somada aos princípios e valores que sustentam as intencionalidades das intervenções neste âmbito, tem proporcionado diversas interpretações e práticas diferenciadas, muitas vezes reducionistas e sem impacto significativo. Tal visão direcionou para a última questão inspiradora desta dissertação, assim formulada: Que fatores poderiam ser considerados definidores da qualidade e abrangência das ações de responsabilidade social corporativa empreendidas na Zona turística Costa dos Coqueiros?

Para identificação destes fatores considerou-se a necessidade de eleger alguns princípios que atuassem como parâmetros na avaliação das ações de responsabilidade social referidas a área objeto de estudo, o que resultou na determinação de indicadores que pudessem subsidiar a análise destas ações. São eles: grau de clareza de princípios, objetivos e intencionalidades, nível de absorção dos interesses, necessidades e expectativas da população local e do território e o nível de efetividade das ações para promover a qualificação dos atores para usufruto dos benefícios e participação nos processos decisórios que dizem respeito ao desenvolvimento turístico. Como referência para esta análise tomou-se a experiência desenvolvida pela Construtora Reta Atlântico, através do Instituto Imbassaí, lembrando que apesar do cunho socioambiental das ações desenvolvidas pela empresa, o foco desta análise são as ações sociais voltadas às localidades de Imbassaí, Barro Branco e Sucuiu, consideradas o entorno do empreendimento.

Quanto ao primeiro indicador, verifica-se inicialmente um caráter inovador nas ações realizadas pelo Instituto Imbassaí, condição evidenciada principalmente pela visão sistêmica e multidimensional da realidade que sustenta seus princípios de atuação, bem como pela sua preocupação com a participação social efetiva. Estas visões apresentam como vantagens, uma sintonia com as problemáticas do seu universo de atuação e uma aproximação com a legitimização das ações. Também chama a atenção a clareza de papéis, objetivos e intencionalidades, analisados a partir das entrevistas realizadas com os dirigentes da construtora Reta Atlântico e do Instituto Imbassaí (ver Capítulo 4), onde também foi possível notar uma firme vontade política da gestão da organização para concretizar seus objetivos.

A autonomia frente às escolhas relacionadas ao que é exigido legalmente também pode ser observada a partir da formatação personalizada do seu programa de ação e da ampliação do leque de ações em relação ao que foi exigido nas condicionantes socioambientais. A transposição de princípios geralmente utilizados na iniciativa privada tais como o foco nos resultados, ações fundamentadas em avaliações ou mesmo a preocupação com a confiabilidade dos dados também pode ser considerado um aspecto contributivo para o sucesso das iniciativas. Diante do exposto, conclui-se que em relação ao grau de clareza de princípios, objetivos e intencionalidades, o Instituto Imbassaí responde aos pré-requisitos necessários para qualidade e abrangência das ações de responsabilidade social por ele desenvolvida.

Em relação ao segundo indicador instituído, o nível de absorção dos interesses, necessidades e expectativas da população local, foram considerados como parâmetro o método de apropriação da realidade articulada a relação estabelecida com os atores sociais locais.

Neste sentido, ressalta-se a coerência entre o discurso do Instituto Imbassaí no seu papel de agente/promotor do desenvolvimento, e sua prática caracterizada na elaboração do seu programa de ação, na preocupação em pautar as ações a partir de avaliações periódicas, na inclusão de demandas apresentadas por lideranças locais.

Considera-se também bastante significativo a correspondência entre as expectativas e necessidades da população, apontadas na pesquisa quanto a

geração de trabalho e renda como principal benefício do desenvolvimento turístico, e o foco dado a esta dimensão pelo Instituto Imbassaí, fato que pode ser visto como contributivo para a legitimização e adequação das ações. De acordo com o que foi colocado, observa-se que a questão da ampliação das oportunidades econômicas aparece como um dos pontos cruciais seja pela análise dos dados, por inferência, ou mesmo nas expectativas da população em relação aos impactos positivos do desenvolvimento turístico local. Tal constatação apresenta-se como um importante indicador da situação de exclusão social, do direcionamento das ações, como também serve de parâmetro para continuidade das ações empreendidas pelo Instituto Imbassaí neste sentido.

Estas ações, genericamente, apresentam no âmbito local, duas vertentes principais: a capacitação para inserção no mercado formal do turismo e o fomento a organizações sócio-produtivas relacionadas às atividades turísticas. Na primeira, parte-se da previsão de que o aumento do fluxo turístico, a implantação dos novos empreendimentos previstos, irão demandar mão-de-obra qualificada, devendo, portanto ser incrementadas ações neste sentido, sob pena destes postos de trabalho serem ocupados por pessoas de outros lugares, configurando-se uma situação bastante comum nos destinos turísticos brasileiros, qual seja, a apropriação dos benefícios por pessoas alheias a comunidade, que na relação custo/benefício, termina por arcar com uma parcela maior do ônus do desenvolvimento turístico.

Por outro lado, como já foi demonstrado, este mercado é limitado, além de apresentar restrições e incompatibilidades com as necessidades e perfil da população em situação de exclusão social. Justifica-se, portanto, a busca por alternativas de diversificação, no sentido não só de abertura de maiores oportunidades a partir da qualificação, como também de atendimento a parcela da população que não apresenta o perfil exigido para integrá-lo.

Nesta perspectiva, a territorialização da produção voltada ao consumo turístico baseada nas vocações produtivas culturalmente estabelecidas e no associativismo, configura-se em uma alternativa viável de inclusão socioeconômica, principalmente se forem aproveitadas as potencialidades que as organizações socioprodutivas apresentam na medida em que permitem em

curto prazo promover a melhoria das condições econômicas, atendendo às necessidades básicas de sobrevivência, e a médio e longo prazo ser uma unidade operacional para preparação de indivíduos e grupos no sentido da participação social e do fortalecimento cultural. Ressalta-se aqui a adequação das ações em fase de implantação desenvolvidas pelo Instituto Imbassaí neste sentido.

Pondera-se entretanto, que mesmo levando em conta a centralidade do trabalho, do emprego e da renda nas necessidades e expectativas deste território, é preciso reconhecer os outros componentes e seu igual peso valorativo na busca pelo desenvolvimento que tenha por foco o indivíduo. Sendo assim, as condições de saúde, de habitabilidade, de participação social, de acesso a informação, também devem ser levadas em conta. Especificamente na área objeto deste trabalho, os dados levantados demonstram que muito precisa ser feito neste universo, envolvendo diversos níveis, setores e atores sociais. Diante da legitimidade e visibilidade que o Instituto Imbassaí vem alcançando na região, julga-se possível uma maior ênfase ao papel de articulador de parcerias e intermediador, principalmente em relação às ações que envolvem a adequação de políticas públicas à realidade local.

Finalmente, a análise das ações desenvolvidas pelo Instituto Imbassaí a luz do terceiro indicador, o nível de efetividade das ações para promover a qualificação dos atores para usufruto dos benefícios e participação nos processos decisórios. Considerou-se quanto aos benefícios, a legitimidade, representatividade, adequação e capilaridade das ações, condições estas que puderam ser avaliadas como positivas se verificados os dados levantados na realização da pesquisa, ressaltando-se o curto espaço de tempo de atuação do Instituto, a multidimensionalidade das carências e a complexidade do contexto observado.

Quanto a efetividade em relação à preparação dos atores locais para participação nos processos decisórios, partiu-se do princípio de que a emergência de um ambiente favorável ao desenvolvimento está intimamente relacionada a três fatores interdependentes: a instalação de uma cooperatividade, fundamentada em consensos e parcerias em torno de

objetivos comuns; a formação de um padrão de rede, com indivíduos conectados horizontalmente a partir de normas, crenças, valores e ideais; e uma cultura democrática como princípio básico nos relacionamentos. Todos estes fatores, por sua vez, são considerados dependentes das condições objetivas para que na sua concretização possa alcançar os resultados esperados. O enfrentamento das questões estruturais que perpetuam e retroalimentam a situação de exclusão social exige atores sociais fortalecidos e aptos a lutar pela transformação desta realidade.

A criação de estratégias para promoção da descentralização de poderes, da participação social, da autonomia, da apropriação do conhecimento, da coesão e organização social, aparece como fator básico na garantia da adequação e protagonismo legítimo por parte dos reais interessados. Nesta dimensão, políticas públicas eficientes podem contribuir muito, mas também podem ser influenciadas pelas conquistas neste âmbito. Além dos próprios interessados, uma variedade de instituições sociais, públicas e privadas, podem e devem contribuir para este processo, ao direcionar suas ações para o aumento e a sustentação das liberdades individuais. Ações integradas e responsabilidades compartilhadas é um lema implícito, garantindo em última instância o atendimento a tão variadas demandas.

Neste sentido, considera-se a necessidade do Instituto Imbassaí ampliar as ações que tenham por foco a emergência de processos emancipatórios, voltados a preparação do ator social local para assumir-se como sujeito da própria história. Na prática isto significa capacitação ou fortalecimento de lideranças e organizações, intermediação para participação de atores locais junto a instâncias decisórias, criação de espaços para reflexão/ação sobre a realidade nas intervenções planejadas.

No cômputo total, os indicadores estabelecidos para análise da atuação do Instituto Imbassaí mostraram-se como um instrumento que contribuiu para preencher a lacuna existente na avaliação qualitativa das ações de responsabilidade social corporativa, oferecendo maior segurança para finalmente poder inscrever a experiência de responsabilidade social da Construtora Reta Atlântico como uma possibilidade no campo das estratégias

de territorialização das atividades turísticas e conseqüentemente de endogeneização dos resultados do desenvolvimento turístico.

Compreende-se que o desenvolvimento crescente do turismo na Zona Turística Costa dos Coqueiros é sem dúvida uma realidade. O desenvolvimento turístico apresenta como especificidade o fato de que a oferta turística deve ser consumida *in loco*, (diferentemente de outros bens de consumo), não havendo, portanto possibilidade de deslocamento desta oferta para outro lugar, o que dá ênfase a relação turismo-desenvolvimento no sentido da mensuração dos prováveis impactos que estas atividades poderão provocar no território, na condição de espaço socialmente construído.

De forma ideal, o esperado é que todo desenvolvimento conduza a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Na prática, observa-se que a diversidade de aspectos que compõe este conceito torna-o de grande complexidade e de difícil aplicabilidade, principalmente quando a referência é uma realidade com carências tão diversas e multidimensionais como a que foi aqui apresentada.

Some-se a isto, um modelo de desenvolvimento turístico, voltado ao atendimento prioritário da viabilidade econômica das atividades turísticas relacionadas aos interesses privados, e o alcance deste ideal parece tornar-se mais distante e fugidio. Diante deste quadro, todas as ações empreendidas com este objetivo, por mais amplas e diversificadas que sejam, parecem reducionistas e parciais, dada a tantas demandas.

No confronto entre o real e o ideal, surgem as alternativas concretas de intervenções que podem levar a conformação de outro contexto. Especificamente relacionada à conformação do território turístico Costa dos Coqueiros, na condição de espaço socialmente construído, a responsabilidade socioambiental dos empreendimentos turísticos emergem das relações sociais e de produção constituídas, e as tentativas de solução para os conflitos e antagonismos estabelecidos, inscrevendo-se entre o real e o possível para o enfrentamento e transformação da realidade.

Neste sentido, a experiência analisada pode ser apreciada como facilitadora de processos capazes de conduzir ao fortalecimento das bases

locais que levem em última instância a transformação da realidade descrita e a consideração das atividades turísticas como potenciais indutoras de desenvolvimento.

Para concluir, julga-se importante ressaltar, que no âmbito do significado deste trabalho fica a sensação da necessidade de continuidade e aprofundamento, juntamente com a expectativa de ter contribuído de forma pró-ativa para busca de alternativas concretas a questões do cotidiano que possam também ser inspiradoras de novas formas de fazer e pensar o turismo.

REFERÊNCIAS

ALBAN, M. O novo enigma baiano, a questão urbana regional e a alternativa de uma nova capital. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL – Anpur, 11., 2005, **Anais eletrônicos...** 2005. Disponível em: <http://www.flem.org.br/eventos/2005/07/NovoEnigmaBaiano-Alban/eve20050715NovoEnigmaBaiano-Artigo.pdf>. Acesso em: 10 set. 2007.

ARAÚJO, L. M. de ; MOURA, F. de B. P. A expansão do turismo na Zona Costeira Nordeste: crescimento econômico, degradação ambiental e erosão cultural. In: O TURISMO e a relação sociedade–natureza: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Ed UECE, 2007.

ASSIS, L. F. de. Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v.7, set./out. 2003. Disponível em: http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/pdf/N_11_12_13/turismo.pdf. Acesso em: 10 nov. 2007.

ASHLEY, P. et al. **Ética e responsabilidade social nos negócios**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2003.

ASHLEY, P. Gestão ecocêntrica e consumo responsável: desafios para a responsabilidade social corporativa. In: _____. (Org.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BAHIA. Secretaria de Cultura e Turismo (SCT). [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.sct.ba.gov.br>> . Acesso em: 12 jul. 2007.

_____. _____. Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Costa dos Coqueiros. Disponível em: <<http://www.sct.ba.gov.br>>. Acesso em: 5 jun.2006.

BAHIA. Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEIA). [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.seia.ba.gov.br>> . Acesso em: 10 abr. 2008.

BANDEIRA, P. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 630).

BAPTISTA, C. Vetores estratégicos para o desenvolvimento da Bahia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 15, p. 343-353, 2005. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/retros2005/15-vetores_estrategicos.pdf>. Acesso em: 10 set.2007.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

BANCO DO NORDESTE (BNB). [Site oficial]. Disponível em:

<<http://www.bnb.gov.br>> . Acesso em: 10 abr. 2008.

_____. **Prodetur/NE II: Pólos de turismo: conceito e etapas de implementação.** Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>> . Acesso em: 10 abr. 2008.

BRANDÃO, P. M. C.; SILVA, B. C. N. Mudanças e impactos do lazer e turismo em Monte Gordo e Guarajuba: Região Metropolitana de Salvador – Bahia. In: O TURISMO e a relação sociedade–natureza: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Ed UECE, 2007.

BRÜSEKE, F. J. O Problema do desenvolvimento **sustentável**. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza**. Estudos para uma sociedade sustentável. O problema do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Cortez, 1998.

BURSZTYN, I. A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, 2003. Disponível em: <www.ivt.coppe.ufrj.br>. Acesso em: 10 dez. 2007.

CARVALHO, M. do C. A. **Participação social no Brasil hoje**. São Paulo: Pólis-Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, 2002. Disponível em: <www.polis.org.br/publicações/paper>. Acesso em: 5 out.2007.

CASTRO, I. E. de. Turismo e ética. In: CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). **Turismo com ética**. Fortaleza: UECE, 1998.

CORIOLANO, L. N. M. T.; SILVA, S. C. B. de M. **Turismo e geografia: abordagens críticas**. Fortaleza: Ed. UECE, 2005.

_____. Turismo: prática social de apropriação e dominação do litoral. In: O TURISMO e a relação sociedade – natureza: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Ed UECE, 2007a.

_____. Turismo e Meio Ambiente: interfaces e perspectivas In: O TURISMO e a relação sociedade – natureza: realidades, conflitos e resistências. Fortaleza: Ed UECE, 2007b.

DIAS P. C. Aspectos do desenvolvimento econômico da Região Metropolitana de Salvador: industrialização e distribuição sociodemográfica. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 14, n. 3, p. 537-550, dez. 2004.

FERRELL, O. C. ; FRAEDRICH, J. ; FERRELL, M. **Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisões e casos**. Tradução Cecília Arruda. 4. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Afonso, 2001.

FONSECA, A. A. M. da. Localismo e território diante das dinâmicas globais. Salvador, **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.6, n.18, 2004.

FRATUCCI, A. C. Os lugares turísticos: territórios do fenômeno turístico. **GEOgraphia**, v.2, n. 4, 2000. Disponível em:

<http://www.uff.br/geographia/rev_04/aguinaldo%20cesar%20fratucci.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2007.

GAUDENZI, P. Evolução da economia do turismo na Bahia. In: REFLEXÕES de economistas. Salvador: CORECON, 2001.

GIDDENS, A. **El Capitalismo y la moderna teoria social**. Barcelona: Editorial Labor S. A., 1988.

GIFE – GRUPO DE INSTITUTOS FUNDAÇÕES E EMPRESAS. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.gife.org.br/>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

GORINI, A. P. F. ; MENDES, E. da F. Setor de turismo no Brasil: segmento de hotelaria. **BNDES Setorial**, Rio de Janeiro, n. 22, p. 111-150, set. 2005.

GRUPO RETA ATLÂNTICO. [Site oficial]. Disponível em: <www.retaatlantico.com>. Acesso em: 12 dez. 2007.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

INSTITUTO ETHOS. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.ethos.org.br>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

INSTITUTO IMBASSAÍ. **Programa Ciranda**. Disponível em: <www.institutoimbassai.org.br>. Acesso em: 12 dez. 2007a.

_____. **Projeto Regador**. [Mata de São João], 2007b. mimeo.

INTERNATIONAL TRADE CENTRE (ITC). [Site oficial]. Disponível em: <www.intracen.org>. Acesso em: 12 dez. 2007.

KNAFOU, R. Turismo e território. Por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (Org.). **Turismo e geografia**. Reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.62-74.

LIMONAD, E. **O fio da meada. Desafios ao planejamento e à preservação ambiental na Costa dos Coqueiros (Bahia)**. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24540.htm>>. Acesso em: 6 jan. 2008.

LUCHIARI, M. T. D. P. Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. **Prepublicación de GUIZE**, n. 4, 1998. Disponível em: <<http://www.antropologiasocial.org/contenidos/publicaciones/otautores/fortcon.pdf>> Acesso em: 3 jan. 2008.

MATTEDI, M. R. M. **Diagnóstico socioambiental da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA LN**. Salvador, 1999. (Relatório Resumido, mimeo).

MELO NETO, F. ; FROES, C. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.unwto.org/index.php>>. Acesso em: 25 out. 2006.

PASINI, S. A. **A gestão de projetos de desenvolvimento territorial frente aos desafios da localização e da sustentabilidade**. 2006. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>> Acesso em: 10 mar. 2007.

QUEIROZ, Lúcia Aquino de. A evolução do sistema institucional público do turismo baiano. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, SEI, v.11, n.2, p.20-28, set. 2001.

_____. **Turismo urbano. Gestão pública e competitividade. A experiência da Cidade de Salvador**. Salvador: [s.n.], 2007.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço. Rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

RODRIGUES JUNIOR, J. B. **Programa social berimbau de auto-sustentabilidade da Costa do Sauípe: avaliação do programa na Costa do Sauípe**. 2006. Dissertação (Mestrado)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SASAKI, K. **Turismo e sustentabilidade: a experiência do artesanato de palha de Porto Sauípe – BA**. Salvador: Sathyarte, 2006.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA FILHO, F. F. D. da. **Responsabilidade socioambiental: um novo conceito em busca de novas definições**. Disponível em: <<http://www.ebape.fgv.br/radma/doc/GEM/GEM-036.pdf>> Acesso em: 14 out. 2007.

SILVA, J. A. S. O modelo da base econômica e o grau de endogeneização do desenvolvimento turístico. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, v.6, n.10, p.76-87, jul. 2004.

_____. A dimensão territorial no planejamento do desenvolvimento turístico no Brasil: modelo do pólo de crescimento versus modelo territorialista e endógeno. **Turismo em análise**, São Paulo, v. 17, p. 5-23, jan. 2006.

SILVA, S. B. de M.; SILVA, B. C. N. **Estudos sobre globalização território e Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2006.

SPÍNOLA, C. O Prodetur e a descentralização do turismo baiano. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 2, n.3, p.36-47: Janeiro 2000.

SPINOLA, N. D. **Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia**. Salvador: UNIFACS, 2003.

_____. A Implantação de distritos industriais como política de fomento ao desenvolvimento regional: o caso da Bahia. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador, UNIFACS, v. 3, n. 4, jul.2001.

SOUZA, W. R. R. de P. **Responsabilidade social corporativa**: o caso da Bolsa de Valores sociais. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Semead/8semead/resultado/trabalhosPDF/188.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

SOARES, G. M. de P. Responsabilidade social corporativa: por uma boa causa? **Revista de Administração de Empresas**, v. 3, n. 2, jul./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.rae.com.br>>. Acesso em: 30 out. 2007.

UEDA, V. Território, desenvolvimento local e turismo: discutindo conceitos. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2., 2004, **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2004.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT. [Site oficial]. Disponível em: <<http://www.unglobalcompact.org>>. Acesso em: 12 dez. 2007.

VINHA, V. As empresas e o desenvolvimento sustentável: da eco-eficiência à responsabilidade social corporativa. In: MAY, P.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

APÊNDICE A - Acompanhamento das Condicionantes Ambientais da Reserva Imbassaí da Licença de Localização

CONDICIONANTE	ENTENDIMENTOS E COMENTÁRIOS	OBSERVAÇÕES
I - Apresentar estudos complementares para análise e deliberação dos órgãos competentes referentes à proposta de perenização da área úmida do Rio Imbassaí inserida na poligonal do empreendimento.	Estudos apresentados.	Atendida
II - Apresentar ao CRA para análise e deliberação, no prazo de 30 dias, o programa de seleção e treinamento de mão-de-obra local a ser absorvida na construção do empreendimento, com a criação de um Centro de Capacitação e Formação de Mão-de-obra.	Programa apresentado.	Atendida
III - Definir e apresentar a população total para alternativa 2 do Master Plan com vistas ao estabelecimento de parâmetros referentes à engenharia e urbanismo.	Apresentado.	Atendida
IV - Atender a Portaria IBAMA nº 1933/90, referente à iluminação na Zona de Proteção Visual (ZPV).	Será atendida quando instalada a iluminação.	Prejudicada
V - Fica proibida a implantação do canteiro de obras em Área de Preservação Permanente.	Canteiro não implantado.	Atendida
VI - Realizar campanha de monitoramento de água, nos períodos chuvosos, contemplando os mesmos pontos de amostragem e parâmetros analisados dentro da poligonal do empreendimento, incluindo uma estação de coleta no local de nascente em área denominada pelo projeto como Corredor Ecológico (UG2) e encaminhar os relatórios e laudos ao CRA.	Campanha realizada e relatório entregue em 09.03.05.	Atendida

CONDICIONANTE	ENTENDIMENTOS E COMENTÁRIOS	OBSERVAÇÕES
<p>VII - Destinar a título de compensação ambiental, um percentual dos custos totais do empreendimento, a ser determinado pela Câmara de Compensação Ambiental SEMARH/CRA, na forma prevista nos artigos 31 e 32 do Regulamento da Lei 9985, aprovado pelo Decreto 4340, de 22/08/02.</p>	<p>Conversações em andamento junto à SEMARH (Câmara de Compensação Ambiental).</p> <p>Enviado parecer da SEMARH a respeito do Programa Ciranda.</p>	<p>Em andamento</p>
<p>VIII - Apresentar quando da solicitação da Licença de Implantação: a) outorga do uso de água para captação, lançamento e obras, emitidos pelo SEMARH/SRH; b) criar uma comissão paritária (empreendedor, ONGs, Associações, CRA e Conselheiros do CEPRAM) para acompanhamento do atendimento de condicionantes e execução da obra; c) estudos complementares com a identificação das espécies vegetais existentes na área de influencia direta do empreendimento, incluindo listagem taxonômica, especificando os diferentes estratos vegetais, usos, habitat, bem como espécies indicadoras de qualidade ambiental, sinérgicas, focais e de interesse científico, contendo ainda indicação em mapa georeferenciado, escala 1:2000, das áreas pretendidas para desmatamento indicando a fito fisionomia a ser suprimida; d) estudos fitossociológicos, com a estimativa dos parâmetros de estrutura horizontal, tais como; densidades absoluta e relativa, frequência, dominâncias absoluta e relativa, índice de valor de Importância, índice de valor de cobertura e índice de diversidade; e) mapa do plano diretor do empreendimento contendo indicação da vegetação, assim como as áreas de preservação permanente com as devidas correções referentes às áreas alagadas, georeferenciado em escala 1:2000;</p>		

CONDICIONANTE	ENTENDIMENTOS E COMENTÁRIOS	OBSERVAÇÕES
<p>f) estudos referentes às relações entre a fauna e a flora, contendo propostas que venham assegurar a preservação da parcela significativa da flora autóctone e das espécies focais; g) as seguintes informações relacionadas a fauna: (i) listagem taxonômica das espécies animais, especificando aquelas com ocorrência nas diferentes áreas de influência, bem como aquelas de ocorrência regional (ii) métodos, técnicas e períodos adotados para o seu levantamento; (iii) fontes dos registros das espécies com ocorrência na área (entrevista com a comunidade, bibliografia, armadilhas, pegadas ou vestígios, redes de neblina, observação visual, etc.); e (iv) critérios, parâmetros e/ou métodos adotados para determinação das áreas de influência direta e indireta do empreendimento; h) identificação das espécies animais indicadoras de qualidade ambiental, sinérgicas e de interesse científico, registradas nas áreas de influência do empreendimento, incluindo as que se reproduzem e se alimentam nos corpos d'água e áreas alagáveis, avaliando o estado de conservação da fauna aquática e identificando espécies que possam servir como indicadoras de alterações nos ecossistemas aquáticos; i) mapeamento georeferenciado, em escala de 1:2000, das áreas de dessedentação e de corredores de fauna, principalmente os localizados nas Áreas de Preservação Permanente - APP; j) identificação e mapeamento em sistema georeferenciado e em escala 1:2.000, a ocorrência de vetores e reservatórios de doenças como: Chagas, Malária, Leishmaniose, Esquistossomose, Arboviroses, entre outras, na área de influência do empreendimento; k) diagnóstico sucinto da situação geral da fauna silvestre nas áreas de influência do empreendimento e das ações antrópicas que serão exercidas sobre a fauna local;</p>	<p>Documentos apresentados e comissão paritária criada.</p>	<p>Atendida</p>

CONDICIONANTE	ENTENDIMENTOS E COMENTÁRIOS	OBSERVAÇÕES
<p>l) Termo de Acordo, atendendo aos dispositivos legais, entre o empreendedor e a Senhora Maria da Luz Ventura dos Santos, detentora de uma posse localizada em área do empreendimento Reserva Imbassai; m) anuência do IPHAN devido ao potência de ocorrência de sítios arqueológicos na área de influência direta do empreendimento n) projeto, para análise e deliberação do CRA, referente à solução de tratamento de efluentes, prevendo o percentual de reuso e informando o destino do lodo; o) Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS contemplando todas as fases do empreendimento, apresentando plano para redução de resíduos na fonte plano de coleta seletiva contemplando compostagem e reciclagem; p) anuência do DERBA para construções na faixa de 100 metros para cada lado da Estrada BA-099 (Linha Verde), além da faixa de domínio de 50 metros e para transpor a BA 099 co possíveis redes para infra-estrutura; q) projeto executivo das travessias sobre are; úmida contemplando: alternativas tecnológicas, compatibilidade com a prática de esportes náuticos no rio Imbassai mapa de localização (lay out), dimensionamento cortes, detalhamento e estudos hidrológicos; r) teste de infiltração para áreas onde for prevista a implantação de fossas sépticas e sumidouros; s) plano de limpeza do sanitários químicos contemplando, capacidade de armazenamento diário, freqüência de coleta de efluentes; t) programa de desmobilização do canteiro de obras, respectivo PRAD para execução na área do canteiro de obras após desativação; u) projeto urbanístico com devidas adequações referentes a: a) as áreas e índices totais parciais (por zonas) obedecendo os parâmetros estabelecidos no zoneamento Ecológico Econômico da APA; b) áreas e índices referentes aos usos hoteleiro residencial, área verde, área institucional e comércio e serviço; c) respeitar a faixa de 50 metros em área de preservação permanente do Rio Imbassai, contados a partir de seu leito maior sazonal; w) projeto urbanístico com as seguintes relocações; a Unidades Residenciais-URI e UR2 terão que obedecer a faixa de 50 metros a partir da fonte e eixo do vale encaixante cujas águas, hoje barradas, flui diretamente para as áreas úmidas do riacho Arrendamento; a Unidade residencial-UR4 devem obedecer à exigências do DERBA além de respeitar as áreas úmidas do riacho Arrendamento;</p>		

<p>x) estudos geotécnicos para as edificações sobre os Terraços Marinhos e Leque Aluvial; dada às suas excepcionais porosidade, permeabilidade e pouca espessura, com vista a não comprometer os aquíferos subterrâneos que alimentam o rio Imbassáí abastecem as comunidades vizinhas; y) autorização para supressão de vegetação emitida pelo órgão competente; z) os seguintes Programas Ambientais: (i) Programa de Educação Ambiental com seu respectivo Cronograma de Execução, que deverá contemplar todas as fases do empreendimento, cujos Relatórios de Atividades Desenvolvidas deverão ser encaminhados anualmente ao CRA, para o acompanhamento sistemático do referido programa, tomando por base os seguintes princípios sustentáveis: • apoio às organizações sociais da comunidade da área de influência direta do empreendimento, com vistas a promover a integração socioeconômica local com o empreendimento Reta Atlântico, dentro dos princípios da sustentabilidade; • promoção de Educação Ambiental nas comunidades de entorno, a partir dos contextos locais, procurando desenvolver a percepção sobre meio ambiente urbano e o compromisso com o mesmo, a fim de melhorar as condições de vida, incluindo a temática da educação sexual, (ii) Programa de Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, conforme Norma Regulamentadora NR 18, da Portaria 3214/78, do Ministério do Trabalho e Emprego.</p>			
<p>IX. atender integralmente as recomendações e medidas mitigadoras que venham a ser determinadas pelo IBAMA e o Projeto TAMAR, relacionadas à presença dos sítios de reprodução de tartarugas marinhas, apresentando em sistema georreferenciado e em escala 1:2.000 a identificação e o mapeamento dos referidos sítios;</p>			

X. apresentar proposta de área institucional inserida na poligonal do empreendimento;			
XI. deslocar o estacionamento previsto para unidade hoteleira (UH1) que se encontra em área de preservação permanente do rio Imbassaí;			
XII. apresentar Plano de Resgate de Fauna, devidamente aprovado pelo órgão ambiental competente; Art. 2º - Esta Licença se complementará com a devida apresentação da anuência do IBAMA/TAMAR, conforme estabelecido na Resolução CONAMA nº10/96; Art. 3.º - Estabelecer que esta Licença, bem como cópias dos documentos relativos ao cumprimento dos condicionantes acima citados, sejam mantidos disponíveis à fiscalização do CRA e aos demais órgãos do Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais - SEARA. Art. 4.º - Esta Licença tem vigência a partir da data de sua publicação.			

Quadro 1 - Acompanhamento das Condicionantes Ambientais da Reserva Imbassaí da Licença de Localização*

Fonte: Instituto Imbassaí, 2006.

Nota: * Posição em 24/3/2006.

APÊNDICE B - Acompanhamento das Condicionantes Ambientais da Licença de Implantação da Reserva Imbassai
Portaria

CONDICIONANTE	ENTENDIMENTOS E COMENTÁRIOS	PRAZO	OBSERVAÇÕES
<p>I – Apresentar ao CRA um plano de implantação do Centro de Capacitação e formação de Mão de Obra, bem como o plano de contratação de trabalhadores, obedecendo às disposições do Decreto Municipal nº008, de 16 de janeiro de 2004, que declara o empreendimento como interesse social, promovendo na fase de contratação a participação de trabalhadores do sexo masculino e feminino, moradores na área de influência direta, observando a cota de 70% do numero total de contratados, desenvolvendo programas de formação, alfabetização e capacitação de mão-de-obra, promovendo a regularização de documentação, observando as seguintes proporções: a) da cota de 70% dos moradores deverá ter 25% mulheres; b) da cota de 70% dos moradores deverá ter 20% analfabetos, 50% deverá ter idade superior a 40 anos; c) dos 20% de analfabetos, 50% deverá ter idade superior a 40 anos; d) da cota social de 70% dos trabalhadores contratados na fase das obras civis, pelo menos 60% deverão ser capacitados para desempenhar atividades na fase de operação do empreendimento e medidas compensatórias, caso sejam adotadas, com apresentações de relatórios anuais ao CRA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Encaminhar lista de todos os funcionários da obra. - Centro de capacitação: entregue cronograma de implantação em 05.09.05. Conclusão da obra abril/06 - Formação mão-de-obra: enviado relatório do SENAI. - Alfabetização: enviado relatório em 31.01.06. - SAC: ok. 		Atendida
<p>II - Apresentar ao CRA, quando do início das obras, o Programa de Educação Ambiental, com seu cronograma de execução, enviando relatórios semestrais contemplando: a) ações com a comunidade: a partir de reflexões com contextos locais, desenvolver a percepção sobre o meio ambiente urbano e o compromisso com o mesmo; b) ações com os</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Relatórios encaminhados semestralmente. Atividades desenvolvidas. - Enviado o documento Princípios do Programa 		Atendida

CONDICIONANTE	ENTENDIMENTOS E COMENTÁRIOS	PRAZO	OBSERVAÇÕES
operários das obras: a partir de práticas sócio-comportamentais, sanitárias e ambientais; c) execução do programa de Educação Sexual e prevenção de DSTs/ AIDS destinado aos trabalhadores e aos membros das comunidades da área de influência direta do empreendimento	Ciranda.		
III - Atender às disposições do Decreto Municipal nº008, de janeiro de 2004, que declara o empreendimento como interesse social , considerando “proporcionará às comunidades vizinhas ao estabelecimento através da implantação dos benefícios da infra-estrutura a ser disponibilizada, como sistema de abastecimento de água , energia elétrica, esgotamento sanitário e coleta de resíduos sólidos”, particularmente no que se refere à articulação com a Embasa no sentido de prover a disponibilidade de esgotamento sanitário para a comunidade do Barro Branco;	Enviado ofício informando: - água: rede de abastecimento em fase de implantação em Imbassai e Barro Branco; - energia elétrica: está sendo ampliada a rede do Barro Branco; - coleta de resíduos: enviado projeto específico, de coleta seletiva em Imbassai.		Atendida
IV - Promover a realização de reuniões ordinárias da Comissão de Acompanhamento do empreendimento, convidando seus membros e subsidiando-os com as informações requeridas sobre as atividades desenvolvidas em toda sua fase de implantação, apresentado ao CRA os respectivos relatórios;	Reuniões sendo realizadas bimestralmente.		Atendida
V - Atender aos procedimentos estabelecidos na Portaria IPHAN nº230, de 17/12/2002;	Procedimentos atendidos.		Atendida

CONDICIONANTE	ENTENDIMENTOS E COMENTÁRIOS	PRAZO	OBSERVAÇÕES
VI-Destinar, a título de compensação ambiental, um percentual de 0,5% dos custos totais dos empreendimentos, a serem aplicados de acordo com a deliberação da Câmara de Compensação Ambiental com a participação da SFC/SEMARH, na forma prevista no SNUC-Lei 9985/00;	Conversações em andamento junto à SEMARH (Câmara de Compensação Ambiental). Enviado parecer da SEMARH a respeito do Programa Ciranda.		Em andamento
VII - Não realizar supressão de vegetação sem prévia emissão da Autorização de Supressão de Vegetação pela SFC/SEMARH;	Estamos em processo de renovação da Licença de Supressão para o segundo ano do empreendimento.	Maio/06	Em andamento
VIII - Apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos-PGRS, em conformidade com Termo de Referência fornecido pelo CRA; IX - Adequar o projeto de urbanismo de modo a: a) respeitar a faixa de 50 metros em área de preservação permanente do Rio Imbassaí, contados a partir do seu nível mais alto de acordo com o art. 2º da Lei 4.771/65; b) a Unidade Residencial –UR3 deve obedecer a as exigências do DERBA expressas no Of. DG-CR-Nº18/04, que proíbe construções de qualquer natureza a uma distância mínima de 65m (sessenta e cinco metros) para cada lado do eixo geométrico da rodovia BA-099; c) obedecer às restrições da Zona de Proteção Rigorosa, conforme estabelecido no Zoneamento Ecológico Econômico da APA Litoral Norte; d) assegurar a preservação de parcela significativa da flora autóctone e espécies focais. Prazo 90 dias.	Apresentado PGRS TAC em fase de elaboração.	Maio/06	Atendida Em andamento
X - Apresentar ao CRA definições das áreas de empréstimos de material mineralógico e bota fora, com respectivo PRAD e sua regularização junto ao DNPM. Prazo: 60 dias.	Em 21.03.05 a Empresa informou que não utilizará jazidas fora do empreendimento.	Prejudicado	Prejudicado

CONDICIONANTE	ENTENDIMENTOS E COMENTÁRIOS	PRAZO	OBSERVAÇÕES
XI - Apresentar ao CRA Plano de Controle do Processo Erosivos e Assoreamento dos corpos hídricos na área de intervenção do empreendimento. Prazo: 60 dias.	Plano encaminhado em 09.03.05.		Atendida
XII - Apresentar ao CRA a Autorização de Supressão de Vegetação emitida pela SFC/SEMARH, para as fases I e II do empreendimento.	Estamos em processo de renovação da Licença de Supressão para o segundo ano do empreendimento.	Maio/06	Em andamento
XIII – Apresentar definição do modelo de uso do solo das unidades residenciais e as adequações à Resolução CEPRAM nº 1040/95 e Lei Federal 6766/79.	TAC em fase de elaboração.	Maio/06	Em andamento
XIV - Apresentar um modelo de regimento condominial que garanta a manutenção das áreas verdes e/ou com restrição de uso. Prazo de 120 dias.	Foram entregues em 21.03.05 modelo de regimento condominial e estatuto de associação de condomínios, contemplando a manutenção de áreas verdes do empreendimento e restrições de uso.		Atendida

Quadro 2 – Acompanhamento das Condicionantes Ambientais da Licença de Implantação da Reserva Imbassai* Portaria .

Fonte: Instituto Imbassai (2007).

Nota: * Posição em 24/3/2006

APÊNDICE C - Roteiro de Entrevista – Construtora Reta Atlântico

Entrevistado – Pedro Dias

Cargo ou função – Vice –Presidente da Construtora Reta Atlântico

Data – fevereiro/2008

- 1) Origem, história da empresa e estrutura organizacional.
- 2) A empresa possui investimentos semelhantes em outras partes do mundo ou do Brasil? Têm planos para outros investimentos no Brasil?
- 3) Informações sobre o empreendimento – valor do investimento, composição.
- 4) Por que escolheu a Costa dos coqueiros para implantação do empreendimento? Como caracteriza o contexto socioambiental desta área?
- 5) Principais facilidades e dificuldades para implantação do empreendimento.
- 6) A implantação de ações socioambientais é uma estratégia do grupo, exigência externa (a exemplo de organismos financiadores) ou exigência de órgão nacionais/ estaduais?
- 7) Quais as condicionantes estabelecidas? Já foram cumpridas? Por quem foram estabelecidas?
- 8) O que motivou a criação do Programa Ciranda e posteriormente o Instituto Imbassaí?
- 9) Quais as expectativas em relação à atuação do Instituto Imbassaí?
- 10) Em que aspectos o Instituto Imbassaí contribui com a empresa?
- 11) Em que aspectos a implantação do empreendimento contribui com o desenvolvimento da Costa dos Coqueiros?

APÊNDICE D - Roteiro de Entrevista – Instituto Imbassaí

Entrevistado– Francisco Oliveira

Cargo ou função - Diretor Superintendente do Instituto Imbassaí

Data – Janeiro/2008

- 1)Quais as principais motivações para implantação do Instituto Imbassaí?
- 2)Quais são e como foram negociadas as condicionantes socioambientais implantadas pela construtora Reta Atlântico?
- 3)Quais as maiores dificuldades na implantação das ações do Instituto Imbassaí?
- 4)O que considera como diretrizes básicas do Instituto Imbassaí?
- 5)O que considera como diferencial na atuação do Instituto Imbassaí?
- 6) Quais os principais parceiros do Instituto Imbassaí?
- 7)Como se dá a interação da Construtora reta Atlântico com o Instituto Imbassaí?
- 8)Quais os ganhos que a empresa Reta Atlântico obtém a partir da atuação do Instituto Imbassaí? E a comunidade?
- 9) Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento turístico na região?O que é positivo? O que é negativo?
- 10) Quais os projetos do Instituto Imbassaí a partir de 2008?
- 11) Gostaria de dizer alguma coisa que não foi perguntado?

APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista – Lideranças Locais

Entrevistado – Sílvia Belo

Atividade de liderança comunitária que exerce – Presidente da Associação de Moradores do Barro Branco e Adjacências, membro do Conselho Gestor da APA Litoral Norte, delegado de Meio Ambiente do município de Mata de São João e presidente e vice-presidente da Comissão de Acompanhamento de Obras da Reta Atlântico e Iberostar respectivamente.

Data: julho/2008

- 1) Você se considera um líder comunitário? Por quê?
- 2) O que considera o principal papel de um líder comunitário?
- 3) Qual a sua opinião sobre o desenvolvimento turístico na região? O que é positivo? O que é negativo?
- 4) Como caracteriza o contexto socioambiental da Costa dos Coqueiros?
- 5) Como avalia o trabalho do Instituto Imbassaí na região?
- 6) O que considera como diferencial na atuação do Instituto Imbassaí?
- 7) Gostaria de dizer alguma coisa que não foi perguntado?